INSTITUTO SUPERIOR DE
SERVIÇO SOCIAL DO PORTO

(RE) CONSTRUINDO PERCURSOS DE VIDA ATRAVÉS DO DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS PARA UMA FUTURA EMANCIPAÇÃO DE JOVENS MÃES: UM TRABALHO DE PROJETO

Andréa Rodrigues

2022

INSTITUTO SUPERIOR DE
SERVIÇO SOCIAL DO PORTO

(RE) CONSTRUINDO PERCURSOS DE VIDA ATRAVÉS DO DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS PARA UMA FUTURA EMANCIPAÇÃO DE JOVENS MÃES: UM TRABALHO DE PROJETO

Andréa Rodrigues

Trabalho de Projeto apresentado ao **Instituto Superior de Serviço Social do Porto** para obtenção de **Grau de Mestre em Intervenção Social na Infância e Juventude em Risco de Exclusão Social.**

Orientador: Prof.(a) Doutor(a) Maria Sidalina Almeida **Março 2022**

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, responsável pela minha existência, ele qu deu força pra enfrentar os momentos difíceis desta caminhada, quando surgiram inseguranças, desmotivação e até pensamentos de desistir de concluir o mestrado.

À meus pais, Orlando e Irotilde (in memorian), pois mesmo não estando neste mundo e sim em outra dimensão, me deram força para finalizar está etapa. Em especial ao meu pai, durante sua existência sempre me incentivando em buscar mais conhecimentos.

Ao meu marido, companheiro e amigo José, por estar sempre ao meu lado, me apoiando mesmo nos momentos difíceis, me incentivando para não desistir, obrigada por me ajudar, pela sua paciência constante, sendo carinhoso, amoroso e afetuoso, sempre ao meu lado me aconselhando e dando seu ombro amigo para desabafar; essa conquista também é tua.

Á todos os professores da ISSSP, por compartilhar seus conhecimentos aos académicos da Turma de Mestrado 2019, proporcionando momentos de aprendizados. E também aos funcionários desta instituição, em especial á Sandra Pinho e Tânia Riboira onde por várias vezes necessitei de ajuda, elas sempre prontas para me auxiliar e orientar da mehor maneira.

À minha querida orientadora Dra Maria Sidalina Almeida, me orientando da melhor forma, por me acompanhar durante este período, compartilhando seus conhecimentos e colaborando com minha formação académica. Agradeço pela confiança e o incentivo para a conclusão deste trabalho.

Agradeço também as jovens da Comunidade de Inserção, por terem me ajudado na conclusão deste trabalho, deixando entrar em suas vidas, assim me aproximando e conhecendo cada uma delas. Vou levar está experiência sempre junto comigo, sempre estarão no meu coração e pensamentos por dias melhores em suas vidas.

A equipa educativa desta instituição, obrigada por compartilhar seus conhecimentos, pelas correrias durante o trabalho e pelas reflexões, com vocês aprendi muito, só tenho que agradecer pela confiança.

RESUMO

O presente trabalho de projeto foi realizado em uma Comunidade de Inserção, que acolhe crianças e suas progenitoras; tendo como finalidade compreenção do trabalho implementado no dia-dia desta instituição. Este projeto visa conhecer essas jovens mães e os motivos que levaram à institucionalização, as dificuldades pra uma futura autonomização e também o trabalho realizado pelas equipas desta instituição, para promoção do desenvolvimento de competências dessas jovens e dos seus filhos.

Tendo em vista as dificuldades relativas à falta de competências de vida dessas jovens, para uma transição da vida institucional para a vida autónoma, este trabalho tem como objetivo potenciar o desenvolvimento de competências para o projecto de vida das jovens neste contexto.

Desta maneira observamos o quotidiano dessas jovens dentro da Comunidade de inserção, assim identificando as fragilidades e dificuldades de cada uma, para uma futura autonomização, bem como as suas potencialidades, procuramos deste modo planificar estratégias de intervenção com vista à sua autonomização e transição para uma vida independente.

Buscando conhecer o trabalho das equipas para este percurso, conhecendo as rotinas de trabalho, participando no convívio dentro da Comunidade de Inserção, assim identificando aspectos que a instituição realiza e outros que podem vir a ocorrer neste processo de desenvolvimento de competências.

O projeto foi planejado para ter duração de um ano, e no inicio era Estágio, mas infelizmente com a pandemia, tivemos que mudar de modalidade para Trabalho de Projeto. Assim concebido com propósito de trabalhar as dificuldades de desenvolvimento de competências das jovens, apresentamos um plano de ação a implementar no trabalho das equipas com este público. Apostamos na realização de oficinas de grupo com as jovens, possibilitando o desenvolvimento de competências, por meio de atividades lúdico-pedagógicas, assim favorecendo o seu processo de mudança pelo desenvolvimento da autonomia para o seu projecto de vida.

Palavras chave: desenvolvimento de competências para autonomia, violência, trabalho de equipa, plano de ação, oficinas.

ABSTRACT

The present project work was carried out in a Community of Insertion, which welcomes children and their mothers; with the purpose of understanding the work implemented in the day-to-day of this institution. This project aims to know these young mothers and the reasons that led to institutionalization, the difficulties for a future autonomy and also the work carried out by the teams of this institution, to promote the development of skills of these young women and their children.

In view of the difficulties related to the lack of life skills of these young people, for a transition from institutional life to autonomous life, this work aims to enhance the development of skills for the life project of young people in this context.

In this way, we observe the daily life of these young women within the insertion community, thus identifying the weaknesses and difficulties of each one, for a future autonomy, as well as their potential, we sought in this way to plan intervention strategies with a view to their autonomy and transition to a independent life.

Seeking to know the work of the teams for this journey, knowing the work routines, participating in the coexistence within the Insertion Community, thus identifying aspects that the institution performs and others that may occur in this process of competence development

The project was planned to last one year, and at the beginning it was an Internship, but unfortunately with the pandemic, we had to change the modality to Project Work. Thus conceived with the purpose of working with the difficulties of developing young people's skills, we present an action plan to be implemented in the work of the teams with this audience. We bet on holding group workshops with young people, enabling the development of skills, through playful-pedagogical activities, thus favoring their process of change by developing autonomy for their life project.

Keywords: development of competences for autonomy, violence, team work, action plan, workshops.

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO **13**

CAPÍTULO 1 ..... **15**

ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL **15**

1.1 A Comunidade de Inserção: uma resposta social da ACISJF – PORTO 15

1.2 História da ACISJF – PORTO 18

1.3 Público - Alvo 20

1.4 Caracterização da Equipa Profissional 22

1.4.1 Equipa na Construção de Vínculos com as Jovens Institucionalizadas 24

CAPÍTULO 2 ..... **26**

ENQUADRAMENTO JURÍDICO-NORMATIVO **26**

2.1 A Comunidade de Inserção 26

CAPÍTULO 3 ..... **31**

PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE AUTONOMIA EM CONTEXTO INSTITUCIONAL **31**

3.1 Conceitualização da Autonomia 31

3.2 A Intervenção na transição para vida adulta dentro da instituição 32

3.3 Desenvolvimento de Competências para vida adulta 34

CAPÍTULO 4 ..... **40**

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA **40**

4.1 Conceito de Violência 40

4.2 Tipos de Violência associadas à violência doméstica 42

4.3 Impacto da Violência Doméstica nas crianças e jovens 43

4.3.1 Impacto da Violência no funcionamento familiar 45

CAPÍTULO 5 ..... **47**

CAMINHO METODOLÓGICO: A IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA COM VISTA À PLANIFICAÇÃO DO PROJETO DE INTERVENÇÃO **47**

5.1 Problemas e Objetivos da Investigação/Ação 47

5.2 O Diagnóstico Social e a sua centralidade no processo de intervenção 49

5.3 Instrumentos e Procedimentos de recolha de informação para o Diagnóstico Social 53

CAPÍTULO 6 ..... **56**

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS DO DIAGNÓSTICO SOCIAL **56**

6.1 Representações das jovens mulheres acolhidas sobre a experiência de acolhimento na Comunidade de Inserção 58
6.2 Desenvolvimento de Competências e Projeto de Vida 68
6.3 Concepções da Direção Técnica, Equipa Técnica e Educativa sobre o desenvolvimento de competências e construção de projetos de vida com as jovens mulheres 79
6.3.1 Concepções da Equipa Educativa 79
6.3.2 Concepções da Diretora Técnica (T1) e Equipa Técnica (T2) 93
CAPÍTULO 7 103
O PROJETO DE INTERVENÇÃO 103
7.1 Caminho da Intervenção Social 103
7.2 Projeto de intervenção: o plano de ação e o plano de avaliação 106
7.2.1 Plano de atividades das oficinas 109
7.2.2 O plano de avaliação 113
CONSIDERAÇÕES FINAIS 116
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS: 119
ANEXOS 123
Anexo A – CARTA DE ACEITAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO 124
Anexo B – GUIÃO DE ENTREVISTA ÁS JOVENS 125
Anexo C – GUIÃO DE ENTREVISTA ÀS EDUCADORAS 128
Anexo D – GUIÃO DE ENTREVISTA Á DIRETORA TÉCNICA 133
Anexo E – GUIÃO DE ENTREVISTA Á TÉCNICA 135
Anexo F – CARTAZ DA 1ª OFICINA REALIZADA EM 12/12/2020 137
Anexo G – CARTAZ DA 2ª OFICINA REALIZADA EM 19/12/2020 138
Anexo H – CARTAZ DA 3ª OFICINA REALIZADA EM 09/01/2021 139

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1. Equipa de Profissionais da Comunidade de Inserção 23

Quadro 2. Opercionalização do conceito “Competências de Vida” 37

Quadro 3. Tipologia da Violência 43

Quadro 4. Naturza da Violência Interpessoal 58

Quadro 5. Adaptação dentro da Comunidade de Inserção 61

Quadro 6. Infraestrutura da Comunidade de Inserção 64

Quadro 7. Espaço de Convivência na Comunidade de Inserção 65

Quadro 8. Trabalho da equipa educativa na Comunidade de Inserção 66

Quadro 9. Aprendizagens dentro da CI comparadamente com a vivência familiar 67

Quadro 10. Gestão Financeira das jovens 69

Quadro 11. Desenvolvimento de competências das jovens 70

Quadro 12. Projeto de vida das jovens 71

Quadro 13. Necessidades das jovens dentro da Comunidade de Inserção percepção das profissionais 84

Quadro 14. Percepção das ajudantes sobre a participação das jovens no processo de construção de competências 84

Quadro 15. Dificuldades percepcionadas pelas ajudantes na construção de competências sociais e pessoais pelas jovens 86

Quadro 16. Percepções das ajudantes em relação ao facto das jovens viverem sozinhas 88

Quadro 17. Percepções das ajudantes sobre o aprimoramento das práticas da Comunidade de Inserção 88

Quadro 18. Incetivam dar limites aos filhos das jovens 90

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Definição de Competências pessoais e sociais 36

Figura 2. Critérios para avaliação 113

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1.Situação de Perigo 19

Gráfico 2.Fontes de Rendimentos 21

Gráfico 3. Escolaridade 21

Gráfico 4. Filhos por Gênero 22

Gráfico 5. Crianças e jovens por local de acolhimento 30

Gráfico 6. Situações de Perigo que estiveram na origem da situação do acolhimento 44

Gráfico 7. Idade e Sexo 57

Gráfico 8. Tempo de Permanência na Comunidade de Inserção 59

Gráfico 9. Condição da Experiêcia profissional das educadoras na Comunidade de Inserção 80

Gráfico 10. Participações em Formações das Educadoras em 2021 81

Gráfico 11. Relacionamento com colegas 82

Gráfico 12. Constução de competências sociais e pessoais com as jovens 85

Gráfico 13. Práticas profissionais das educadoras na Comunidade de Inserção 90

Gráfico 14. Comunicação entre educadoras e as jovens na Comunidade de Inserção 91

Gráfico 15. Percepções das ajudantes sobre a preparação das jovens para uma vida autonoma na Comunidade de Inserção 92

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Análise 2019 e 2020 de crianças e jovens por tipologia 18

Tabela 2. Crianças e jovens sem projeto de vida definido ou com projeto de vida definido, mas não concretizado (2019 e 2020) 35

Tabela 3. Apresentação de resultados e síntese da análise das entrevistas com as jovens sobre a Comunidade de Inserção 60

Tabela 4. Jovem A 73

Tabela 5. Jovem B 74

Tabela 6. Jovem C 75

Tabela 7. Jovem D 76

Tabela 8. Jovem E 76

Tabela 9. Jovem F 77

Tabela 10. Jovem G 77

Tabela 11. Jovem H 78

Tabela 12. Jovem I 78

Tabela 13. Apresentação de resultados e síntese da análise das entrevistas das equipas 82

Tabela 14. Síntese de idéias centrais – Atividades desenvolvidas na Comunidade de Inserção 106

LISTA DE ABREVIATURAS

ACISJF	Associação Católica Internacional ao Serviço da Juventude Feminina do Porto
ASGVCV	Ação de Saúde sobre Gênero Violência e Ciclo de Vida Crianças
CI	Comunidade de Inserção
CPCJ	Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens
DGSS	Direção Geral de Segurança Social
E	Educadoras
ISS	Instituto de Segurança Social
J	Jovens
IA	Investigação-ação
LIJ	Lar da Infância e Juventude
LIJE	Lar da Infância e Juventude Especializada
RSI	Rendimento Social de Inserção
I S S	Instituto da Segurança Social
PSEI	Plano Sócio-Educativo Individual
T	Técnicas

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de projeto foi realizado no âmbito do Mestrado em Intervenção Social da Infância e Juventude em Risco de Exclusão Social no Instituto Superior de Serviço Social do Porto.

Foi realizado numa Comunidade de Inserção, tendo como público jovens mães e seus filho em situações de risco social, das mais diversas problemáticas, dentre elas: violência doméstica, conflito familiar e carência habitacional. O trabalho desenvolvido pela Comunidade de Inserção possibilita a reinserção social e uma futura autonomização das jovens mães, trabalhando a construção de competências pessoais, sociais, instrumentais, profissionais e de autonomia.

A planificação deste projeto de intervenção, com o tema (Re) construindo percursos de vida através do desenvolvimento de competências para uma futura emancipação de jovens mães, retrata o caminho percorrido pela mobilização da metodológia de projeto na Comunidade de Inserção, com as jovens e as equipas educativa e técnica.

Sendo assim, a escolha do tema retrata o interesse da investigadora/interventora que considera o desenvolvimento de competências importante para um projeto de vida futuro dessas jovens que pontecie a sua emancipação. Percebe-se que o desenvolvimento de competências é importante para essas jovens que têm que construir uma vida com autonomia. É também primoradial que as equipas tenham consciência do seu papel neste processo, proporcionando um ambiente saudável e seguro, assim compreendendo a atenção às necessidades, dificuldades e fragilidades dessas jovens, mas também concebendo estratégias de intervenção que desenvolvam as suas potencialidades.

Pretendemos proporcionar a essas jovens, momentos de reflexão que conduzam a mudanças em suas vidas através deste projeto de intervenção, de forma a desenvolverem capacidades para seu projeto de vida futuro. E também favorecer a reflexão das equipas para que avaliem as suas capacidades e habilidades no seu trabalho diário com essas jovens.

Este trabalho está subdividido em sete capítulos.

No primeiro capítulo fazemos a caraterização da ACISJF- Porto, retratando o enquadramento institucional, abordando a sua história e estrutura orgànica e funcional. De forma a conhecer a missão da resposta social da comunidade de inserção, apresentamos os objetivos que orientam a sua intervenção, o público-alvo, a caracterização da equipa de profissionais e o plano de trabalho realizado com as jovens.

O segundo capítulo designa-se de enquadramento jurídico-normativo e tem como propósito a apresentação da Comunidade de Inserção, a missão que orienta o trabalho aí desenvolvido.

O terceiro capítulo descreve sobre a promoção e desenvolvimento de autonomia em contexto institucional, a conceitualização da autonomia, da intervenção na transição para vida adulta dentro da instituição e o desenvolvimento de competências para a transição para a vida adulta.

No quarto capítulo apresenta-se o conceito de violência, os tipos de violência associadas à violência doméstica. Apresentando o impacto da violência no funcionamento familiar e no processo de desenvolvimento de crianças e jovens.

No quinto capítulo apresentamos o caminho metodológico, o problema e os objetivos da investigação-ação. Em consequência apresentamos a metodologia utilizada que nos orientou no diagnóstico psicossocal das jovens e, em seguimento, a caracterização dos instrumentos utilizados e dos procedimentos efetuados.

No sexto capítulo serão apresentadas as representações das jovens mulheres institucionalizadas em relação às experiências vividas dentro da Comunidade de Inserção. As concepções da direção técnica, equipa técnica e da equipa educativa sobre o desenvolvimento de competências de construção do projeto de vida com as jovens mulheres serão também aqui analisadas.

Após este capítulo, apresentamos o projeto de intervenção e a planificação das ações a desenvolver nas oficinas e o plano de avaliação.

Numa fase final, são apresentadas as considerações finais do projeto, fazendo uma reflexão sobre o caminho deste projeto de intervenção.

CAPÍTULO 1

ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL

1.1 A Comunidade de Inserção: uma resposta social da ACISJF – PORTO

A Instituição escolhida para a realização do trabalho é uma Comunidadede Inserção, localizada no Porto. Mas com o decorrer da pandemia, optei de trocar a modalidade de Relatório de Estágio para Trabalho de Projeto, onde foi planificado o projeto de intervenção para conclusão do curso de Mestrado.

A Associação Católica Internacional ao Serviço da Juventude Feminina do Porto (ACISFJ-Porto).

A sua Missão:

- promover, formar e integrar pessoas em risco na perspetiva da construção de uma sociedade mais justa e equitativa, contribuindo através do trabalho social, para o desenvolvimento intelectual, moral e social dessas jovens.

Tem como Objetivos:

- a promoção integral de jovens do sexo feminino em risco social e mães solteiras e/ou famílias monoparentais, privadas do seu meio familiar, vítimas de maus tratos físicos e psicológicos, com dificuldades de ordem socioeconómica e de inserção profissional. Oferece orientação e responde a necessidades de jovens que se encontram fora do seu núcleo familiar, sem distinção de cultura, raça ou religião.

Visão:

- ser reconhecida como uma IPSS de referência e excelência em estreita ligação com os seus princípios identitários,

Valores:

- os nossos princípios identitários e inspiradores de todas as ações que desenvolvemos são os valores da mensagem cristã. (Acisjf, s/d)

As comunidades de inserção têm como disposições legais e técnicas, a Circular nº 13 de 25/06/2004, Guião Técnico aprovado por Despacho de 19/05/2004 do Ministro da Segurança Social e do Trabalho, (Segurança Social, 2006, p.56).

E também rege-se pelo Decreto lei nº 172 – A/2014, de 14/11, que aprova o Estatuto das IPSS, Portaria nº 196 – A/2015 de 1/06 que regula o regime jurídico de cooperação entre as instituições e a Segurança Social. O Guião Técnico da DGSS de

janeiro de 2004, define a Comunidade de Inserção, pelo Decreto lei nº 33/2014 de 04/03 que define o regime jurídico de instalação, funcionamento e fiscalização dos estabelecimentos de apóio social.

Segundo Alves (2007, p. 28) “as instituições de acolhimento, enquanto organizações formais, são enquadradas por dispositivos regulamentares que apontam para a obrigatoriedade de proporcionar às crianças e jovens acolhidas um ambiente familiar”, assim as instituições devem apresentar um funcionamento que se harmonize num ambiente familiar, proporcionando um bem estar para as crianças/jovens durante sua permanencia neste espaço.

É um serviço destinado a pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade social, que necessitam de apóio para a sua reinserção social, familiar e profissional. É uma resposta social que compreende um conjunto de ações integradas, com o intuito de inserção social. Conforme Alves (2007, p.65) “deverá constituir a última opção de intervenção social e judicial junto de crianças e jovens em perigo, aplicando-se exclusivamente quando não existem condições efectivas na família biológica, nuclear ou alargada, para que a criança e o jovem aí permaneça em segurança”.

Está resposta deve estar preparado para receber este público que, por muitas vezes, chega fragilizado pelas situações de carências sócio-econômicas extremas, de violências e negligências por parte de seus familiares. Desta maneira tendo uma estrutura física adequada, uma equipa preparada e que tenha conhecimento do trabalho para ser realizado, assim garantindo um desenvolvimento físico, intelectual, moral e social dessas crianças e jovens, o acolhimento numa comunidade de inserção é a opção, pois trata-se de acolher mães e filhos. Segundo a autora Alves (2007, p.95) “assegurando uma intervenção sustentada na regulação, no funcionamento e no acompanhamento”.

Tratando de crianças/jovens com percursos de vida marcados pela exclusão social, a Comunidade de Inserção deve assegurar condições para um desenvolvimento pleno e para a sua reinserção social. Assim promovendo a participação nas tarefas da casa, no gerenciamento do dinheiro, oportunizando aprendizagens para uma construção na formação pessoal e social, vão desenvolvendo competências essenciais para uma futura autonomização.

Para Instituto de Segurança Social (Segurança Social, 2004, p.2) “comunidade de inserção constitui, assim, uma etapa intermédia de um percurso que vai do acolhimento à autonomia das pessoas, com vista à sua inserção, baseadas num diagnóstico que

assenta nas potencialidades e vontade expressa das pessoas, na adesão e construção de um projeto de vida". Portanto a CI visa preparar as jovens para sua autonomia, através do potencial de cada uma, assim desenvolvendo competências, o que constitui um desafio para o serviço e para as jovens.

A autonomia está relacionada com o desenvolvimento de competências, em que a jovem atinge sua individualidade, assim integrando-se socialmente, sendo suporte-base para sua vida adulta. Andrade considera (2016, p.139) "a conquista da autonomia constitui-se como outra tarefa desenvolvimental fundamental na transição para a idade adulta".

Neste sentido para Calheiros et al. (2013, p.245) "o desenvolvimento de autonomia nos adolescentes é um processo dinâmico que envolve não só as mudanças biológicas decorrentes da maturação, mas também aspetos relacionados com a qualidade da relação dos cuidadores". Este processo está relacionado com o meio em que convivem e com as suas influências, assim o serviço orienta e auxilia frente às dificuldades existentes, compreendendo e mediando a relação existente entre o desenvolvimento de competências e o seu processo de autonomização. Desse modo é essencial que haja uma intervenção, visando a preparação dessas jovens para vida adulta, assim fortalecendo o processo de crescimento individual/autonomia para o seu projeto de vida.

Neste âmbito tem como objetivo a garantia das necessidades básicas, promovendo o desenvolvimento estrutural das pessoas para a aprendizagem de competências básicas, potencializando essas mesmas pessoas no sentido de uma integração social e de uma nova perspectiva de vida.

Dessa maneira trabalha a construção de competências a fim de proporcionar ás jovens potencial para desenvolverem habilidades que as direcionem para uma autonomia. Segundo Peixoto, Sereno & Carvalho (2009, p.3) "trata-se do desenvolvimento de competências que inclua situações associadas aos mais diversos contextos de vida dos jovens, com vista a promover uma autonomia efetiva".

Para Perrenoud et al. (2002, p.123) "competência é saber mobilizar recursos afetivos, cognitivos", assim reportando para construção de competências de responsabilidade e assertividade para o seu projeto de vida. Desenvolvendo capacidades para a obtenção de auto-estima, e auto-confiança, para gerirem suas emoções frente aos problemas e conflitos existentes.

Descreve Macedo, Silva & Banhudo (2020, p.138) “comunidade de inserção é uma resposta social desenvolvida em equipamento com ou sem alojamento que compreende um conjunto de ações integradas com vista à inserção social de diversos grupos alvo que, por determinados fatores, se encontram em situação de exclusão social”, portanto este equipamento assegura a proteção e ações para a reinserção social.

Para Carvalho (2012, p.126) “a exclusão social é fruto da incapacidade de o homem gerir a sua vida, ela funda-se a si próprio: são os sem projecto de vida, sem projecto de trabalho”. Desta forma coloca o sujeito/grupo separados do convívio com a restante da sociedade, assim gerando um processo de exclusão e colocado-os numa condição de vida, com várias carências de garantia, para o acesso aos serviços e a satisfação de necessidades básicas para um desenvolvimento pleno.

Para Gaulejac (2012, p.18) “a ausência de recursos conduz os indivíduos à dependência, precisam então de entrar num universo onde a sua autonomia e a sua sobrevivência dependem de subsídios”. De acordo como autor, a inexistência de rendimentos faz com que essas jovens, se submetam a situações degradantes para sobreviver, conduzindo-os a viverem em instituição, pois não tem nenhum suporte familiar.

Tabela 1 – Analise de 2019 e 2020 de crianças/jovens por tipologia:

Tipologia de resposta	Nº absolutos		Variação (%)	Nº relativos		
	2019	2020		2019	2020	
Lar de Infância e Juventude	4.179	3.903	-7%	59,3%	58,2%	↓
Centro de Acolhimento Temporário	1.916	1.836	-4%	27,2%	27,4%	↑
Famílias de Acolhimento	191	202	6%	2,7%	3,0%	↑
Lar de Infância e Juventude Especializado	97	136	40%	1,4%	2,0%	↑
Comunidade Terapêutica	152	128	-16%	2,2%	1,9%	↓
Apartamento de Autonomização	104	120	15%	1,5%	1,8%	↑
Lar Residencial	136	106	-22%	1,9%	1,6%	↓
Centro de Apoio à Vida	76	72	-5%	1,1%	1,1%	→
Colégio de Ensino Especial	76	67	-12%	1,1%	1,0%	↓
Lar de Apoio	51	55	8%	0,7%	0,8%	↑
Acolhimento de Emergência	34	48	41%	0,5%	0,7%	↑
Comunidade de Inserção	15	18	20%	0,2%	0,3%	↑
Casa Abrigo	18	10	-44%	0,3%	0,1%	↓
Unidade Hospitalar / CCISM		5			0,1%	↑
Total	7.046	6.706				

Fonte: Relatório Casa 2020

1.2 História da ACISJF – PORTO

A ACISJF nasceu em Friburgo (Suíça) em 1897 por iniciativa de duas associações já existentes, uma alemã e outra suíça. Tem sede em Genéve – Suiça, está presente em

24 países. Para além da Europa, África, América Latina, Caraíbas e Médio Oriente. Também existem pólos da ACISJF em Lisboa, Porto, Faro, Braga e Viana do Castelo.

Implantada em Portugal em 1914 e no Porto em 1915, designava-se inicialmente por “Associação Católica Internacional das Obras de Proteçãoàs Raparigas”, tendo mudado em 1964 para designação atual. Em virtude dos serviços prestados à juventude feminina foi considerada “Instituição de Utilidade Pública”, por portaria no Diário da República nº 76 – 2ª série de 02/04/37.

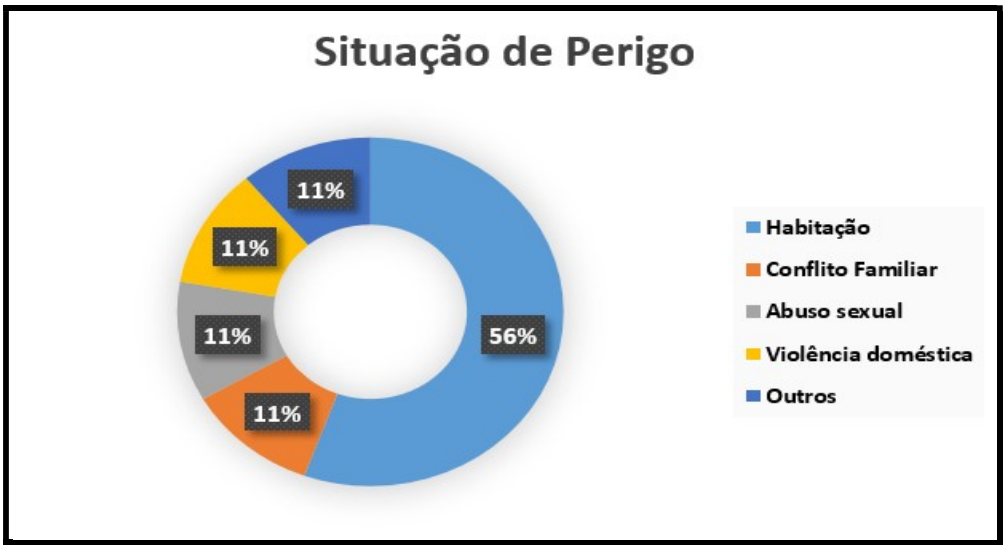
No Porto teve inicio em 1915, com cursos de formação de artes e ofícios femininos, um escritório de colocações em um Serviço de Gares na estação de São Bento e de Campanhã. Posteriormente criou Lares para acolher jovens/raparigas que por razões de estudo, emprego e de família necessitavam de abrigo. Em junho de 1984, foi pioneira em Portugal ao criar um Centro de Acolhimento Temporário direcionado para o acompanhamento/acolhimento de mulheres, jovens e famílias monoparentais. Até ao ano de 2004 manteve ativos 6 equipamentos sociais. Está registrada na Direção Geral da Segurança Social, desde 21 de fevereiro de 1984 e integra-se nas Instituições Particulares de Solidariedade Social, (Acisjf, s/d).

A instituição trabalha apenas com mulheres, em situação de risco social e com as mais diversas problemáticas, dentre elas dificuldades de acesso habitacional e serem vítimas de violência doméstica. São assim mulheres que necessitam de apóio para a sua reinserção social. Dessa maneira trabalhando a construção de competências pessoais e de redes de apóio, para períodos prolongados e um suporte que possibilite a sua autonomização e reinserção social.

A comunidade de inserção abrange uma juventude feminina entre os 12 e 35 anos, procurando contribuir para seu desenvolvimento social, moral e intelectual, dessa maneira promovendo formação escolar e profissional.

A instituição prevê uma capacidade média mensal de 50 utentes, dos quais 25 com alojamento no serviço e 25 em acompanhamento em domicilio/exterior, dessa maneira atendendo ás mais variadas formas de exclusão social e violências, tendo em vista a construção e efetivação de um projeto de vida potenciador de novas opotunidades conduzam a situações de inclusão social.

Gráfico 1 – Situação de perigo: fatores



Fonte: Processos sociais, (2021)

A Comunidade de Inserção ACISFJ, é uma instituição residencial que funciona vinte e quatro horas por dia, proporcionando e garantindo atendimentos para as mães e para seus filhos. Conta com uma Diretora Técnica, uma Educadora Social, uma Pscicologa, e seis Ajudantes de Ação Direta, uma estagiária de psicologia, estagiária de Serviço Social (Mestrado) e três estagiárias de Serviço Social (Licenciatura).

O espaço é constituído por quatro andares, sendo a cave para aparte administrativa e gabinetes das técnicas, o rés do chão é constituído pela cozinha, sala de lazer (TV e brinquedos), despensa, refeitório e uma casa de banho para as funcionárias. O segundo e terceiro andares são compostos por quartos e casas de banho, sendo que cada quarto tem um lavatório. Nos fundos da residência fica a lavandeira que possui máquinas de lavar , secar e varais para estender as roupas.

A intervenção é indispensável para concretizar o trabalho junto com essas jovens, tendo como objetivos essenciais:

- Promover competências pessoais, sociais e profissionais para construção do seu projeto de vida;
- Promover autonomia financeira, garantindo e acompanhando para sua inserção no mercado de trabalho ou outra atividade que possibilite uma emancipação referente aos recursos financeiros necessários para sua subsistência e de seus filhos;
- Promover um espaço coletivo de expressão das transformações, empoderando as jovens em relação à sua responsabilidade e cuidados com seus filhos, (Acisjf, s/d).

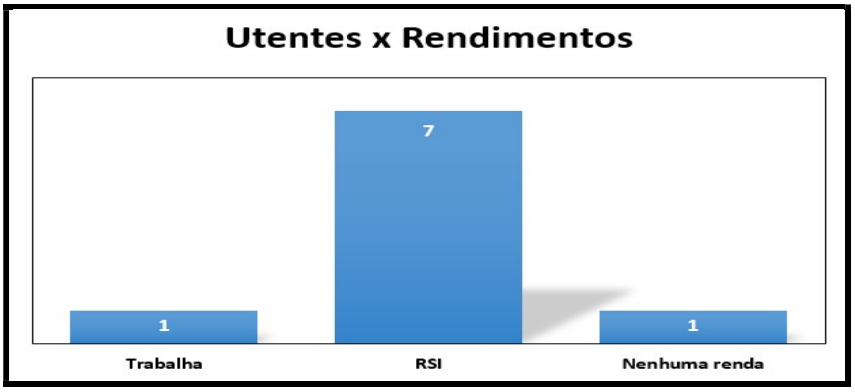
1.3 Público - Alvo

O público-alvo são mulheres com ou sem filhos que se encontram em risco social. Essas jovens apontam dificuldades nas relações familiares, na promoção de autonomia e desenvolvimento de competências, fragilidades nos cuidados e nas responsabilidades, em especial nos cuidados aos seus filhos. Apresentam comportamentos disfuncionais, dificultando a reconstrução de um projeto de vida, dessa maneira, a equipa precisa de realizar um trabalho multidisciplinar e individual, que abranja todas essas fragilidades.

Esse acompanhamento social personalizado contribui para auto-conhecimento, permitindo e auxiliando para sua reconstrução e auto-organização, desenvolvendo competências pessoais, sociais e profissionais, assim contribuindo para uma autonomia, inserção social e profissional.

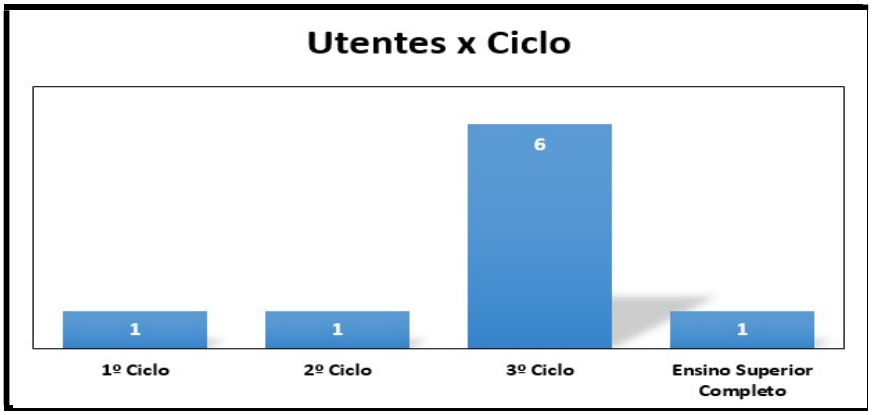
Referente à situação sócio econômica, a maioria possui benefício de RSI, (Rendimento Social de Inserção), algumas trabalham mas o seu rendimento é pouco para manter uma residência, tanto mais que são jovens com postos de trabalho baixo nível salarial, uma vez que têm pouca escolaridade.

Gráfico 2 -Fontes de Rendimentos:



Fonte: Processos sociais, (2021)

Gráfico 3 - Escolaridade:

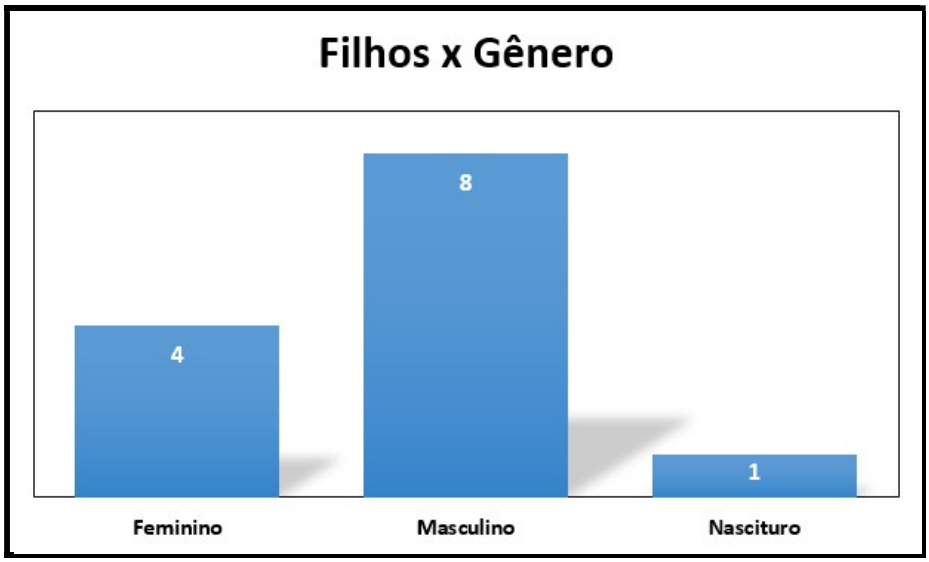


Fonte: Processos sociais, (2021)

Neste contexto tem grande importância o trabalho realizado com os filhos dessas jovens, pois o serviço deve apresentar um ambiente familiar, onde essas crianças consigam conviver, mesmo sendo num espaço coletivo. Envolvendo-os nas ações dentro da instituição, de forma lúdica, assim estabelecendo uma relação mais próxima e de pertença àquele local, trabalha-se para promover o seu desenvolvimento integral.

Atualmente vivem na casa nove jovens com idade dos 15 anos aos 33 anos, junto com seus filhos com idade de 1 ano a 8 anos. Cada jovem reside num quarto com casa de banho individual, compartilha com o grupo a casa e as tarefas domésticas.

Gráfico 4 – Filhos por género:



Fonte: Processos sociais, (2021)

1.4 Caracterização da Equipa Profissional

Para que o atendimento possa se efetivar, é necessário a contratação de funcionários multiprofissionais, tendo a finalidade de desenvolver atribuições específicas para o atendimento das jovens e seus filhos, são eles: Diretora Técnica, Psicóloga, Educadora Social e as Ajudantes de Ação Direta. São estes profissionais que tornam possível o funcionamento da Comunidade de Inserção, conforme tabela abaixo:

Quadro 1 – Equipa de Profissionais da Comunidade de Inserção:

Funcionários	Gênero	Idade	Estado Civil	Habilitações Literarias	Função	Tempo de Serviço
Direção Técnica (E1)	Feminino	50	Solteira	Licenciatura Serviço Social	Diretora Técnica	19
Educadora Social (E2)	Feminino	43	Solteira	Licenciatura	Educadora Social	9
Psicóloga (E3)	Feminino	44	Casada	Licenciatura	Psicologa	17
Ajudante de Ação (E4)	Feminino	49	Casada	Licenciatura	Ajudante de ação direta	8
Ajudante de Ação (E5)	Feminino	40	Solteira	Licenciatura	Ajudante de ação direta	4
Ajudante de Ação (E6)	Feminino	51	Divorciada	12º ano	Ajudante de ação direta	2
Ajudante de Ação (E7)	Feminino	53	Casada	9º ano	Ajudante de ação direta	25
Ajudante de Ação (E8)	Feminino	33	Solteira	Licenciatura	Ajudante de ação direta	5

Fonte: Processos sociais, (2021)

Como podemos constatar no quadro acima, a equipa de profissionais é composta por várias pessoas que ocupam funções distintas, mas que complementam o trabalho dentro da CI. À diretora técnica compete gerir os recursos humanos, proporcionar condições que garantam a proteção e desenvolvimento das jovens e seus filhos. Já a equipa técnica (educadora social e psicóloga), tem atribuições no plano individual e socioeducativo de cada jovem, elaborando em conjunto ações de enquadramento laboral, familiar, social e escolar. A equipa é ainda constituída por seis ajudantes de ação, a quem cabe garantir o bem-estar das jovens e seus filhos, assim proporcionando alimentação, saúde e higiêne. As refeições são realizadas pelas jovens com auxilio da equipa de ajudantes de ação direta. Esta equipa está organizada em turnos rotativos, como o propósito de garantir um suporte às jovens e às crianças de 24 horas por dia. Assim os turnos encontram-se organizados da seguinte forma: 7:30 hrs – 16 hrs, 14 hrs – 22 hrs, 21:30 hrs – 7:30 hrs. Durante estes turnos as ajudantes dão o apóio necessário nas atividades dentro da CI, nas rotinas do dia-dia.

A equipa técnica tem a função de promover apóio e orientação especializada aos educadores para que seja realizada uma supervisão individual de cada jovem, respeitando a sua história de vida, assim contribuindo com a construção de estratégias e também possibilitando o desenvolvimento de um ambiente seguro e fortalecido para essas jovens e seus filhos.

Dada a complexidade do trabalho em andamento por estes profissionais, buscamos saber junto aos mesmos se apresentam formação específica para trabalhar na área da intervenção social com este público. Conseguimos constatar que a instituição faz formações direcionadas para os técnicos e com a equipa de ajudantes de ação direta, acontecendo formações uma vez ao mês, sendo de duas horas para equipa técnica e de duas horas para equipa de ajudantes.

Contudo conseguimos apurar com a equipa de ação direta, que não possui formação especifica para trabalhar na área, e que as suas formações académicas, anteriormente, são de nível de ensino básico, secundário e licenciatura conforme o quadro 1.

Constatamos que os profissionais da ação educativa possuem um longo tempo na instituição, assim não se registrando entradas e saídas de ajudantes. Tal permite garantir uma estabilidade e construção de vínculos no andamento do trabalho social com as jovens institucionalizadas, cujo percurso de muitas delas é marcada por várias rupturas nas suas redes de relacionamento social, em particular nas redes familiares.

Os educadores ocupam um papel fundamental no quotidiano das jovens/crianças, sendo importante que a equipa esteja capacitada e estruturada para atender na instituição, dessa maneira sabendo lidar com as diversidades de cada jovem e fazendo um acompanhamento personalizado.

Não se pode esquecer que se trata de crianças e jovens em pleno desenvolvimento cognitivo, social e afetivo, portando necessitando de um ambiente saudável, seguro para promover o seu desenvolvimento integral no sentido da sua autonomização.

Desse modo, tal faz com que a equipa trabalhe para um funcionamento eficaz, conduzindo com segurança e equilíbrio a construção de relações com as jovens e seus filhos.

1.4.1 Equipa na Construção de Vínculos com as Jovens Institucionalizadas

Para Mota et al. (2018, p.11) “o acolhimento residencial de crianças e adolescentes constitui uma transição de vida ocasionada, na sua grande maioria, pelas dificuldades dos cuidadores primários em garantir as condições afetivas, sociais e econômicas para o desenvolvimento saudável dos jovens”. Neste contexto a institucionalização, gera rupturas, mudanças e conflitos e enfrentamento do desconhecido para crianças/jovens e suas famílias.

Cabe ressaltar que essa instituição deverá garantir todas as necessidades como segurança, educação, saúde e habitação e também uma equipa capacitada, proporcionando o desenvolvimento e a inserção social na sociedade das jovens e dos seus filhos. Dessa maneira o trabalho realizado pelas equipas, dentro da instituição é de extrema importância, pois os profissionais que as integram precisam de construir vínculos

e de trabalhar, através das intervenções o empoderamento e autonomia dessas jovens com vista ao desenvolvimento de um novo projeto de vida que permita a sua inclusão social.

Referente à equipa, segundo a Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo, refere Ramião (2006, p.89), artº 54 “1- Dispõem necessariamente de uma equipa técnica, a quem cabe o diagnóstico da situação da criança ou do jovem acolhido e a definição e execução do seu projeto de promoção e protecção”, 2- “A equipa técnica deve ter uma constituição pluridisciplinar, integrando as valências de psicologia, serviço social e educação”, 3- “A equipa técnica deve ainda dispor da colaboração de pessoas com formação na área de medicina, direito, enfermagem e, no caso dos lares de infância e juventude, da organização de tempos livres”, portanto está equipa deverá ser multidisciplinar (assistente social, psicóloga e educadora social)”, para que se faça uma avaliação diagnóstica muldimensional que seja a âncora do seu projeto de intervenção individual e do seu projeto de vida futuro.

Para Mota et al. (2018, p. 65) este tipo de instituições deve também dispor “uma equipa educativa que integra preferencialmente colaboradores com formação profissional específica para as funções de acompanhamento sócio educativo das crianças e jovens e de uma equipa de apóio que integra colaboradores de serviços gerais”.

Desse modo a equipa de técnicos, a equipa educativa deverão trabalhar de forma integrada, assim visando o melhor atendimento aos acolhidos. Deverão desenvolver um trabalho social, realizando uma escuta sensível, tendo compreensão, percepção da situação, assim criando condições para construir um novo projeto de vida e novas possibilidades de relacionamento.

Estás equipas além do trabalho educativo e terapêutico com as crianças e os jovens, devem acompanhar as famílias, de modo a que elas reúnam condições, dando um suporte, criando uma mobilização por parte da família, para que se estreitam as relações familiares; assim promovendo o empoderamento da família e a reestruturação de vínculos familiares. Desse modo permite-se a construção de novos projetos de vida para evitar o processo de exclusão social.

Dessa maneira a equipa estará proporcionando novas construções tanto para família quanto para as jovens mães, tendo dessa equipa um objetivo que passa pela construção de novas relações e vínculos fortalecidos, para que seja o suporte de um novo projeto em suas vidas.

Segundo Mota et al. (2018, p.16) “sabemos que cuidadores com vinculação segura poderão estar mais capazes de construir e manter a proximidade com os jovens neste contexto, criando laços afetivos significativos”. Essa construção de vínculos é necessária com à atuação qualificada da equipa (técnicos e ajudantes de ação direta), assim intervindo de forma efetiva frente às relações fragilizadas que estas jovens apresentam. Dessa maneira propondo de relacionar-se com o outro, respeitando-o frente às suas dificuldades, diferenças e ao enfrentamento de estigmas, suportam a construção do seu projeto de vida.

Segundo a perpectiva de Mota & Mena Matos (2008, p.373), “é de extrema relavância que os adultos que recebem esses jovens estejam capazes de acolher toda a revolta e raiva que é exteriorizada, devolvendo-lhes um meio estável de confiança, privilegiando o estabelecimento de ligações afectivas seguras”.

Neste processo de institucionalização a equipa deve ser compreensiva, assim auxiliando e orientando, gerindo um cuidado, compreendendo a pessoa a partir de suas dificuldades e das potencialidades, assim mediando a relação existente entre o processo de fragilização para o processo de fortalecimento; assim construindo vínculos que proporcionem um sentimento de pertença àquele espaço e àquela comunidade.

Para Mota & Mena Matos (2008, p.369) “a qualidade destas relações, por sua vez, potencia o aumento de competências pessoais e sociais que traduz uma percepção positiva dos jovens”. Portanto a relação constituida com a equipa faz estabelecer um suporte fraterno possibilitando e estabelecendo laços afetivos seguros, permitindo para essas jovens uma construção de capacidades para superarem a sua atual situação.

CAPÍTULO 2

ENQUADRAMENTO JURÍDICO-NORMATIVO

2.1 A Comunidade de Inserção

As comunidades de inserção têm como disposições legais e técnicas orientadoras as que constam na Circular nº 13, de 25.06.2004 - Guião técnico, aprovado por Despacho de 19 de maio de 2004 do Ministro da Segurança Social e do Trabalho. A resposta social Comunidade de Inserção rege-se pelo estipulado no Decreto-Lei nº 172-

A/2014, de 14 de novembro que aprova o Estatuto das IPSS, Portaria nº 196-A/2015 de 1 de junho que regula o regime jurídico de cooperação entre as Instituições e a Segurança Social, por um Guião técnico da DGSS de janeiro de 2004 que define a Comunidade de Inserção, pelo Decreto-lei nº 33/2014 de 4 de março que define o regime jurídico de instalação, funcionamento e fiscalização dos estabelecimentos de apóio social geridos por entidades privadas, estabelecendo o respetivo regimel, rege-se também pelo Contrato Coletivo de Trabalho para as IPSS e pelo protoloco de cooperação em vigor.

De acordo com a Direção-Geral da Solidariedade e Segurança Social "a experiência da acção social no âmbito da intervenção e acompanhamento das famílias em situação de grande vulnerabilidade social, tem vindo a dar visibilidade à existência de um número significativo de pessoas com dificuldades de inserção social e profissional que necessitam de um tipo de intervenção específico, no sentido do desenvolvimento das respectivas capacidades e da promoção da sua autonomia. Muitos dos diagnósticos relativos às pessoas e famílias no âmbito da intervenção da ação social apontam para um défice ao nível das competências básicas que impede e condiciona o acesso a determinadas ações como um percurso normal de vida, o normal percurso escolar, a frequência de cursos de formação e o acesso ao mercado de trabalho. A falta de competências consideradas básicas, necessárias à preparação e consolidação de um projecto de vida, requer um acompanhamento próximo e sistemático, alicerçado num conjunto de atividades que integram cada projeto para a inserção e que envolvem vários setores públicos, a sociedade organizada e a comunidade em geral. No âmbito desta lógica de intervenção, a comunidade de inserção constitui, assim, uma etapa intermédia de um percurso que vai do acolhimento à autonomia das pessoas, com vista à sua inserção, baseada num diagnóstico que assenta nas potencialidades e na vontade expressa das pessoas, na adesão e na construção de um projecto de vida. De acordo com este objectivo, que se insere na prevenção e reparação de situações de exclusão ou vulnerabilidade social, e em função da experiência decorrente do funcionamento de algumas comunidades de inserção, as presentes orientações técnicas configuram alguma flexibilidade na sua organização, por forma a corresponderem à multiplicidade das situações e à diversidade dos seus destinatários, sintetizando-se os principais objectivos e actividades, (ISS, 2004, p.1).

Esta resposta social tem como objetivo geral contribuir para a progressiva inserção de indivíduos e famílias. Tem como objetivos específicos: garantir as condições básicas de sobrevivência; proporcionar apóio psicológico e social às pessoas e famílias de modo a contribuir para o seu equilíbrio e bem-estar; promover o desenvolvimento

estrutural das pessoas e a aquisição de competências básicas e relacionais; contribuir para o desenvolvimento das capacidades e potencialidades dos indivíduos, no sentido de favorecer a sua progressiva integração social e profissional; contribuir para a progressiva inserção de indivíduos e famílias e promover o acompanhamento e apóio das pessoas, quer na fase de progressiva integração profissional e social, quer na fase final de autonomia (ISS, 2004, p.8).

Para atingir estes objetivos as comunidades de inserção desenvolvem as seguintes atividades/ações:

- Acolhimento, alojamento, alimentação e higiêne;
- Atendimento/acompanhamento técnico suportado por programa individual;
- Criação de condições que assegurem, numa perspectiva multidisciplinar, o equilíbrio psicológico e uma efectiva reinserção social;
- Acompanhamento psicológico;
- Actividades adaptadas à população em presença que poderão ser realizadas individualmente ou em grupo nomeadamente: ateliers, grupos de auto-ajuda e educação para a saúde;
- Desenvolvimento de outras actividades que visem responder às necessidades específicas das pessoas e famílias;
- Realização de sessões de informação e orientação no sentido do apóio à empregabilidade e acesso ao trabalho Realização de actividades ocupacionais com utilidade social, culturais e de lazer. Acompanhamento das pessoas aos serviços competentes sempre que necessário. (ISS, 2004, p.8).

A sociedade e o Estado têm um importante papel na proteção e garantia dos direitos das jovens mulheres mães que estão em risco, proporcionando o desenvolvimento de competências para o seu bem-estar e para a sua reinserção social. Conforme enuncia a legislação, “a permanência na comunidade de inserção corresponde ao período necessário à (re)integração social das pessoas, não devendo exceder um período superior a 18 meses, prorrogável por mais seis meses, em casos devidamente justificados” (ISS, 2004, p.4).

Cabe ressaltar que essa instituição deverá garantir todas as necessidades como segurança, educação, saúde e habitação, etc., e também dispor de uma equipa capacitada, assim proporcionando o desenvolvimento e a reinserção social na sociedade. Esta determinação é a maneira de proteger as jovens da situação de exclusão social que estão a vivenciar, protegendo-as das agressões a que são sujeitas nas situações de

violência que estão a viver em seu núcleo familiar, preservando a sua integridade física e mental. A instituição deve garantir os cuidados necessários e o desenvolvimento de competências que proporcione o seu desenvolvimento integral e a sua capacidade de autonomia, com vista à elaboração de um projeto de vida que lhes permita uma inserção profissional e o acesso à habitação e a um suporte familiar e social que lhes permita uma vida com independência. Impõe-se a obrigatoriedade da comunidade de inserção proporcionar a esta jovens acolhidas um ambiente saudável e protetor, garantindo acolhimento, cuidado e ambiente seguro para a sua socialização e o seu desenvolvimento e também o dos seus filhos, assegurando o seu desenvolvimento físico, através da prestação de cuidados de alimentação e de saúde e de desenvolvimento psicológico, promovendo o seu equilíbrio emocional, desenvolvimento cognitivo e afectivo e, desse modo, realizando um trabalho num ambiente favorável para seu desenvolvimento e estabelecendo uma relação afetiva entre crianças, mães e profissionais, proporcionando convivência comunitária, com uma ambiência de tipo familiar e que esteja aberta à comunidade e consiga rentabilizar os serviços das entidades da rede de atendimento como da saúde, da educação, formação, trabalho, cultura, lazer e desporto.

As equipas que têm atribuições e responsabilidades pelas jovens mães e seus filhos, devem trabalhar de forma integrada visando um melhor atendimento a estes indivíduos que se encontram fragilizados, oferecendo um acolhimento num ambiente com infraestruturas adequadas, concedendo condições de moradia, higiêne, segurança e privacidade para seu convívio, em especial para a construção da relação de vinculação afetiva entre mães e filhos.

Assim visando um atendimento de cuidado, devem realizar discussões de casos, onde equipa técnica e educadores, possam fazer reflexões sobre as situações apresentadas, desse modo viabilizando o desenvolvimento de um trabalho de intervenção que se pretende inovar. Tendo com objetivo um trabalho participativo, contribuindo para melhoria da qualidade do serviço, especialmente no que respeita à relação com os acolhidos, pois poderão conhecer à história de vida e as razões que levaram o acolhimento e assim pensar o projeto de intervenção.

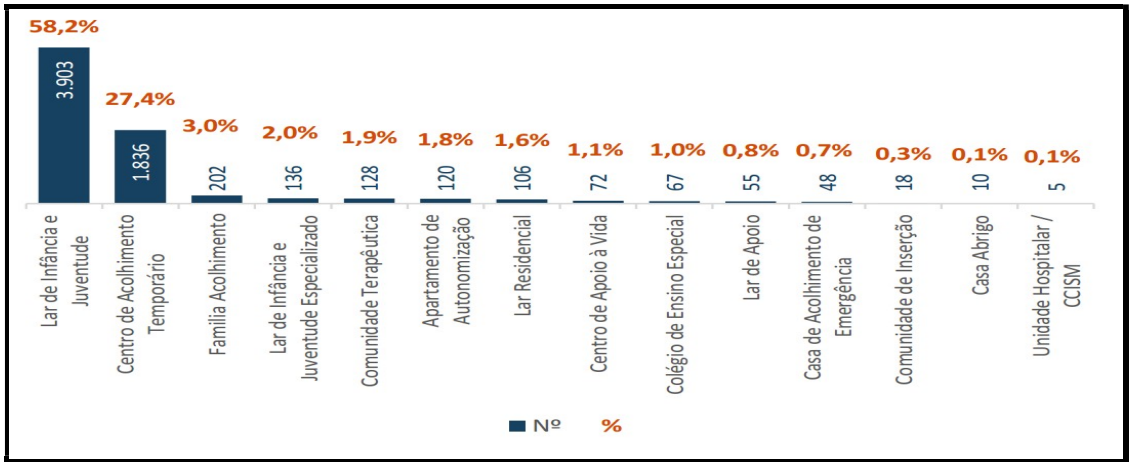
Exercem um papel muito importante, pois assumem atitudes facilitadoras para inclusão das jovens na instituição, recebendo sem pré-julgamentos, transmitindo segurança, apóio, carinho e afeto. No entanto, neste processo de acolhida, podem gerar-se conflitos, pois neste cenário as jovens mães e os seus filhos podem não entenderem o

motivo de estar naquele local, ocasionado sentimento de culpabilidade, punição, sentindo-se responsáveis pela situação a que estão sujeitos.

Apesar do processo de institucionalização na comunidade de inserção ser uma medida de urgência, cabe às equipas trabalhar as dificuldades do dia-dia, promovendo apóio às jovens e aos seus filhos que, naquele momento, se encontram em sofrimento emocional. Assim contribuindo para reconstrução de relações e também para o seu desenvolvimento psicossocial, assim proporcionando autonomia e empoderamento para uma nova vida.

De acordo com Instituto da Segurança Social (2020, p.30), Relatório Casa 2020, encontram-se acolhidas 6.706 crianças e jovens, nas mais diferentes respostas sociais, entre elas as comunidades de inserção como podemos ver nos dados apresentados no gráfico abaixo:

Gráfico 5 - Crianças e jovens por local de acolhimento:



Fonte: Relatório Casa 2020

Há a necessidade de uma intervenção protetiva para essas jovens que se encontram com seus direitos violados. Neste sentido, a entrada e permanência numa comunidade de inserção vem proteger as jovens e seus filhos das situações de violência, amenizando danos psicológicos que podem ser ocasionadas com as violências sofridas.

Para Gomes (2010, p.92) “o acolhimento em instituição de uma criança ou um jovem tem de ser diferenciada e de qualidade, assegurada pela capacidade de efectuar um diagnóstico e de promover um acolhimento adequado às necessidades de cada pessoa que o integra”, garantindo o seu bem-estar, possibilitando um ambiente acolhedor para o seu processo de desenvolvimento integral que permita a sua inclusão social.

CAPÍTULO 3

PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE AUTONOMIA EM CONTEXTO INSTITUCIONAL

3.1 Conceitualização da Autonomia

Segundo Fleming (1993, p.251) “autonomia, tarefa desenvolvimental central do período adolescente, é na representação adolescente um conceito relacional, envolvendo mudanças nas relações e nas representações de si próprio e do outro”. Essa fase dá inicio às transformações quer pessoais, físicas, psicológicas e sociais, que obviamente que influenciam os adolescentes neste processo.

Dessa maneira esta preparação acontece de maneira divergente em ambos os gêneros, também havendo uma correlação com a idade e com os aspectos psicológicos e de bem-estar, portanto a autonomia depende principalmente da elaboração dos níveis para sua construção neste processo, estabelecido por normas e condutas.

Para Calheiros et al. (2013, p.6) “considerando a interação entre o domínio individual, social e ambiente físico, a autonomia desempenha um papel importante permitindo ao próprio construir as bases do seu pensamento, emoções e comportamentos”, é neste sentido que ela atua, através de uma construção multidimensional para o desenvolvimento de cada domínio.

Deste modo a autonomia nesta construção multidimensional, está relacionada com as características de cada adolescente e também do contexto social em que ele está inserido; e ela é fundamental no processo de preparação para autonomização.

De acordo Fleming (1993, p.251) “a autonomia é uma aquisição a conquistar, dizendo respeito à apropriação do corpo e à conquista de um espaço mental para pensar e para se relacionar fora da família”. Contudo não podemos cercear o conceito de autonomia apenas no psicológico e pessoal, mas levar em conta, a autonomia na construção de competências funcionais para sua emancipação, como para autonomia profissional e financeira, que são dimensões fundamentais da construção do seu projeto de vida, pessoal e familiar.

Autonomia tem um significado importante para emancipação do jovem, visto que ele se envolve-se na sociedade, assim instituindo uma relação e integrando-se como parte da mesma. Esta fase é quando ocorrem várias experiências e aprendizados para sua construção, assim conquistando sua independência.

Fleming refere que (1993, p.85) “o adolescente autônomo tem capacidade de integrar e de lidar com necessidades internas conflituosas e de ser tolerante porque respeita as necessidades de autonomia nos outros”, assim trabalhando as suas necessidades e conflitos internos, sendo condescende, evidenciando sua capacidade de se integrar com o grupo.

Para Gomes (2010, p.105) “é fundamental efectuar um trabalho com estas crianças e jovens capaz de potenciar e optimizar todo o seu processo de crescimento e individuação/autonomia, e a sua capacidade de tomada de decisões, bem como resoluções de problemas, auto-orientação e responsabilidade social”, assim autonomia compreende diversas especificidades do sujeito, sendo suas características internas e externas, e também no seu contexto social onde está inserido.

De acordo com Sampaio et al. (2015, p.389) “a autonomia como o estado de integração em que um jovem se encontra, em plena concordância entre os seus sentimentos e as suas necessidades. A preparação da saída da instituição, deverá ser efetuada de uma forma a tempo da sistemática contínua, participada e sempre contratualizada com o jovem”. Desta maneira a instituição de acolhimento, tem um significado importante para essa construção de autonomia do jovem durante sua permanência dentro dela. Orientando-o nessa preparação, realizando uma intervenção em conjunto com responsabilidade, para concretização de uma autonomização de sucesso para seu projeto de vida.

3.2 A Intervenção na transição para vida adulta dentro da instituição

A intervenção durante a institucionalização, é imprescindível para a preparação da autonomia. Potencializando suas responsabilidades para o desenvolvimento de competências para o seu crescimento individual. A intervenção durante o acolhimento institucional é fundamental, segundo Calheiros et al. (2013, p.7) “para uma adequada intervenção para incidir na capacitação dos jovens promovendo um conjunto de competências de autonomia ao nível cognitivo, emocional e funcional”. Assim a intervenção deve ser trabalhada de maneira que consiga beneficiar esses jovens, numa

transição fortalecida e segura, tendo como objetivo a sua independência; através de uma construção de competências eficazes para este novo percurso de vida que se inicia.

Essa mudança da adolescência para vida adulta é uma transição delicada seguida de dificuldades, afetando o jovem quando não é preparado para essa mudança. O andamento desta transição vai-se acentuando quando o jovem convive com episódios que o abalaram durante sua adolescência, necessitando de desenvolver competências, que lhes permitirão ser adultos responsáveis e ativos, no que se refere às suas decisões ao longo de sua vida.

Para Calheiros et al. (2013, p.13) “no âmbito da transição para vida independente, destaca-se o papel dos técnicos e educadores enquanto facilitadores e promotores do desenvolvimento dos jovens”. Neste sentido a construção e elaboração para autonomia, e também o desenvolvimento de competências para uma vida adulta independente, necessita do apóio das equipas técnica e educativa, no sentido da promoção da autonomia; assim estimulando para um trabalho orientando para o progresso das competências dos jovens.

Dessa maneira precisam trabalhar estratégias e práticas diferenciadas que envolvam e cativem os jovens, que eles consigam compreender a importância que é esse processo; proporcionando um crescimento de mudança e um comportamento adequado para a construção do seu projeto de vida.

Descreve Sampaio et al. (2015, p.311) “a intervenção tem de ser baseada na construção de uma relação sólida de confiança entre a equipa e o jovem, é fundamental o papel que o adulto assume enquanto referência”. É portanto necessário possibilitar uma qualidade de convivência dentro do acolhimento, onde sintam-se pertencentes e seguros naquele local; sendo respeitados mesmo com suas diferenças e dificuldades, permitindo que vençam as suas adversidades.

Segundo Delgado & Gersão (2018, p.8) “o relacionamento de proximidade, frequente, douradouro e contínuo, assente na construção de confiança mútua e na satisfação das necessidades básicas”, assim propicia uma adaptação e uma reorganização de vínculos fortalecidos, num ambiente onde possam ser respeitados para desenvolver nos jovens empatia e segurança.

Para Sampaio et al. (2015, p.311) “proporcionar-lhe recursos pessoais e sociais promotores de independência”, havendo uma enorme necessidade de competências sociais e pessoais que os jovens desconhecem para uma vida independente. Assim

durante sua estadia no acolhimento, a equipa tem responsabilidade nessa construção, garantindo um desenvolvimento há nível pessoal, financeiro e social.

Para que aconteça o desenvolvimento de competências dentro da instituição, a intervenção deverá prover aos jovens de recursos e ferramentas que efetivem este trabalho; possibilitando um suporte para suas necessidades específicas decorrentes das situações que os conduziram para o acolhimento institucional.

É crucial desenvolver competências sociais que consigam aumentar a sua auto-estima, de maneira a possibilitar a transição para vida independente, fora da instituição. Assim a equipa deve intervir de forma que possibilite a saída com qualidade para sua trajetória de vida, dando oportunidade de escolher e tomar decisões referente a essa mudança de vida.

De acordo com Gomes (2010, p.149) “a intervenção deve ser planeada, tendo em conta os objectivos que queremos ver concretizados, não só para a organização em si, mas sobretudo para cada uma das crianças e dos jovens”. Assim o trabalho dentro da instituição é orientado para criar oportunidades onde o jovem realize essa transição pós-institucionalização, fortalecendo-a através da construção de autonomia para esse novo começo de vida.

Portanto a saída do acolhimento institucional, deve ser um meio gerado com qualidade, sendo de satisfação individual, vivências de bem-estar, em relação ao contexto social, laboral, escolar e familiar, de acordo com o jovem e seu contexto de vida.

3.3 Desenvolvimento de Competências para vida adulta

Os efeitos de carência de suporte durante a transição para vida independente, decorrentes do não desenvolvimento de competências sociais, durante está trajetória institucional, serão negados. Para Gomes (2010, p.23) “a vida institucionalizada tinha como efeito formar jovens mais dependentes e com menos competências sociais para enfrentar a vida, uma vez confrontados com o mundo, munidos dos seus recursos pessoais e sociais, muitos deles acabavam por engrossar a população socialmente excluída, muitas vezes com problemas de falta de habitação, de toxicodependência ou delinqüência”.

A saída da instituição, por muitas vezes causa frustração, medos, angústias e sofrimentos, com o mundo desconhecido, pois não tiveram uma preparação satisfatória para essa transição, assim ocasionando uma fase negativa em suas vidas.

Para Instituto da Segurança Social (Segurança Social, 2020, p.87) “na situação das crianças e jovens face ao seu projeto de vida, observa-se 533 crianças e jovens se encontravam acolhidas sem projeto de vida e 72 que chegaram a ter projeto de vida delineado, mas deixaram de o ter neste mesmo ano, por impossibilidade da sua concretização”. De acordo com Relatório Casa 2020, as dificuldades das instituições em dar resposta a estes jovens e suas famílias, se concretiza na tabela abaixo.

Tabela 2 - Crianças e jovens sem projeto de vida definido ou com projeto de vida definido, mas não concretizado, análise comparativa (2019 e 2020)

Projetos de Vida	Nº absolutos		Variação (%)	Nº relativos		
	2019	2020		2019	2020	
Sem projeto de vida definido	533	458	-14%	7,6%	6,8%	↓
Com projeto de vida definido, mas não concretizado	72	58	-19%	1,0%	0,9%	↓
Total	605	516	-15%			
Total das crianças e jovens em acolhimento	7.046	6.706	-5%			

Fonte: Relatório Casa 2020

Cada vez mais se destaca a preocupação do projeto de vida das crianças e jovens institucionalizados, assim para Alvarez, Cordeiro & Carvalho (2005, p.106) “o conceito de projecto de vida configura uma estratégia de intervenção da estrutura residencial em parceria com outros actores sociais, implicando fortemente com as crianças e jovens e suas famílias, tendo como objectivo principal a sua desinstitucionalização segura”. Para terem um futuro promissor e com qualidade de vida, precisam no momento que estão institucionalizados de apóio e também do núcleo familiar, para enfrentarem da melhor forma está situação, assim superando as suas necessidades para este começo de vida.

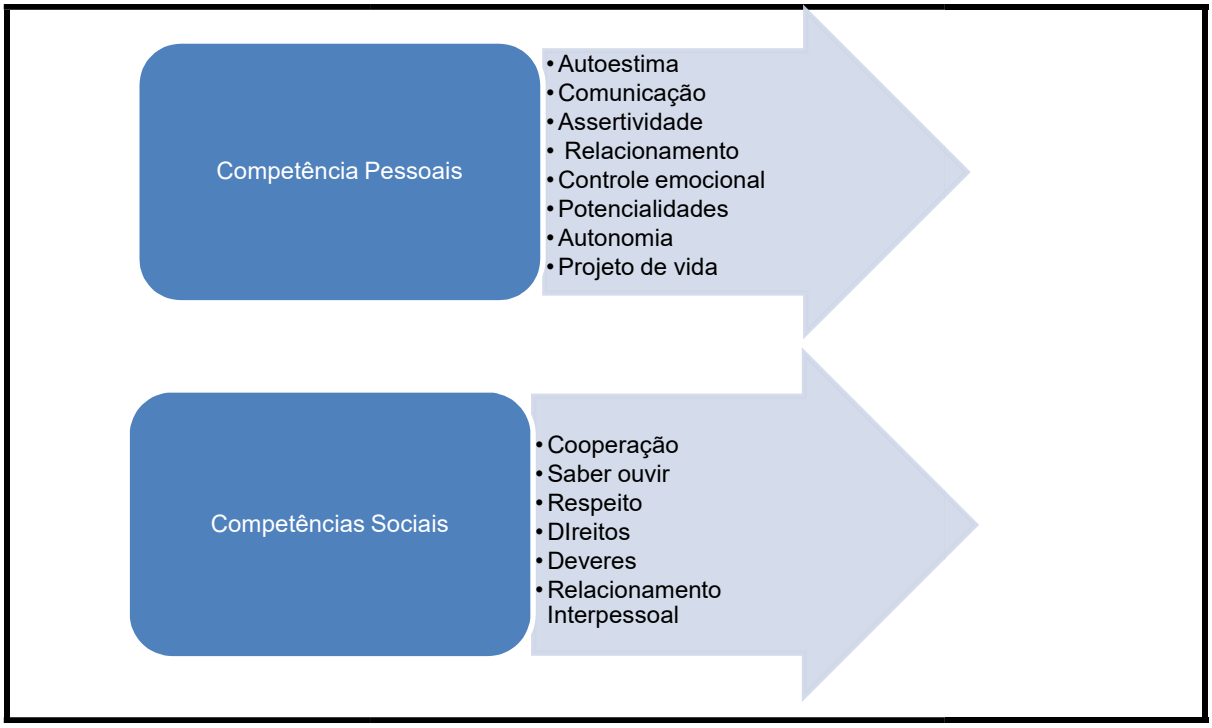
Sentimento de abandono e insegurança vem com a transição para vida autônoma, trazendo sensações negativas e de abandono, por parte do jovem institucionalizado, pois ele viveu neste local que se refere de casa, tendo proteção e garantindo uma convivência familiar segura.

Em vista disso precisamos de ter um maior investimento na promoção e no desenvolvimento de competências sociais e pessoais das crianças e jovens. Segundo Henriques & Carvalho (2009, p.5) “a implementação de programas de desenvolvimento de competências, que incluam situações associadas aos mais diversos contextos de vida dos jovens, com a vista a promover uma autonomia efectiva”, é fundamental para seu crescimento neste percurso.

De acordo com o Programa Umbrela, Fernández & Garcia Quintal (2005, p.1) referem que "tem como objectivo trabalhar as competências sociais dos jovens em acolhimento residencial a sua transição para a idade adulta". Esse programa vem desenvolver competências sociais, permitindo aos jovens instrumentos para a transição para a vida adulta; preparando-os de maneira a promover a sua independência e a sua autonomia.

Para cada uma destas competências foram definidos alguns objetivos especícifos, como se pode observar na figura seguinte:

Figura 1 - Definição das competências pessoais e sociais:



Fonte: Adaptada pela autora do autor Fernández & Garcia Quintal, do Programa Umbrela (2005)

O conceito chave "competências de vida" foi adaptado a partir da sua definição pela Organização Mundial de Saúde (OMS), conjunto de competências psicossociais e interpessoais que permitem às pessoas tomar decisões informadas, resolver problemas, pensar de forma crítica e criativa, comunicar eficazmente, construir relações saudáveis, criar empatia com os outros e gerir a vida de forma saudável" (OMS, 2003 cit. in Calheiros, et al., 2013, p. 253).

O programa tem como objetivo geral de apoiar o jovem na formação profissional, para ter requesitos para a colocação no mercado de trabalho, tendo condições para gerir sua vida e sua própria casa, fazendo face às suas despesas.

Para que essa transição aconteça de forma positiva na vida desses jovens, aequipa deve garantir essa passagem de forma aque consigam desenvolver as competências, criando condições para fazer mudanças nas suas vidas. Segundo Fernández & Garcia Quintal (2005, p.3) "o Programa Umbrela é uma proposta de trabalho educativo para a vida independente que pretende satisfazer as necessidades dos jovens através de um conjunto de actividades, pensadas para alcançar a autonomia e independência". A ausência destas poderá desenvolver percursos de vida desestruturantes.

Quadro 2 - Operacionalização do conceito "Competências de Vida"

Conceitos	Dimensões	Indicadores
Competências de Vida em jovens institucionalizados - Programa Umbrella	Apóio Social	1.Rede social de apóio, 2. Família, 3. Amigos, 4 .Visitas, 5. Vizinhos, 6.Paternidade, 7.Tempos livres, 8. Localidade, 9. Viajar
	Estudos/Trabalho	1. Escola, 2. Pensar no futuro, 3. Ir para a universidade, 4. Encontrar trabalho, 5. Escrever curriculum vitae, 6. Candidaturas, 7. Entrevistas, 8. Experiência laboral
	Dinheiro	1. Comprar roupa, 2. Orçamento, 3. Pagar contas, 4. Fazer compras, 5. Subsídios sociais, 6. Salários, 7. Contas bancárias, 8. Poupar dinheiro, 9. Seguros, 10. Impostos
	Sobre mim mesmo	1.Sinto-me bem comigo próprio, 2. Vida saudável, 3. Médico, 4. Dentista, 5.Álcool, 6.Outras drogas, 7. Fumar, 8. Educação sexual, 9. Higiene pessoal, 10. Assuntos oficiais
	Casa	1. Onde vivo, 2. Tornar-me independente, 3. Mobilar a casa, 4. Segurança em casa, 5. Cozinhar, 6.Llimpar, 7. Lavar a roupa

Fonte: Sistematização da autora a partir do Questionário de Competências de Vida do Programa Umbrella (2005)

As dimensões deste conceito de "competências de Vida" abrangem, de acordo com o Programa Umbrella, a aquisição de competências pessoais, sociais, profissionais, bem como de carácter mais funcional, como as de gestão financeira e de gestão

doméstica, nomeadamente: apóio social, estudos, trabalho, dinheiro, sobre mim mesmo e casa.

A primeira dimensão, “apóio social”, diz respeito a competências da componente relacional, de contactos pessoais do jovem, a redes de suporte, a família e amigos. A segunda dimensão, “estudos/trabalho”, integra competências pessoais (tomada de decisões, escolhas futuras) e competências profissionais (saber como procurar trabalho, escrever um currículo vitae, preparar para uma entrevista de trabalho). A dimensão “dinheiro” engloba competências com um carácter mais funcional, como a gestão financeira: processo de consumo de bens materiais, alimentares, conhecimentos de poupança, como lidar com aspetos logísticos do dinheiro (abertura de contas, seguros, empréstimos). Na dimensão “sobre mim mesmo”, estão integradas as competências pessoais, centrando-se no autoconceito do jovem, nos seus hábitos pessoais e conhecimentos direcionados à vida pessoal. Por último, na dimensão “casa”, foram analisadas competências funcionais de gestão doméstica, tais como: cozinhar, mobilar uma casa, limpeza e arrumação do espaço habitacional.

Este projeto possibilita a saída do acolhimento institucional, garantindo um desempenho social, assimdesenvolvendohabilidades, para enfrentar essa nova etapa em suas vidas, tornando-ás pessoas mais seguras e responsáveis no seu quotidiano.

Para Marques Ceconello & Koller (2003, p.2) ”uma pessoa competente é capaz de acreditar em suas potencialidades e demonstrar sentimentos positivos com relação a si mesmo, além disso é capaz de estabelecer metas e traçar estratégias para conseguir bons resultados, mesmo tendo fracassado em experiências anteriores”. Portanto desenvolver competências é promover reflexões para uma antecipação, oportunizando novas expectativas de vida, assim realizado uma reconstrução com essas transformações.

Nesta transição da saída do acolhimento para uma vida independente, compreende-se a necessidade de preparação para este processo, trabalhando as competências em dois níveis: pessoal/relacional e funcional. Sendo que as competências pessoais e relacionais se referem á auto-estima, á auto-confiança, ao auto-conceito e são os geradores das emoções, as de nível funcional são respectivamente ao aprendizagem de competências necessárias para uma vida autônoma, o cuidar de uma casa, gerir-se financeiramente.

Para Isabel Gomes (2010, p.196) “a autonomia engloba uma dimensão cognitiva, que se caracteriza pela capacidade para tomar decisões independentes,

estabelecendo objetivos pessoais, uma dimensão afectiva relacionada com a confiança nas escolhas pessoais e uma dimensão funcional, ou seja a capacidade para planear e concretizar as próprias decisões". Esse percurso se desenvolve durante esta transição, gerando expectativas para esta nova etapa de vida.

Para Marques Ceconello & Koller (2003, p.2) "competência social é a habilidade da pessoa para perceber as demandas do ambiente e o esforço com o objetivo de adequar seu próprio comportamento à situação". Desse modo obriga a conhecer-se a si próprio e ás suas habilidades, para auxiliar a sua integração social.

Salientamos que as competências sociais diferenciam umas das outras, sendo no contexto familiar, cultural, econômico e social, referente ás crianças e jovens que vêm de um núcleo familiar com ausência de competências, elas necessitam de uma intervenção efetiva capaz de provocar mudanças no seu dia-dia.

É neste quotidiano que a instituição vai promovendo rotinas, através de aprendizagens de valores e atitudes, por parte dos jovens. Segundo Manual de Processo – chave(2007, p.220) "no contexto de vida diário das crianças e dos jovens, os momentos em que se concretizam as tarefas de rotinas são uma excelente oportunidade para que os técnicos promovam aquisição e o desenvolvimento de competências pessoais na criança/jovem e de concretização de projectos de desenvolvimento sócio-educativo individual".

O envolvimento dessas crianças e jovens nas atividades, dentro da instituição, faz desenvolver sentimento de pertença à aquele espaço, esse trabalho precisa ser realizado diariamente, assim promovendo competências pessoais e sociais nas jovens através das rotinas diárias.

De acordo com Manual de Processo - chave (2007, p.59) "competências pessoais dizem respeito às características pessoais que influenciam a relação que a criança/jovem te consigo mesma: o auto-conhecimento, a capacidade de identificar sentimento em si, a auto-estima, auto-percepção e a autonomia". É a competência que relaciona-se com as capacidades, saberes e formas que o sujeito dispõe no seu quotidiano, para o enfrentamento de situações com as quais é confrontado.

Já a competência social ocorre num ambiente relacionado com suas atitudes, expressando os seus pensamentos e emoções, são um conjunto de fatores internos que fazem interagir com as outras pessoas. "Competências sociais referem-se a um constructo multidimicional que inchuem factores sociais, interpessoais, cognitivos e

emocionais", conforme o Manual de Processo-chave Acolhimento Familiar da Segurança Social, 2007 apud Lemos & Menezes (2002, p.60).

O desenvolvimento de competências que os jovens conseguem construir, durante o tempo que estão institucionalizados, fazem sentirem seguros em suas decisões e relações, assim conseguindo a sua autonomização com sucesso.

De acordo com Gomes (2010, p.196) "autonomização é o período final da intervenção sobre autonomia, que visa a reflexão e o desenvolvimento de estratégias, tendo em vista a saída do jovem e a sua, consequente plena autonomia de vida". Este processo encerra-se com a saida do jovem da instituição, assim conseguindo alcançar a sua indepedência.

Contudo cada jovem consegue trabalhar este processo à sua maneira, concretizando seus objetivos pessoais, tendo um apóio para garantir sua segurança após a saída da instituição. Este trabalho sobretudo vai ajudar o jovem superar seus medos em este novo mundo que lhe aguarda fora da instituição, assegurando um novo inicio empoderado e sobretudo seguro em suas decisões, assim tornando-se responsavél pelos seus atos neste novo percurso de vida.

CAPÍTULO 4

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

4.1 Conceito de Violência

A violência sempre existiu e provavelmente sempre irá existir, quer a nível familiar quer a nível social. É um fenômeno comum, praticamente em toda sociedade, a sua definição é universal conforme Dias (2004, p.87) "não tem como relacionar a um algum dado ou local e nem á classe social, e o seu processo é constante ao longo da história e na sociedade atual".

Esse fenômeno se manifesta através de diversas formas e contextos, ocorrendo no quotidiano das pessoas que se encontram vulneráveis, assim gerando danos psicológicos, físicos e emocionais. Para Dias apud Knan (2004, p.88) "a violência é um conceito carregado de significados, o seu sentido mais corrente encontra-se nas seguintes definições: o exercício de uma força física visando atingir ou causar danos a

pessoas ou bens, uma ação ou comportamento assim caracterizados, um tratamento ou costume tendendo a causar danos físicos ou a usurpar pela força a liberdade de um indivíduo".

A violência é um tema muito discutido por vários autores, (Dias, 2004; Ferrari & Vecina, 2002; Prazeres, 2016), está relacionada com vários factores sociais, individuais e culturais. Esses aspectos estão interligados com outros externos biológicos e psicológicos que surgem nas situações em que a violência pode ocorrer, podendo ser física ou psíquica, de forma que haja uma submissão da vítima aos propósitos do agressor.

Salientamos a violência num tema de saúde pública, pois ocasiona sequelas destruindo a vida das pessoas, e de acordo com Prazeres (2016, p.24) "actos violentos engloba um conjunto de comportamentos considerados reprováveis e condenavéis, dado o impacte negativo que, a curto, médio e longo prazo podem ter na qualidade de vida e na saúde dos indivíduos e das populações, levando em casos limite à morte".

Conforme Ação de Saúde sobre Gênero Violência e Ciclo de Vida (ASGVCV, 2016, p.23) "a lei nº 1297/2015 de 3 de setembro, que estabelece o regime aplicavél á prevenção da violência doméstica, á proteção e á assistência das vítimas". Essa lei contempla a punição das diversas formas e atos violentos.

A família se constitui na base da socialização do indivíduo que, ao nascer, recebe suas influências culturais, valores e sentimentos; acrescidas de informações que vão sendo transmitidas, através das gerações, por seus ascendentes. Para Alves (2007, p.149) "família surge naturalmente, como resultado de uma relação biológica/de sangue".

Conforme Simões (2015 p.43), a "família é o espaço onde reside o amor e com ele se estabelecem vínculos afetivos de qualidade tão necessários ao bom desenvolvimento e bem-estar das crianças, permitindo-lhes arquitetar e construir a sua identidade e a sua história individual, sempre enriquecida com a satisfação integral das demais necessidades físicas, cognitivas e psicossociais, acompanhando o andamento próprio das diversas e diferentes etapas do seu crescimento". Ela consiste nas funções básicas, como alimentação dos seu membros, a criação e a educação dos filhos, a transmissão de valores e da história familiar de uma geração para outra.

A mesma é indispensável para a manutenção da própria sociedade, contudo ela mudou e está em constante transformação. Com o mundo globalizado, está se adaptando com este novo cenário para seu desenvolvimento e de seus membros. Torna-

se intermediária entre a sociedade e a dinâmica familiar, causando muitas vezes exclusões no núcleo familiar, provocando fragilizações e rompimento de vínculos nas relações entre os seus membros.

Essas transformações incidem o núcleo familiar ocasionando condições e necessidades a formar novos arranjos, para se ajustar aos meios sociais e econômicos que têm levado a família à reestruturação da sua organização, referindo-se também à transferência de funções no núcleo familiar.

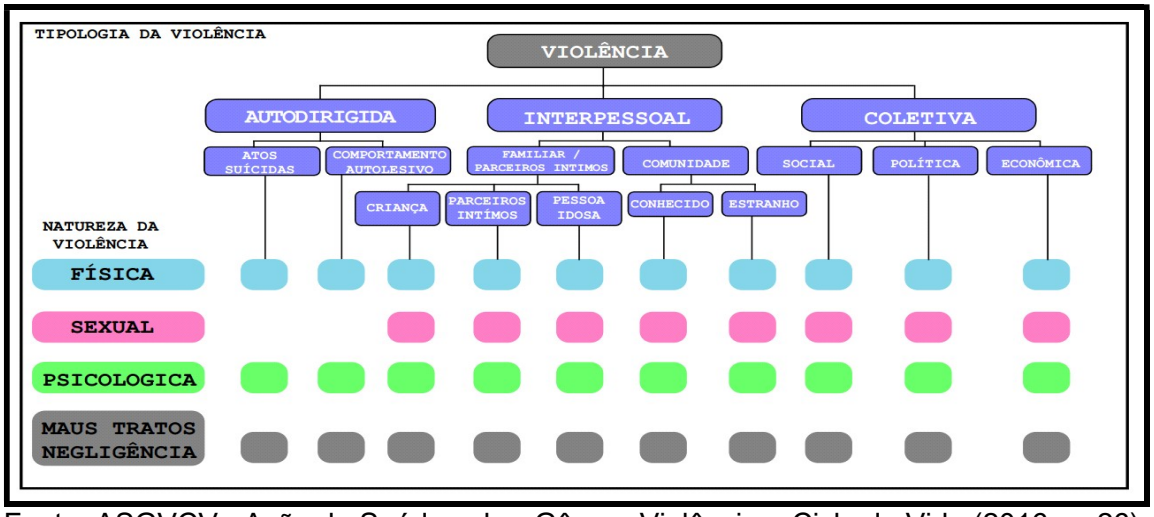
No mundo contemporâneo, as famílias diferenciam-se do modelo tradicional que estávamos habituados. Com tantas mudanças e transformações que acontecem em sociedade, podemos dizer que não temos um padrão de família, pois elas variam em função do contexto e cenário socioeconômico e cultural, em que as mesmas estão inseridas.

A dinâmica familiar é muita complexa e ampla, pois dentro desta instituição tem uma variedade de modelos e estruturas, que se constitui através dos diferentes membros, assim sofrendo mudanças em seu núcleo familiar e na esfera individual de cada um dos seus membros. Essas mudanças podem ser de perdas e ganhos, que por muitas vezes não ficam evidentes, mas que apontam para uma desconstrução, reconstrução e construção na rotina familiar e no processo das relações, assim estabelecendo vínculos familiares que se pretende que sejam de qualidade para desenvolvimento sadio dos indivíduos dentro da família.

4.2 Tipos de Violência associadas à violência doméstica

A violência doméstica se manifesta através de diversas maneiras. “A categorização do problema tendo como principal critério quem é o/a perpetrador/a do ato violento, aponta para a existência de três grupos distintintos: a violência autodirigida, a violência interpessoal e a violência coletiva”, segundo Prazeres (2016, p.26), cada um dos tipos de violência engloba diferentes tipos específicos, conforme se mostra no quadro abaixo com as tipologias de violências.

Quadro 3 – Tipologia da Violência:



Fonte: ASGVCV - Ação de Saúde sobre Gênero Violência e Ciclo de Vida (2016, p. 26)

No que se refere à **violência autodirigida**, é autoprovocada, auto infligida, compreende-se por idealização suicida, autogressões, por tentativas de suicídio e suicídios.

Quanto a **violência coletiva** esta engloba violência cometida por grupos ou individual, esse tipo visa promover uma pauta social, política ou econômica.

A **violência interpessoal** é aquela que ocorre entre os membros familiares, amigos e conhecidos. Está subdividida em duas categorias a violência familiar e violência comunitária. “A violência comunitária e violência familiar, que inclui a violência infligida pelo parceiro íntimo, o abuso infantil e abuso contra os idosos, já a comunitária incluem-se violência juvenil, os atos aletórios de violência, o estupro e o ataque sexual por estranhos” conforme Coelho et al. (2014, p.3).

O impacto da violência pode persistir por toda vida, ocorrendo de forma continua na vida do sujeito, sendo concretizados atos na forma de violência física, psicológica, sexual ou de negligências e privação.

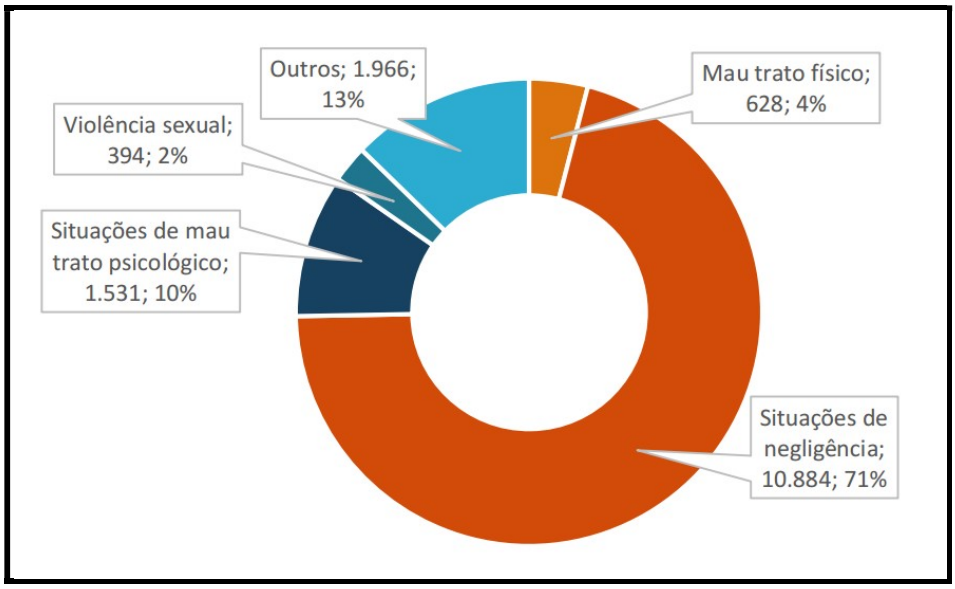
4.3 Impacto da Violência Doméstica nas crianças e jovens

As crianças e jovens convivem com episódios de violência em seu núcleo familiar, sendo vitimas de atos violentos dentro da sua residência. “Violência doméstica integra qualquer ato, inclusive omissão ou ameaça que provoque nas suas vitimas danos físicos, psicológicos ou emocionais, que é praticado por pessoas com quem aquelas têm uma relação de parentesco consanguíneo, de acordo com Dias (2004, p.94)”.

Estudos evidenciam que crianças/jovens que convivem em contexto de violência doméstica, têm problemas de adaptação do que as crianças/jovens de contexto não violento. Sendo vítimas de seqüelas físicas, psicológicas e comportamentais, estando impedidas de ter um desenvolvimento saudável, assim gerando desatenção, dificuldades de se relacionar, falta de afetctividade parental.

Conforme o Relatório Casa 2020, cada criança ou jovem poderá ter entrado no sistema de acolhimento com uma ou mais situações de perigo diagnosticadas. Este facto explica que o número total de situações apuradas (15.403), seja superior ao número de crianças e jovens em situação de acolhimento (6.706). “As situações identificadas são as predominantes, as que motivaram a tomada de decisão pelas CPCJ ou pelos Tribunais, para o afastamento temporário das crianças e jovens da sua família no meio natural de vida, no âmbito dos respetivos processos de promoção e protecção”, segundo Instituto da Segurança Social (2020, p.71).

Gráfico 6 – Situações de perigo que estiveram na origem da situação de acolhimento (N=15.403):



Fonte: Relatório Casa 2020

O impacto na saúde física e psicológica referente á qualquer tipo de violência, é muito grande, pois traz conseqüências em vários aspectos, como auto-estima baixa, depressão, tristeza, ansiedade, isolamento social e outras patologias.

Portanto as diversas formas de violência, ocasionando diferentes condutas de comportamento, o medo, a vergonha e impotência referente a este fenômeno, fazem com que muitas pessoas permaneçam neste ciclo de violência, pois desconhecem a garantia

de seus direitos e apóios para superarem e quebrar este ciclo, que por vezes dura a vida toda.

4.3.1 Impacto da Violência no funcionamento familiar

Para Sousa (2005, p.26) “funcionamento familiar refere-se aos padrões de relação que ligam os membros, formas de demonstrar afetos, modos de resolver os problemas, desempenho das tarefas do dia-dia”, desta maneira ela é reponsavél pelo trato de relações e da conviência em seu núcleo familiar. Neste processo as famílias mudam de comportamentos com o surgimento de situações que não conseguem resolver, fazendo que sofram alterações nas relações tanto positivas como negativas, assim ocasionando um desgaste para família e gerando conflitos entre os seus membros.

Com este funcionamento originam situações de violências, criando atitudes de comportamento prejudiciais para o bem-estar emocional, fisico e social deste núcleo. Fazendo que essa instituição seja insuficiente tanto no suporte econômico, habitacional e emocional. Conforme Sousa (2005, p.17) a tal leva à “insuficiência grave, sobretudo por parte dos pais, nas actividades funcionais e relacionais necessárias à vida familiar”.

Muitas destas situações se manifesta através do fenômeno violência, assim originando diferentes formas de violências tanto física e psicológica, e dessa maneira causando conflitos familiares e separações entre os progenitores e seus fihos, havendo uma fragamentação nas relações, que se torna, muitas vezes irreversivél pelos traumas provocados.

E destes conflitos muitas vezes resultam a colocação institucional que vai fazer o trabalho referente à proteção, cuidado, amor e segurança do seu filho. Salienta Pacheco et al. (2021, p.187), que o “acolhimento de C/J constitui uma transição de vida ocasionada, na sua grande maioria, pelas dificuldades dos cuidadores primários em garantir as condições afetivas, sociais e econômicas para o seu desenvolvimento saudavél”.

Descreve Pizarro Beleza et al. (2021, p.25), que “a violência para com as muheres decorre das relações de força desiguais entre homens e mulheres e conduz a uma discriminação grave contra o sexo feminino, tanto na sociedade como na família”. Neste contexto demonstra que este gênero tem probalidade de sofrer atos de violência, sendo em seu núcleo familiar ou em outros contextos da sociedade, assim apresentando progenitores sem nenhuma conduta de cuidado com seus filhos, afetando o seu

comportamento e aumentando os conflitos de relações de vinculação inseguras entre seus membros; e dessa maneira desenvolvendo insegurança e agressividade nestas crianças e jovens.

Consequentemente este fenômeno traz prejuízos no comportamento cognitivo, comportamental e emocional. Magalhães (2002, p.54) considera que a existência desse fenômeno geram danos nas crianças e jovens: “ a) consequências cogntivas: que originam um défice intelectual, um défice da linguagem, precário rendimento académico ou profissional, b) consequências afectivas: com baixos níveis de auto estima, sensações de medo, angústia, raiva, disfunção sexual, ideação suicida, c) consequências comportamentais: com dificuldades de relacionamento interpessoal, escasso reconhecimento das emoções, isolamento, agressividade, dificuldades na percepção e aceitação das normas sociais e morais, sentimentos de culpabilidade, falta de motivação, violência e maltrato aos seus próprios filhos, toxicodependência, prostituição e condutas deliquentes, d) consequências de caracter psiquiátrico: com presença de neuroses, depressões, psicoses e transtornos múltiplos de personalidade”.

Essas crianças e jovens que se encontram expostas e vivem impotentes perante há este fenômeno, apresentando sequelas e maior probabilidade de pertubações de stress e problemas com a saúde mental.

A violência familiar é resultante do disfuncionamento do núcleo familiar, produzindo e reproduzindo comportamentos adversos, dessa maneira tornando-se a família incapacitada em relação aos cuidados de seus filhos que também são vítimas de situações que vivenciam. Trata-se de experiências que ultrapassam as diversas gerações familiares, que diferem de família para família, gerando sequelas comportamentais afetivas, sociais e mentais nos seus membros. Assim, os jovens que cresceram em famílias disfuncionais quando constituirem novas famílias tendem a reproduzir as suas caraterísticas. A família como instância privilegiada de socialização deixa uma marca profunda nas crianças e jovens, podendo influenciá-los para que tenham um percurso de vida caracterizado pela autonomia e por projetos educativos, formativos e profissionais, enfrentando de forma positiva os diversos desafios do seu percurso de vida ou não. Quando os jovens têm um relacionamento e seus pais seguem um padrão de conduta, muitas vezes violento, que repetem ou contra o qual foram reativos, mas que nunca questionaram. Estas relações que estão na base da constituição de um novo núcleo familiar revelam que os jovens não foram adequadamente educados pelas suas famílias de origem para prestar cuidado, não tendo competências parentais e outras

que serão fundamentais para a sua autonomização e para a construção do seu percurso de vida e dos seus filhos, no sentido da sua inclusão social. Neste tipo de família há relações que longe de favorecer o desenvolvimento integral das crianças e das próprias jovens mães, o prejudicam. São famílias muitas vezes caraterizadas pela violência doméstica, em que as vítimas são as jovens mulheres e os seus filhos**.** A violência pode ser física, psicológica e/ou sexual e gera consequências graves, sobretudo sobre as jovens mulheres, mas também sobre os seus filhos. Os episódios de violência que aterrorizam as jovens e as crianças marcam fortemente a sua auto-estima e o desenvolvimento de todas as suas outras competências. Estas jovens mulheres ao viverem em famílias disfuncionais vêem o seu futuro como muito imprevisível e inseguro. Acresce referir que também os seus filhos para se desenvolverem integralmente precisam de segurança e de estabilidade, o que muitas vezes não lhe é assegurado no contexto familiar. A incerteza e insegurança prejudicam emocionalmente as pessoas, especialmente as crianças**.** É muito provável que elas apresentem fortes características de stress e de medo na relação com os outros e consigo próprias, nos diversos contextos das suas vidas, que podem não potenciar um projeto de futuro e um sentido para a vida. E, desse modo, nesse projeto de futuro as famílias não são consideradas, não havendo possibilidade de se constituírem em suporte para o seu processo de autonomia.

CAPÍTULO 5

CAMINHO METODOLÓGICO: A IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA COM VISTA À PLANIFICAÇÃO DO PROJETO DE INTERVENÇÃO

5.1 Problemas e Objetivos da Investigação/Ação

O afastamento de um jovem do seu núcleo familiar é sempre um momento difícil e delicado e os motivos que o levam a esta situação são muito complexos. Esta constatação remete para a importância de se estruturar os serviços e também as suas equipas para que estejam preparadas para lidar com esta gama de situações, assim trabalhando de forma coletiva e complementar.

As comunidades de inserção trabalham na proteção das jovens mulheres e dos seus filhos, assim ofertando um espaço com dignidade e cuidado, dando resposta às

problemáticas especificas e às necessidades de intervenção educativa e terapêutica, tendo como objectivo o desenvolvimento de competências com vista à sua autonomia e à construção de um projeto para o futuro.

Desse modo é primordial refletir acerca da construção de competências destas jovens mulheres para que possam conceber e implementar o seu projeto de vida. Até porque, após a saída da instituição, estes jovens estão, por vezes, sujeitos as fragilidades emocionais, desemprego e dificuldades socioeconômica.

Diante a essa realidade referida, foi definido o seguinte problema: ***de que forma se vem constituindo o desenvolvimento de competências com jovens mulheres em acolhimento institucional para fins de sua autonomia? E como criar condições para uma intervenção apostada no desenvolvimento de competências que potencie o processo de autonomização, com vista à inserção social destas jovens que, por determinados factores, se encontram em situação de exclusão ou de marginalização social?***

Essa temática surgiu, após observações realizadas com jovens e equipas, assim fazendo provocações e questionamentos sobre esse processo dentro da instituição. Vários pesquisadores indicam que crianças/jovens que permanecem em acolhimento por muito tempo, apresentam competências pessoais e sociais insuficientes, durante o processo para sua autonomia muitos desenvolvem problemas comportamentais e vivenciam dificuldades emocionais nesta transição.

A conceituação de desenvolvimento competências e autonomia foram bases fundamentais para este trabalho. O desenvolvimento de competências visa autonomia, assim garantindo uma saída segura, empoderando as jovens para enfrentar uma nova vida fora da instituição, tendo condições de se reinserirem socialmente.

Deste modo tivemos como objetivo aprofundar o conhecimento sobre as trajetórias de institucionalização destas jovens nesta comunidade de inserção. Buscando identificar quais os fatores para o desenvolvimento de competências, elaboramos os seguintes objetivos da investigação-ação:

- oportunizar um espaço de reflexão, com vista a obter informação sobre a maneira como á equipa realiza o desenvolvimento de competências das jovens institucionalizados. Assim neste sentido, foi crucial entender o papel de cada profissional e suas especificações dentro do espaço e perceber como é feita essa construção no coletivo, para desempenharem da melhor maneira o seu papel de cuidador/educador;

- analisar quais as dificuldades e a percepções das jovens tem a cerca da construção de desenvolvimento de competências, e nesta lógica compreender os impasses que as jovens têm nesta perspectiva de concepção;
- analisar se o trabalho que está sendo desempenhado com as jovens e seus filhos tem interferido no tempo de permanência deles na instituição; neste sentindo perceber se a equipa está preparada para trabalhar com este público;
- que práticas organizacionais e profissionais devem ser implementadas para que seja potenciado o desenvolvimento de competências para um suposta autonomia e inclusão social.

Mais concretamente interessa conhecer:

- que competências de vida possuem as jovens da CI;
- analisar as competências que a jovens possuem na saída da CI;
- analisar o processo de transição para autonomia para uma futura vida adulta;
- que tipo de atividades desenvolvem a CI, para promoção de autonomia das jovens.

Deste modo que a participação das jovens e a equipa técnica, equipa de ajudantes é essencial para esta intervenção, sobretudo para entender a importância de desenvolver competências para promoção a autonomia dessas jovens institucionalizadas; e que mudança elas poderão ocasionar em seu projeto de vida no momento que saírem do acolhimento.

5.2 O Diagnóstico Social e a sua centralidade no processo de intervenção

"O termo diagnóstico provém do grego diagnostikós, formado pelo prefixo dia, através e gnosis, conhecimento, apto para conhecer, trata-se, pois de um conhecer através, de um conhecer por meio de", segundo Idáñez & Ander-Egg (2007, p.10). Neste sentido, diagnóstico social retrata uma das etapas no processo de intervenção social, assim tornando-se essencial para a sua construção. Descreve Idánez & Ander-Egg (2007, p.16) que "podemos dizer que o diagnóstico deve servir para clarificar a tarefa profissional no tratamento dos problemas sociais específicos."

Nesta construção da prática social, o diagnóstico social é uma ferramenta fundamental para o trabalho, seja no contexto individual, institucional e local, podendo identificar os problemas, assim intervindo e criando possibilidades, para o enfrentamento das vulnerabilidades e fragilidades existentes.

Sendo assim, para realizar um diagnóstico necessitamos de ter conhecimento das problemáticas sociais, para atuar através de estratégias para uma intervenção social propícia a acções satisfatórias. A compreensão da dinâmica da realidade social é fundamental para pensar e implementar as transformações sociais.

De acordo com Guerra (2007, p.131), “é um olhar sobre a realidade que tem vulnerabilidades, mas tem também potencialidades de desenvolvimento, o seu poder reside na capacidade interpretativa das dinâmicas sociais do meio, na deteção das causalidades dos problemas e na identificação dos recursos necessários para ultrapassar as debilidades”.

Desta maneira, desempenhando uma articulação entre as necessidades e as ações, assim estabelecendo conhecimento para novas construções de mudanças. Refere Serrano (1996, p.39) “o diagnóstico da realidade é uma fase de grande importância para a elaboração de projetos, permite localizar os principais problemas, esclarecer as suas causas e raízes e oferecer ações para resolvê-los”.

Para Guerra (2007, p.132) “o diagnóstico contempla a deteção das necessidades, embora não se esgote nessa dimensão de conhecimento, mas o conhecimento das necessidades é uma questão complexa na diversidade das formas de expressão e dos mecanismos de comunicação dos diferentes grupos sociais”. Desse modo, a participação das jovens nas ações proporciona uma visão crítica e construtiva perante as necessidades, tendo consciência dos problemas e conhecimento dos recursos existentes, permitindo um processo de transformação social em suas vidas.

Visando um desenvolvimento e a atenção à saúde de crianças e jovens, “as necessidades básicas podem, assim, definir-se como as condições comuns a todos os seres humanos, que devem ser satisfeitas para potenciar e estimular o seu desenvolvimento”, conforme Guia de Orientações do Ministério da Educação (2006, p. 27). Dentro das necessidades essenciais para crianças/jovens identificam-se três categorias necessidades físico-biológicas, cognitivas e sócio-emocionais.

As necessidades físico-biológicas são indispensáveis para a sobrevivência do indivíduo, encontram-se na alimentação, vestuário, higiêne, saúde e habitação; assim garantindo um desenvolvimento físico saudável. Referente a esta categoria, sabemos que crianças e jovens necessitam de apóio para a manutenção e supervisão destas necessidades no seu dia-dia.

As necessidades cognitivas remetem para o processo de aquisição de conhecimento, envolvendo diversos fatores como o pensamento, linguagem, raciocínio, que fazem parte do desenvolvimento intelectual, realizando uma integração das informações, com vista a analisá-las e interpretá-las, assim absorvendo e procedendo de forma a que sejam assimiladas em conhecimento. “Para o desenvolvimento adequado das crianças, no sentido de se tornarem adultos autónomos, é fundamental a satisfação adequada destas necessidades, através de processos cognitivos básicos, como a atenção e a concentração, a memória, o raciocínio, as capacidades linguísticas e o desenvolvimento psicomotor”, segundo Guia de Orientações do Ministério da Educação (2006, p.28).

As necessidades sócio-emocionais correspondem aos apectos psicológicos, emocionais e motivacionais, representam a busca de afetividade, amizade, o convívio e participação. Inclui-se nesta categoria “a necessidade de se sentir amado, protegido, apoiado, aceite e motivado, de estabelecer relações de confiança tanto com os cuidadores principais, como com os seus pares. Sublinha-se a importância de participar em todas as decisões que lhes digam respeito e em actividades comuns, de desenvolver comportamentos progressivamente mais autónomos, e de ser compreendido”, conforme o Guia de Orientações do Ministério da Educação (2006, p.30). Essas categorias são essenciais para o desenvolvimento da auto-estima, auto-controlo e auto-conceito; colaboram com os sentimentos e adquirirem valores que promovam uma interação com os outros e um desenvolvimento saudável.

Para este trabalhos se concretizar, foi necessário a realização de um diagnóstico social, assim dando uma maior proporção para está investigação, identificando as necessidades do público que se encontra na CI, para o desenvolvimento de competências para o seu projeto de vida.

Então começamos a alinhar esta proposta com o conhecimento do público–alvo, que se pretendia trabalhar e o seu contexto. No caso deste projeto que foi planificado, mas infelizmente não se concretizou. Desenhou-se tendo por base a informação recolhida através do processo do acolhimento, das vivências do dia-dia, das relações das moradoras da CI, do trabalho das educadoras e técnicas, para uma futura autonomização e projeto de vida das jovens. Sendo assim, este caminho também só se concretizou decorrente do diagnóstico psicossocial realizado de cada uma.

Uma vez que fiz parte da equipa educativa da CI, foi possível identificar as necessidades e fragilidades para uma possível atuação, sendo pela prática diária, por

meio da observação direta e participativa, dessa maneira compreendendo a institucionalização dessas jovens e suas dificuldades e fragilidades para concretizarem a sua autonomia. Após um conhecimento institucional e do contato frequente com as jovens, através dos prontuários, do quotidiano das moradoras, compreendemos a rotina institucional e a das jovens.

Dessa forma, para se tornar as informações mais legítimas, permitindo de forma organizada, entender a singularidade de cada jovem, foram realizadas entrevistas com as jovens, para entender o trabalho que se desenvolve com este público na CI.

Para a recolha de informação para a elaboração do diagnóstico psicossocial utilizamos a abordagem qualitativa, pois ela possibilitará conhecer mais profundamente o trabalho realizado pela equipa, no processo de desenvolvimento de competências. “A abordagem qualitativa é aquela em que o investigador sempre faz alegações de conhecimento com base nos significados múltiplos das experiências individuais”, conforme Creswell (2007, p.35).

Assim, contemplando a recolha e a interpretação de dados a partir do conhecimento de aspectos e das condições, como eram suas relações familiares e como se dão as suas relações sociais dentro do acolhimento institucional, permitiram-nos ter uma melhor perceção da realidade dessas jovens e das suas crianças, e também visando entender o aprofundamento de fenómenos, factos e processos particulares ou específicos, tanto da equipa como das utentes.

Com vista a obter informações necessárias para este trabalho, conhecendo e percebendo como o trabalho é desempenhado dentro do acolhimento institucional, analisamos o trabalho da equipa no processo de desenvolvimento de competências das crianças e jovens, tendo por base para a sua efetivação, a realização de observações, análise documental, entrevistas com a equipa (técnicos, educadores) e também com as jovens.

Pois, para nós é essencial compreender como se efetua a construção e desenvolvimento de competências entre as jovens e delas com as crianças e com os seus cuidadores. Neste contexto a equipa auxilia e orienta, gerindo o cuidado, conhecendo e percebendo a pessoa através das suas dificuldades, assim mediando a relação existente entre o processo de fragilização e a construção de novos vínculos. A “vinculação toma-se sem dúvida um marco para o desenvolvimento da criança, enquanto futuro adolescente e adulto”, segundo Mota & Mena Matos (2008, p.368).

Trabalhar a metodologia qualitativa nos almeja obter conhecimentos, através de entrevistas, com as informações e opiniões dos entrevistados, poderemos entender esta temática, dessa maneira possibilitando ao investigador/interventor uma pesquisa intensa de informações. Quando iniciamos uma investigação com propósitos de pensar a intervenção, não temos clareza de onde se irá chegar, só temos clareza daquilo que buscamos, do objeto de estudo/intervenção. As questões norteadoras fazem parte do acumulo de conhecimento que temos do tema até o momento. A riqueza da pesquisa e da intervenção está em descobrir os factos que existem por trás desta realidade. Os sujeitos e as relações sociais se constituem através das suas condições de vida, relações e do contexto social em que a intervenção social é desenvolvida.

Dessa forma é importante que ao investigar e intervir se esteja atento para perceber e refletir com situações novas e inesperadas no decorrer do processo. Pois, durante este processo podem acontecer situações, assim tendo um novo dado de realidade. Portanto em vista dessa complexidade, a análise da realidade é necessária para o processo investigativo e interventivo, assim visando compreender melhor a sua organização para o processo de desenvolvimento de competências para sua autonomia, permitindo enriquecer o trabalho dentro do acolhimento institucional e também abrindo espaço para novos questionamentos sobre a prática profissional neste campo de intervenção.

5.3 Instrumentos e Procedimentos de recolha de informação para o Diagnóstico Social

Com objetivo de dar resposta à recolha de informação, os dados foram recolhidos através de análise documental de documentos existentes na instituição, analisando os processos sociais do público que se encontra em acolhimento, e de entrevistas em situação de conversa informal, permitindo o conhecimento sobre a instituição e as jovens que se encontram na comunidade de inserção. A realização das entrevistas permitiu-nos coletar dados, conhecer a realidade das jovens e o trabalho realizado pela equipa técnica, em face no desenvolvimento de competências para o seu projeto de vida.

Após esta primeira fase em que realizamos observações, entrevistas, contato mais próximo com as jovens e também com a equipa, foram realizadas três oficinas durante o estágio, que infelizmente foi cancelado em virtude da pandemia, não dando oportunidade de prosseguimento às oficinas, contudo, as que foram desenvolvidas potenciaram o acesso à informação empírica e implicaram a utilização de dinâmicas de

grupo que, embora sejam uma técnica de intervenção grupal, nos permitiram conhecer as jovens, os filhos e os processos de interação que entre eles se estabeleciam.

Foram realizadas entrevistas com as jovens, com a equipa educativa, e a equipa técnica e a diretora técnica, para compreender os motivos e as necessidades deste público que se encontra institucionalizado. Neste sentido Ferreira (2008, p.224) sugere "entrevistas essecialmente não estruturadas, pelo que tendem a produzir informação rica e, por vezes, através de uma escuta sensível é possivel descobrir uma variedade de problemas". Realizamos a entrevista semiestruturada, dessa maneira o investigador tem um conjunto de questões orientadoras e outras que podem surgir na interação, assim estabelecendo ao entrevistado a partilha de idéias e opiniões. (anexo B)

Segundo Quaresma (2005, p.77), "a entrevista deve proporcionar ao pesquisado bem-estar para que ele possa falar sem constrangimento de sua vida e de seus problemas e, quando isso ocorre, surgem discursos extraordinários". Dessa maneira, realizamos as entrevistas de forma a que não coibisse as jovens; realizando este processo de forma a que entendessem esta investigação. E que as informações passadas para o investigador, ficariam para si.

A entrevista foi elaborada para ser executada com as jovens que se encontravam institucionalizadas, objetivando compreender a dinâmica daquele espaço, e do processo de vivências das jovens e seus filhos, assim conhecendo e contemplando os fatores que sejam relevantes para uma futura autonomização e dessa maneira possibilitando conhecer o perfil de cada uma e sua história de vida.

Para a equipa técnica foi preparada uma entrevista semiestruturada, sendo abordado como é o trabalho com as jovens na promoção de autonomia. Assim, a entrevista para os profissionais da C.I. foi estruturada em forma de guião, com tópicos a abordar no intuito de obter a perspetiva dos técnicos no trabalho para o desenvolvimento de competências para o processo de autonomização das jovens institucionalizadas.

Já com a equipa de ajudantes permitiram-nos visualizar o trabalho realizado e as dificuldades encontradas no percorrer do processo de desenvolvimento de competências pelas jovens.

Uma vez que fazia parte da equipa educativa, no momento desta construção, pelo trabalho que desenvolvia, foi possível conhecer as necessidades das jovens e dos seus filhos, para uma futura atuação. Buscamos conhecer essas necessidades através das observações diárias, anotações de campo, também pelo contato direto com as jovens,

equipa educativa e equipa técnica. Assim, envolvendo-nos com as diversas situações dentro da CI, visando ter uma compreensão das pessoas e do trabalho diário realizado no contexto de acção. Segue abaixo algumas anotações do terreno:

"Estava na sala de convivência, chegou JC, pegou a mochila e colocou uma minissaia. Disse-me como as Gestoras não as deixam andar de minissaia, ela leva na mochila e veste na escola" (JA)

"Sinto dificuldade por parte das educadoras, no sentido de entrar nas rotinas da casa, pois quando chego mudam suas atitudes no tratamento com as jovens. E também das jovens, pois tento-me aproximar, mas pensam que sou os olhos das Gestoras".

"No que diz respeito às jovens, estas exprimem seus sentimentos, pedem conselhos e confidenciam. De certa forma pedindo ajuda, pois não tem nenhuma retaguarda familiar".

"Fazendo um levantamento das três oficinas realizadas, a maior obstáculo que senti relaciona-se com a motivação, auto-estima, dificuldades de entendimento, essas jovens necessitam fazer essa mudança em suas vidas, para alcançarem sua autonomia."

Dentro deste contexto conhecer o funcionamento de outros semelhantes, através da convivência diária e da elaboração do processo de investigação-ação para este projeto, possibilitou também conhecer as potencialidades e não somente as necessidades e problemas. Dessa maneira fez-nos pensar em um trabalho no coletivo, onde essas jovens conseguissem captar de maneira reflexiva este processo. Segundo o Manual do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2016, p. 33) "as oficinas apresentam-se como uma oportunidade de vivenciar ou refletir sobre situações significativas para seus participantes", neste sentido pensamos em realizar oficinas de grupo com as jovens, possibilitando o desenvolvimento de competências, por meio de atividades reflexivas. Sendo necessário para tal um espaço no coletivo, participativo, reflexivo, de situações vivenciadas e interesses comuns; assim favorecendo o processo de mudança através do desenvolvimento do protagonismo da autonomia para o seu projecto de vida.

Dentro deste contexto essa ferramenta propõe um trabalho no coletivo, estimulando a socialização e a discussão de projeto de vida, através de potencialidades coletivamente identificadas. Assim, contribuindo para a construção de novos conhecimentos, favorecendo o diálogo e o convívio com as diferenças. Neste trabalho, os dados serão especificamente qualitativos através das respostas das entrevistas, dessa

maneira seguimos uma orientação de análise interpretativa, procurando organizar e sistematizar da melhor forma a informação recolhida.

O processo de recolha de dados decorreu entre dezembro/2020 a janeiro/2021. Preocupamo-nos em assegurar um conjunto de procedimentos éticos em relação à instituição e as participantes (jovens).

Os dados desta investigação têm previamente o consentimento e assinatura de cada entrevistado, sendo garantida a confidencialidade de toda a informação. Saliento que ao longo deste processo, foi assegurado a confidencialidade e o anonimato dos dados recolhidos e que estes seriam apenas utilizados para fins de investigação, podendo ser devolvidos os resultados para as jovens e a instituição que acolheu esta investigação.

Explanamos a cada jovem, equipa técnica, coordenação e equipa de educadores, o que se tencionava com esta entrevista. Dessa maneira solicitamos permissão a todas para a gravação de aúdio, sendo o material transcrito e identificado por códigos. As jovens foram identificadas com a letra J e por ordem alfabetica de A á I, as técnicas com a e letra T e o número de 1 a 2 e as educadoras letra E do número 1 ao 5. As letras e números correspondidos, apenas são aplicados para a investigadora. As entrevistas foram realizadas individualmente, assim não havendo influências por outras respostas.

CAPÍTULO 6

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS DO DIAGNÓSTICO SOCIAL

Neste capítulo serão apresentados os resultados decorrentes da investigação realizada no âmbito do diagnóstico social. Os resultados apresentados incidiram na caracterização do universo das jovens, da equipa de educadoras, da equipa das técnicas e coordenação técnica.

Como referimos a população em estudo corresponde a um universo de 9 jovens, do sexo feminino, com idades que correspondem de 15 a 33 anos (gráfico 7), em situação de acolhimento institucional na Comunidade de Inserção do Porto. A sua caraterização sociográfica foi feita de acordo com variáveis como o sexo, a idade, o grau de escolaridade, os rendimentos, o número de filhos. Além disso conhecemos os motivos

da institucionalização, em particular os atos de violência de que foram vítimas, as representações em relação à comunidade de inserção e os projetos de vida das jovens para o futuro.

Sendo assim de acordo com gráfico abaixo, no universo de 9 jovens, do sexo feminino, com idades que correspondem de 15 há 33 anos.

Gráfico 7 – Idade e Sexo:

Fonte: Entrevistas, (2021)

Este grupo de jovens compõe-se por cinco de nacionalidade portuguesa e provém de diferentes zonas do Distrito do Porto, uma do Brasil, uma de Guiné-Bissau, uma do Congo e uma da Venezuela.

Relativamente ao número de crianças existentes são de doze crianças com idade de 1 ano a 8 anos de idade; nove de nacionalidade Portuguesa, uma do Brasil, uma do Congo e uma da Venezuela. A sua distribuição por género é de quatro do sexo feminino, oito do sexo masculino e um nascituro que nasce em janeiro/2022.

A origem do acolhimento dá-se por vários motivos que são: violência doméstica, abuso sexual, conflito familiar e carência habitacional.

Para Pizarro Beleza, et al. (2021, p.11) “violência doméstica é um fenômeno ubíquo e comum, que afecta vítimas de muitos diferentes tipos como, crianças, mulheres e idosos”, segundo o autor é praticado por múltiplicas maneiras e por diferentes tipos de pessoas.

Se a violência doméstica é praticada por múltiplicas maneiras, abaixo segue no quadro, alguns exemplos acerca dos diferentes atos violentos, que existiam nas vidas dessas jovens:

Quadro 4 – Natureza da violência interpessoal:

Violência Física	Engloba atos como empurrar, ponta pés, esbofetear, lançar objetos, torcer, queimar, cuspir, puxar cabelos, beliscar, esfaquear, espancar, estrangular, entre outros, podendo haver, inclusive, tentativa ou, mesmo, homicídio da vítima.
Violência Psicológica	Incluem insultos, ameaças, críticas, humilhações, desvalorizações, intimidações, isolamento social, privação de contacto com a família e os amigos, revista a objetos pessoais (ex., agenda, telemóvel, computador), privação de documentação pessoal, negação do acesso a dinheiro ou a cuidados de saúde, entre outros. Muito embora seja difícil operacionalizar o conceito de violência psicológica, ela é geralmente descrita como o conjunto de atos verbais ou não verbais que causam dano, também simbólico em quem é vítima, ou em que haja a intenção de causar danos nesta. Muitas investigações têm demonstrado que a violência física e a violência sexual são frequentemente, precedidas (e acompanhadas) de violência psicológica. Este tipo de vitimização apresenta índices muito elevados e alguns estudos documentam que a violência psicológica pode ser tão gravosa quanto á violência física ou causar dano mais significativo e persistente.
Violência Sexual	Passa por obrigar, coagir, ameaçar ou forçar a vítima a práticas sexuais contra a sua vontade, incluindo a violação no contexto conjugal, que muitas vezes não é entendida pelas vítimas enquanto tal. Alguns estudos indicam que uma elevada porcentagem de mulheres que sofrem violência física e também sofrem violência sexual.
Negligência	Envolve qualquer ato de privação ou omissão no que respeita ao provimento de necessidades básicas de um indivíduo, a nível emocional, de saúde, educação, nutrição, segurança, habitação e condições de vida, entre outras.

Fonte: ASGVCV – Ação de Saúde sobre Gênero Violência e Ciclo de Vida (2016, p. 28)

A complexidade de problemáticas, que essas crianças/jovens, presenciaram em seu núcleo familiar e os efeitos no seu dia-dia, fazem com que algumas apresentem inexistência de entendimento face as várias situações do quotidiano, não tendo tido oportunidades de desenvolvimento, apresentando atrasos a nível de socialização, linguagem e autonomia.

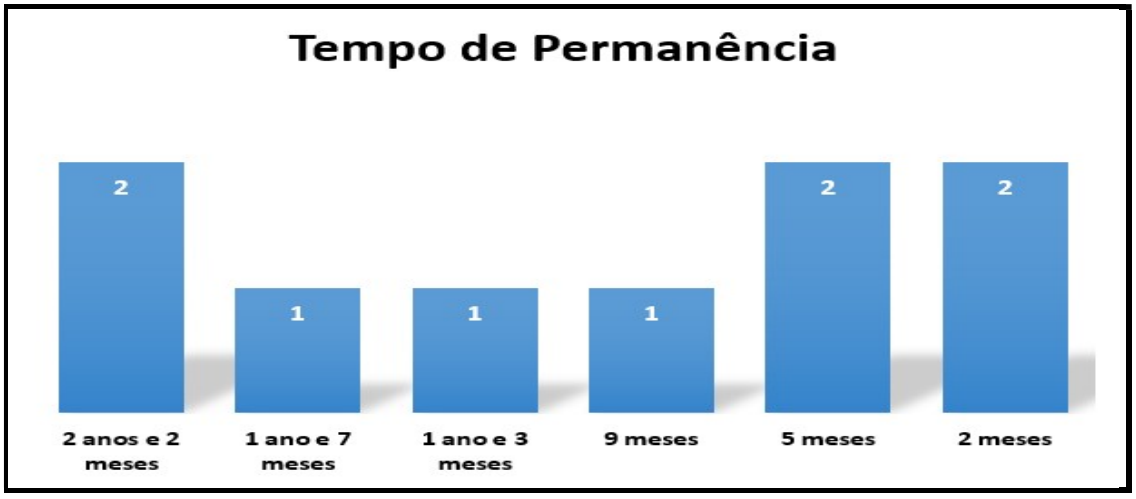
Em relação ao grau de escolaridade, constata-se que as jovens se encontram com o ensino superior completo uma, no 3º ciclo incompleto seis, no 2º ciclo uma e no 1º ciclo uma. Informações constam no gráfico 3 do capítulo 1, assim expõem que as jovens estão distribuídas em ciclos diferentes, evidenciando limitações referente à escolaridade.

6.1 Representações das jovens mulheres acolhidas sobre a experiência de acolhimento na Comunidade de Inserção

As entrevistas realizadas levaram-nos a compreender melhor os contextos de vida destas jovens no passado e no presente, conhecendo as suas perceções sobre a comunidade de inserção. Reunimos outras informações para este projeto, através das informações que constam em documentos existentes na Comunidade de Inserção e da observação participante que tivemos oportunidade de realizar, permitindo conhecer e ter compreensão da realidade das moradoras da CI e perceber melhor o que pensavam sobre a instituição.

Em relação ao tempo em que as jovens se encontram institucionalizadas, recolhemos a informação através das entrevistas e de documentos institucionais. A maioria destas jovens que se encontram acolhidas tem uma trajetória de institucionalização que não vai além de dois anos e dois meses e estão institucionalizadas juntamente com os seus filhos porque a intervenção da CI é de caráter temporário. Há uma única situação de uma jovem que anteriormente à entrada na CI, tinha passado por outra instituição, ficando neste local um mês. Segue abaixo gráfico com tempo de institucionalização.

Gráfico 8 – Tempo de permanência na CI:



Fonte: Entrevistas, (2021)

Mencionando à análise de informações explanadas sobre as emoções e sentimentos das jovens, há variações de no que se refere à entrada na comunidade de inserção. Algumas referem “que não estão adaptadas”, todas as jovens consideraram o processo de integração na CI difícil, tanto pela dificuldade de adaptação, como pela organização institucional e pela obrigação de convívio com pessoas diferentes.

Neste subcapítulo pretende-se apresentar a análise e discussão dos resultados em face deste projeto de intervenção. No processo de recolha de dados, por meio das

entrevistas (anexo B), das observações e das anotações do terreno, as falas em relação a este projeto foram fundamentais neste processo.

Assim compreendendo os discursos que as entrevistadas fazem a partir de seu testemunho, relembramos que não se encontram no material registrado, por exemplo, o silêncio nas entrevistas, o tom da voz, a maneira que como o entrevistado interpretava as perguntas, fazendo com que o investigador fosse além da materialidade das entrevistas.

Desta maneira, no primeiro momento, procedeu-se a uma pré-análise do conteúdo recolhido das participantes. Posteriormente à transcrição, efetua-se a identificação das categorias (temas) e uma interpretação e, em seguida, começamos a averiguar o material, assim identificando todas as informações e as problemáticas existentes, através do discurso das entrevistadas. Realizando uma escuta com atenção sobre as informações passadas pelas entrevistadas, sendo das rotinas no quotidiano, possibilitando adentrar nas histórias de vidas das jovens e nas concepções dos profissionais em relação ao trabalho desenvolvido para construção de competências, realizado pela equipa educativa e pela equipa técnica.

Tabela 3 - Apresentação de resultados e síntese da análise das entrevistas com as jovens sobre a Comunidade de Inserção:

Conceitos estruturadores	Representações das jovens entrevistadas
- Dificuldades de adaptação	- Falta de privacidade - Oportunidade de mudança
- Infra-estrutura	- Espaço de dimensão suficiente - Espaço insuficiente
- Espaço lúdico	- Dimensão de recursos insuficiente - Não existe espaço
- Trabalho da equipa	- Entendimento da função - Não entendimento do trabalho
- Aprendizagem comparativo vivências com a família e na instituição	- Instituição - Família - Nenhum aprendizado
- Gestão Financeira	- Positiva em suas vidas - Método controlador - Descontente
- Desenvolvimento de competências	- Desenvolvimento de competências pessoais e sociais -Desenvolvem competências instrumentais para gestão da vida diária - Desenvolvem competências instrumentais para o cuidado do filho

- Projeto de vida	- Pretendem concretizar (educação formal, profissional) - Metas e objetivos a alcançar

Fonte: Entrevistas, (2021)

Muitas delas ainda estão nas primeiras fases do processo de adaptação à comunidade de inserção, tendo pouco tempo de casa e demonstram não estar adaptadas às regras que norteiam a vida diária na organização e, dessa maneira, tornando-se difícil o convívio com os outros, tendo dificuldades de relacionamento com as outras moradoras e com a equipa educativa. E também referem estar a residir num local desconhecido, com pessoas estranhas, que não conheciam. Abaixo teremos quadros das representações das jovens, da equipa e da educativa e equipa técnica, assim expondo a estruturação das entrevistas.

Dessa maneira podemos evidenciar no quadro abaixo os sentimentos por elas vivenciadas durante o processo de institucionalização.

Quadro 5 - Adaptação dentro da Comunuidade de Inserção:

Tipos de dificuldades de adaptação à CI	**Nº Jovens**	**Discurso**
- Dificuldades de seguir regras e ter um quotidiano de vida estruturado	5– JB, JC, JD,JH, JI,	"Impacto quando cheguei, não sabia lidar com os factos"; "Muito díficil, ainda não estou adaptada; "Muito díficil, não é minha casa"; "No início achava chato pelas regras, na casa da minha mãe não existiam regras", "Não foi fácil, estava habituada com a vida diferente lá fora, muito díficil as regras".
- Viver em instituição com desconhecidos/ falta de privacidade	3–JA, JE, JG	"Complicado por nunca viver numa instituição, não estava preparada para esta realidade", "Mas com o tempo fui-me habituando", "Complicado, pois morar com tantas pessoas diferentes".
- Oportunidade de mudança	1 - JF	"Vejo como uma oportunidade para começar do zero".

Fonte: Entrevistas, (2021)

As jovens evidenciam, na sua maioria, que é a primeira vez que estão em acolhimento institucional, salientam descontentamento por estarem no local obrigadas,

dessa maneira demontrando dificuldades de adaptação, mas também considerando haver oportunidades de mudança em suas vidas. Em vista disso, algumas tentam se adequar com o quotidiano da instituição, tencionam durante a sua permanência na instituição alcançar objetivos de construção de um projeto de vida que é essencial para uma futura saída.

A vida na comunidade de inserção obriga à partilha dos espaços e das atividades com outros que, para estas mulheres, pelo menos numa primeira fase, são desconhecidos. Salientam a necessidade de um espaço específico para os filhos brincarem, pois têm como espaço a sala de convívio que é usada pelas jovens e pelas crianças. Revelam que, por vezes, não estão neste espaço, porque muitas mães estão assistindo TV, se ficarem com os filhos ali vão fazer barulho, então preferem ficar no quarto, para não atrapalhar o restante do grupo.

Como referem os autores que analisam os modos de organização e de funcionamento das organizações que acolhem colectivos de pessoas que estão na mesma situação, nem sempre é fácil construir uma comunidade em que os seus elementos tenham efetivos laços sociais. A vida neste tipo de organizações não potencia a construção de relações de sociabilidade, dando lugar, em muitas situações, à vivência de tensões e conflitos que dificultam a vida em colectivo.

Segundo Pinheiro et al. (2010, p.246), “consideramos que o desenvolvimento destes jovens pode ser pautado pela vivência com outras figuras”, neste sentido a qualidade de relacionamento destas jovens torna-se adversa pela partilha de histórias de vida com pessoas com as mesmas dificuldades, assim se fechando e vivendo a sua individualidade e indiferença, perante as outras pessoas. Portanto, ter senso coletivo é viver em sociedade, mesmo tendo as suas necessidades individuais, pensar no outro e com ele interagir propicia uma vida social com mais qualidade.

Das entrevistas e observações, notamos que algumas jovens mulheres tinham alguma dificuldade em relação ao seu novo papel de mãe e cuidadora. A maternidade é para elas é um desafio que as obriga a prestar cuidado aos filhos, sem terem tido oportunidade de desenvolver as mais básicas competências parentais. Todas as jovens vivem junto de seus filhos e, muitas delas, chegaram à CI logo após o nascimento do filho. O relato abaixo da jovem mãe JA, evidencia seus sentimentos aquando da entrada na instituição:

"Etapa complicada, demorei para me adaptar, estava em revolta comigo própria, pois não cuidava da minha filha como cuidava dos meus irmãos, descontava nas pessoas tudo o que estava acontecendo". (JA)

Através dessa fala podemos notar que essa jovem, no momento que entrou na instituição, tinha vivenciado conflitos internos que se traduziram assim numa recusa em assumir o seu papel de mãe de sua filha, demonstrando-se revoltada com todos, não entendendo os motivos que a levaram para esse acolhimento e não se conseguindo adaptar às rotinas da casa. Após alguns meses conseguiu entender os motivos que levaram para CI. A gravidez na adolescência, segundo Mottas et al. (2004, p.250), "a gravidez na adolescência é uma experiência que modifica radicalmente a vida, instaurando um antes e um depois, a percepção básica da adolescente é a de uma mudança drástica que altera as percepções de si mesma e de suas relações familiares, com o parceiro e familiares, definindo um novo modo de estar no mundo".

As jovens mulheres tendem portanto a perceber este acontecimento como uma mudança significativa nas suas vidas e nas suas redes de sociabilidades e na sua própria definição identitária. A comunidade de inserção tem que potenciar a construção de competências e habilidades para que possam interagir socialmente com os seus filhos e com os seus familiares, superando as negligências vivenciadas em seu núcleo familiar; e construindo uma história de vida diferente.

Para Motta et al. (2004, p.250) "as condições ambientais do micro e do macrossistema em que vive a criança e a estrutura familiar em que ela está inserida, também são aspectos relevantes para desenvolver as suas pontecialidades como ser-no-mundo". Neste sentido a CI, possibilita caminhos de vida social, mesmo havendo limitações neste processo, e assim possibilitará uma construção de vida em sociedade e a superação perante as fragilidades e vulnerabilidades. Desse modo, conduzindo essas jovens a alcançar suas aptidões a fazerem transformações em suas vidas e a assimilarem as suas ações e condutas para viver em sociedade. Portanto, apartir da proteção que recebem na instituição, as jovens mães avistam novas oportunidades em sua história e em seu projeto de vida.

Em relação às infra-estruturas, as condições dos quartos e das casas de banho, referem que se encontram em mau estado. No que se refere às infra-estruras salientam infiltrações na casa de banho e que são de pequenas dimensões, e também o pouco espaço nos quartos. São pequenas pois, "mal entra uma pessoa". Contudo, outras moradoras consideram que os espaços têm dimensões suficientes.

As condições das infraestruturas deixa insatisfeita a maioria dos elementos do grupo.

Quadro 6 - Infra-estrutura da Comunidade de Inserção:

Infra-estrutura da CI	Nº Jovens	Discurso
- Quartos, casas de banho pequenas	6- JA, JB, JC, JD, JE, JI	"Casa de banho pequena, dificuldade de dar banho na filha, muito úmida, a pintura descascando e o piso saindo"; "Não tem espaço suficiente, miúdo está começando a caminhar e o quarto é muito pequeno"; "Não tem condições em tomar banho é pouco espaço, muito pequeno, quarto sem ventilação"; "Espaço pequeno pois está com dois filhos, casa de banho pequena, mas é o que tem"; "Teria que ter dois quartos no meu caso que tenho dois filhos, um espaço para brincarem, pois no quarto não tem"; "Não pequeno com duas crianças, pois não tem espaço, mas o restante da casa tem".
- Espaços de dimensão suficiente	3 - JF, JG, JH	"Espaço suficiente para mim e minha filha", "Sim, tem espaço", "A minha sim".

Fonte: Entrevistas, (2021)

A sala de convívio está dividida em sala de brincadeira, jogos e TV. Como não tem um local específico para as crianças brincarem, muitas mães não ficam com seus filhos nesta sala. Sabemos que a brincadeira proporciona para as crianças aprendizagens e descobertas para seu o crescimento e que potenciam o seu desenvolvimento integral.

Para Morchida Kishimoto et al. (2017, p.44) "brincar é repetir e recriar ações prazerosas, expressar situações imaginárias e criativas, compartilhar brincadeiras com outras pessoas, expressar a sua individualidade e a sua identidade, explorar a natureza, os objectos, comunicar-se e participar da cultura lúdica para compreender o seu

universo". Dessa maneira desenvolvendo potenciais aprendizados e conhecimentos, através da interação com outras crianças nas brincadeiras.

Quadro 7 - Espaço de convivência na Comunidade de Inserção:

Espaço de convivência/brincar	Nº Jovens	Discurso
- Dimensão dos espaços e recursos insuficientes e não adequados à idade	6 - JA, JD, JE, JF, JG, JH	"Sim a sala de convivência é para brincar, o resto da casa não por ter escadas", "Tem sala onde podem brincar e também o jardim, tem brinquedos", "Tem espaço, mas não tem um local adequado para eles, "Tem espaço, minha filha tem 7 anos e brinca , já para os pequenos teria que ter brinquedos específicos, e também vai de cada mãe para estimular as brincadeiras", "Sim tem, é adequado", "Sim tem jardim e sala grande".
- Não existe espaço	3 - JB, JC, JI	"Não tem local específico, porque só tem a sala onde ficam as crianças com as mães", "Não tem espaço, e as mães não gostam de arrumar a sala, então não descem com as crianças", "Não tem".

Fonte: Entrevistas, (2021)

Para Pinheiro et al. (2010, p. 247) "poucos membros das equipas assumem a importância da prestação de cuidados emocionais e da educação para o crescimento do trabalho institucional". Neste processo a equipa educativa realiza um trabalho diário com essas jovens, em seu quotidiano, através das rotinas do dia-dia que integram o plano de atividades da CI.

Como forma de entender a compreensão das jovens mulheres sobre o trabalho da equipa educativa em suas vidas, observamos, através de seus discursos, que muitas não sabem qual é o trabalho desta equipa e de que forma as profissionais contribuem positivamente para as suas vivências dentro da instituição. Assim, quanto ao trabalho da equipa educativa e à relação das jovens com as educadoras, demonstram ter um bom convívio e que as profissionais as ajudam a desenvolver competências, mas outras não têm o entendimento da função e do trabalho realizado por esta equipa, considerando que

estão apenas numa função de vigilância do cumprimento das rotinas e das regras e que têm representações e expetativas negativas em relação a elas.

Quadro 8 - Trabalho da equipa educativa na Comunidade de Inserção:

Trabalho Equipa educativa	Nº de Jovens	Discurso
- Entendimento da função: Como essencial para o desenvolvimento de competências ao nível do cuidado e das atividades de vida diária da casa.	2 - JA, JB,	"Orientam referente aos cuidados da filha", "Gosto do jeito que me orientam para minha autonomia".
- Não entendimento da função:	2 - JC, JI	"Não vejo que seja desenvolvido algum trabalho por elas", "Não consigo entender o trabalho delas".
- Relação distante entre jovens mulheres e monitoras.	1 - JF	"São distantes das moradoras
- Só fazem a vigilância do que temos de fazer e fazem queixa de nós à equipa técnica.	3 - JD, JG, JH	"Usam da sua autoridade para tirar a paciência das pessoas", "Elas fazem o que as técnicas mandam cuidar se realizamos as tarefas", "Só fazem queixas de nós".
- Têm representações e expectativas negativas em relação a nós.	1 - JE	"Só vê os pontos negativos e não veem o esforço que a pessoa faz para melhorar".

Fonte: Entrevistas, (2021)

No decorrer das entrevistas foram indagadas sobre o crescimento, conhecimento e aprendizagem do papel de mãe e outros papéis sociais dentro da instituição, comparativamente ao que seria a vivência com a família. A relação dessas jovens com suas famílias é distante, para a maioria, pois muitas nem recebem visitas de seus familiares. Observamos nas entrevistas que este assunto provoca um certo incómodo para a maioria, contudo algumas entrevistadas consideram que contrariamente ao que acontece na instituição, que tiveram aprendizagens na sua família. É ainda de salientar o facto de algumas das entrevistadas considerarem não terem suporte afetivo na instituição e terem desenvolvido sentimentos de solidão.

Quadro 9 - Aprendizagens dentro da Comunidade de Inserção comparadamente com a vivência familiar:

Aprendizados comparativos de vivências com a família e na instituição	Nº de Jovens	Discurso
- Na Instituição aprendem e desenvolvem competências para assumir a maternidade e para a vida, na família não.	5 - JA, JD, JG, JH,JI	"São aprendizados diferentes, na instituição cresci e comecei pensar mais em mim e na minha filha...aprendi há ser mãe", "Aqui tive crescimento como pessoa, mulher, mãe", " Sim aprendi com a instituição com a minha família não", "Na instituição tive crescimento, com a minha família não", "Dentro da instituição tive crescimento como mãe, pois estou cuidando dos meus filhos sozinha e com minha família não".
- Nenhum aprendizado na instituição e falta de suporte afetivo na família.	4 - JB, JC, JE, JF	"Não tenho contato com a família"...não tenho boas lembras, "Nenhum aprendizado comparando com a minha família, "Aqui não temos ninguém", "Não tive nenhum conhecimento aqui comparando com a minha família".

Fonte: Entrevistas, (2021)

Perante este quadro, podemos observar que os discursos das jovens demonstram ter aprendizados na instituição, neste contexto eles constituem-se algo positivo para o seu crescimento. Mas também referem sobretudo serem retiradas do espaço onde viviam e conheciam, para irem para espaço desconhecido com pessoas que não conheciam, havendo a necessidade de haver mais investimento por parte dos profissionais na construção de relações de vinculação afetiva seguras.

De acordo com Delgado (2010, p.338) "o acolhimento pode constituir, um âmbito adequado ao desenvolvimento da criança e do jovem, do sentido de permanência e de estabilidade e do conceito de família que ela, com essa experiência, constrói ou construirá no futuro". Neste sentindo, salientamos a importância do trabalho da instituição, no entanto as jovens precisam ser motivadas no intuito de desenvolver as

suas competências para facilitar sua integração profissional e social, assim adquirindo a sua autonomia.

As relações inexistentes com as famílias ficam expostas em suas narrativas, pois nelas expressam falta de suporte familiar, testemunham a falta de afeto, amor e cuidado. Observou-se algum incómodo por parte das jovens nesta parte da entrevista, entretanto ela foi proveitosa no sentido de falar abertamente sobre esse assunto.

De acordo com Dantier et al. (2020, p. 30) “o desenvolvimento emocional e afetivo depende muito da forma como se é cuidado na infância, e até mesmo antes do nascimento, como se é pensado, desejado e imaginado pelos pais. Efetivamente são as experiências relacionais que vão moldar o cérebro e criar as condições para a forma como cada um percebe o mundo e agir sobre ele”. Dessa forma as condições em que essas jovens foram criadas, demonstram o seu comportamento, a ausência da família, constatando vínculos familiares fragilizados e rompidos, demonstrando que esse aspecto pode intervir em suas atitudes e no desenvolvimento de escolhas para o futuro destas jovens.

Portanto fica explícito a não participação da família em suas vidas, para muitas não tiveram condições de realizar nenhum aprendizado, e assim pretendem, no futuro, construir a sua vida juntamente com os filhos, mas não tencionam retornar para família de origem.

6.2 Desenvolvimento de Competências e Projeto de Vida

Pretende-se neste subcapítulo comprender a concepção destas jovens em relação ao desenvolvimento de competências que potenciem a concepção do seu projecto de vida. Consideramos este um tópico importante para este trabalho porque vem de encontro às perspectivas das jovens referentes ao futuro e como idealizam e se projetam para esse processo de saída da instituição e vida futura. E, dessa maneira, é um percurso onde precisamos compreender o que as faz sentir motivadas e empoderadas para tomar decisões em relação ao seu projeto de vida.

Segundo Lopes & Vicente (2014, p.18) “as competências pessoais e sociais, importantes no próprio relacionamento interpessoal, resultam das aprendizagens ao nível do desenvolvimento pessoal, educacional e cultural”. Essas aprendizagens atuam na preparação dessas jovens, tanto no presente como no futuro, estabelecendo um efeito em seu contexto de vida, sendo nos aspectos sociais, profissionais e familiares.

Relativamente às competências pertinentes em termos de autonomia, no que respeita à gestão financeira, muitas salientam dificuldades e fragilidades, pois nunca tinham feito algum controle no que se refere ao dinheiro. Em relação à forma como a instituição impõe o gerenciamentodo dinheiro no quotidiano, algumas se pronunciam contentes por aprenderem a gerir o dinheiro e identificarem quais os gastos adequados em função do seu papel de mães e outras descontentes porque consideram haver demasiado controle e interferência da instituição na gestão do seu próprio dinheiro.

Quadro 10 - Gestão financeira das jovens:

Gestão Financeira	Nº de Jovens	Discurso
- Positiva em suas vidas	6 - JA, JB, JD, JG, JH, JI	"Sim, pois ajuda economizar", "Sim, por um lado ensinam gerir com prudência, saber economizar", "Sim, gosto porque elas ajudam economizar e cuidar do dinheiro", "No início foi difícil, mas agora já estou habituada", "Sim, agrada", "Consegui guardar dinheiro o tempo que estava trabalhando".
- Método controlador	2 - JC, JF,	"Não gosto é controlador, não podemos comprar o que desejamos", "Não agrada", método exagerado, poupar de maneira que as técnicas querem".
- Descontentes	1 - JE	"Não agrada".

Fonte: Entrevistas, (2021)

Em relação ao desenvolvimento de competências e aprendizados para a autonomização dessas jovens para seu projecto de vida, para este processo se concretizar, necessita de um trabalho em conjunto das equipas.

De acordo com os autores Pinheiro et al. (2010, p. 374) "a relação criada com os funcionários das instituições desempenha um papel central na vida destas jovens mulheres e de seus filhos, já que esses adultos assumem verdadeiros papéis no sentido de as orientar, proteger e acarinhar, construindo inclusive os seus modelos

identificatórios". Nesse contexto o trabalho das equipas vem contribuir para o desenvolvimento e potenciar as competências, através das relações estabelecidas, buscando a satisfação na vinculação necessária, oferecendo às jovens uma maior confiança e segurança neste processo.

Algumas jovens não têm percepção deste processo, dificultando o trabalho que é feito face à mudança e transformação que pode ocasionar em suas vidas. A expressão de opiniões sobre os aprendizados e o desenvolvimento de competências dentro da instituição, revela a importância do trabalho realizado pelos profissionais no desenvolvimento de competências instrumentais para a realização das tarefas de vida diária e de competências parentais para o cuidado dos filhos e competências pessoais e sociais, fundamentais para uma percepção e relação mais positivas em relação a si próprias e em relação aos outros.

Quadro 11 - Desenvolvimento de competências das jovens:

Desenvolvimento de competências	**Nº de Jovens**	**Discurso**
- Desenvolvem competências pessoais e sociais	3 - JB, JE, JG	"Única coisa que aprendi há me controlar, pois explodia por qualquer coisa", "Aprendizado confiar mais em mim e ser mais resiliente", "A prendi respeitar as pessoas, ter uma boa convivência".
- Desenvolvem competências instrumentais para a gestão da vida diária.	2 - JD,JH	"A instituição dá concelhos, mas vai de cada mãe ter consciência, colocar em prática ou não", "Sim ajuda há não desistir".
- Desenvolvem competências instrumentais para o cuidado dos filhos	1 - JA	"Tive aprendizado na questão doméstica e cuidado com a filha".
- Não desenvolvem	3 - JC,JF,JI	"Não aprendi nada, invés de motiva, fazem ao contrário, espero que façam", "Não proporcionam, estou pouco tempo cá", "Não desenvolvem e não aprendi nada".

Fonte: Entrevistas, (2021)

Quanto ao seu projeto de vida muitas jovens mulheres, almejam um futuro diferente do que estão vivendo agora, parecem saber o que querem para as suas vidas e a dos seus filhos.

Assim pretendemos compeender o que as jovens desejam para o seu futuro e o dos seus filhos, e como pensam, como planejam e projetam o futuro, de forma a ele se concretizar, fazendo com que lutem pelas suas conquistas e, assim, delineando uma nova orientação para a sua trajetória de vida.

No que compete aos objetivos para o futuro, demonstram que já definiram os seus propósitos, assim projetando um futuro mais promissor quer no que se refere à educação, à formação e ao trabalho, mas também a ter uma habitação onde possam residir com os seus filhos.

Quadro 12 - Projecto de vida das jovens:

Projecto de vida	**Nº de Jovens**	**Discurso**
Pretendem concretizar: - Projetos de educação e formação;	4 - JA, JC, JG,JH	"Terminar meu curso, estabilizar profissionalmente, conseguir uma casa para ter minha filha junto novamente", Primeiro terminar os estudos", "Voltar estudar", "Terminar estudos".
- Projetos profissionais	2 - JB, JD,	"Profissional estou atrás de um emprego", "Conseguir emprego".
- Projetos de nova vida familiar que obrigam a ter uma habitação	1 - JE	"Já estou trabalhando, aguardando casa pela camara, posso sair daqui, para concretizar meu projecto de vida",
- Metas para seu Projeto de vida	2 -JF, JI	"Objetivo sair daqui com meus filhos, ter local para morar e ter um trabalho", "Juntar dinheiro para sair daqui".

Fonte: Entrevistas, (2021)

Verificamos através das entrevistas que o grande grupo tem dificuldade em relação ao trabalho da equipa educativa. Revelam que as profissionais as orientam em relação às rotinas diárias do dia-dia, embora muitas atribuem às educadoras uma função

próxima à da figura materna. Manifestam carência familiar de cuidado, de afeto e de ensinamentos que poderiam mudar as suas vidas.

As jovens evidenciam que nessas duas instituições têm aprendizados diferentes, pois a família teria que assegurar proteção e cuidado, mas isso não aconteceu, por esse motivo se encontram insitucionalizadas, onde necessitam desenvolver competências para saírem com seus filhos, trabalho que consideram ser realizado pela instituição que é a comunidade de inserção.

Destaca-se que as aprendizagens dentro da instituição, apesar dos obstáculos na sua vivência, são reconhecidas pelas jovens mulheres. Nos seus discursos elas comparam-nos aos ensinamentos que deviam ter sido feitos na família, já com a família a grande maioria revela que não tem nenhum suporte e nem boas recordações. Expõem, através dos relatos, que a instituição proporciona oportunidade de aprendizados de como desenvolver os cuidados com os filhos, como cuidar de uma casa, da higiene pessoal e de gestão financeira, essenciais nesta fase de transição para a vida independente.

Quanto ao desenvolvimento de competências, observamos através dos relatos, que as jovens possuem muitas dificuldades a nível da gestão doméstica, gestão financeira e necessidades de cuidado com os filhos. Dentro da instituição as jovens fazem atividades com o intuito de aprenderem a rotina de cuidar de uma casa como: elaboração de refeições, cuidados com as roupas, gestão financeira. Além disso desenvolvem competências para a procura de emprego. Nota-se que a maior necessidade que têm é na prepração das refeições, pois muitas não receberam orientações no seu núcleo familiar sobre essa tarefa e, consequentemente, têm dificuldade de as realizar. Até na organização do seu quarto, as jovens precisam de supervisão dos profissionais.

Levando em consideração as dificuldades, as entrevistadas evidenciam que não conseguem estabelecer limites aos filhos, pois muitas confudem limites com amor. Se deparam com sentimentos de culpa, quando cedem às vontades deles, e desenvolvem sentimento de incapacidade de serem mães, pois muitas reconhecem que precisam aprender a dizer não.

No requisito do projeto de vida, notamos que todas referem as necessidades no desenvolvimento das suas competências a nível pessoal e social. Mencionam que precisam aprendar a lidar com as tarefas diárias sem nenhuma supervisão, objetivam terminar os estudos, assim se qualificando para entrarem no mercado de trabalho.

Portanto este processo se evidencia que muitas dessas jovens institucionalizadas, enfrentam grandes desafios nesta caminhada para uma vida independente, quer pelas dificuldades de entendimento, quer pelo não suporte familiar e pelas necessidades financeiras. Para fazer a diferença na vida dessas jovens, a instituição deve estar capacitada através do serviço das suas equipas, assegurando um trabalho efetivo nesta transição possibilitando uma saída de jovens empoderadas, motivadas e com potenciais nesta nova fase da sua trajetória de vida.

Além desta informação que nos permite ter a identificação dos problemas, necessidades e potencialidades deste grupo de jovens mulheres, apresentando dados de diagnóstico social do grupo, porque acreditamos que neste tipo de trabalho é essencial o conhecimento da história de vida e o acompanhamento personalizado a cada uma delas, nesta intervenção de desenvolvimento de competências essenciais para o seu projeto de vida futuro, passamos a apresentar uma pequeno retrato de cada uma delas extraído dos dados de diagnóstico psicossocial existentes na comunidade de inserção.

Segue abaixo tabelas dos perfis das jovens residentes na Comunidade de Inserção:

Tabela 4 - Jovem A:

Contexto familiar anterior: **- Sem ou com poucas condições de habitabilidade, sobrelotação dos espaços** **- Com projetos de promoção e proteção -- implementados pela CPCJ**	Foi acolhida na CI em 20/21, residia com namorado e filha, na residência da mãe. Sendo que nesta residência não tinha infraestrutura adequada para viverem, não tinha nenhuma higiêne e por ter muitas pessoas em pouco espaço. Jovem tem histórico de negligência e conflitos familiares, por parte dos progenitores, estava sendo acompanhada pela CPCJ. Mas nunca tinha sido institucionalizada. Jovem tem dificuldades no desenvolvimento de competências e cuidados com a filha, tem perceção, mas sempre criava desculpas para não concretizar. Está sendo acompanhamento por psicologia mensalmente desde janeiro/2020, e toma medicações para depressão. Encontra-se estudando terminando o 12º ano. Jovem foi desligada da CI em 31/08/21, técnicas verbalizaram que a mesma não cumpriu acordos firmados com CPCJ.
- Desenvolvimento da criança	A criança no momento se encontra institucionalizada, longe da mãe.
- Vinculação	Jovem e filha expressam muito amor e carinho entre ambas. Seu trajeto dentro da instituição apresentou uma evolução para conduzir suas necessidades do dia-dia, e cuidados com a filha; gerando um crescimento como pessoa, mulher e mãe, pois não sabia exercer seu papel de mãe.
- Competências e Capacidades	Jovem tem entendimento de suas ações. Verifica-se a necessidade de uma supervisão por parte da CI, referente suas competências, no que diz respeito

	sua vida e em relação aos cuidados da filha. Os cuidados que recebeu na infância, influenciam o seu desenvolvimento e suas capacidades, para organização de seu comportamento e das relações pessoais e interpessoais. Não conseguindo cumprir um plano de tarefas, tendo dificuldades em organizar seu dia-dia, referente, cumprir tarefas. Relativo ao emocional/afeto valoriza estar com a filha, mesmo tendo dificuldades. Demonstra não possuir condições para uma autonomização, pois necessita de um acompanhamento diário em suas rotinas.
- Rede Familiar:	Não apresenta nenhum elemento do seu núcleo familiar capaz de lhe dar uma retaguarda, necessitando do apóio da CI. Apresenta auto estima baixa e inseguranças, necessitando de ser valorizada, apoiada e protegida.
- Relação com o companheiro	Mantém namoro com o pai da filha, este visitava elas todos os finais de semana as saídas e voltas era com horas regradas e também fornecia ajuda aos cuidados da filha (fraldas, alimentos e medicação). Neste momento voltou para casa da mãe, está sendo assistida pela CPCJ.

Fonte: Processos sociais, (2021)

Tabela 5 - Jovem B:

Contexto familiar anterior: **- Sem condições habitacional** **- Histórico de situação de rua e substâncias psicoativa**	Jovem B, foi acolhida na CI /2019, residia com companheiro na casa da avó materna e filho, habitação precária. Teve outros filhos, mas não estão sobre sua tutela, vivem com familiares. No momento o progenitor está residindo na França; tem contato, o mesmo visitou ela e o filho na instituição. Tem histórico de morar na rua e de substâncias psicoativas. Primeira vez em instituição, tem muitas dificuldades em viver com regras e limites, não está trabalhando no momento, não consegui ficar muito tempo no mesmo local, pelas suas dificuldades interpessoais. Referente ao filho não demonstra afeto, amor, não brinca com ele, aparenta algum sentimento quando educadoras estão por perto; criando empecilhos para estar com o filho. Filho não caminhava por não incentivo por parte da genitora, CI buscou ajuda com fisioterapia, após teve monitoramento diário para o filho aprender andar.
- Desenvolvimento da criança	Após sua inserção nesta instituição, apresentou um crescimento e desenvolvimento no seu dia-dia, tendo monitoramento por parte das educadoras referente aos cuidados da mãe. A criança está frequentando infantário em turno integral, a cada dia apresenta evolução positivas para seu desenvolvimento.
- Vinculação **Não demonstra afeto pelo filho**	Jovem e filho não expressam nenhum afeto, mãe tenta passar sentimentos que não existem pelo filho, nenhum manejo em conduzir o filho.
- Competências e	Tem entendimento e perceção de suas ações. Verifica-se a necessidade de

Capacidades	uma supervisão por parte da CI, referente suas competências, no que diz respeito sua vida e em relação aos cuidados do filho. Os cuidados que recebeu na infância, influenciam em seu desenvolvimento e suas capacidades, para a organização de seu comportamento e das relações pessoais e interpessoais. Não conseguindo cumprir um plano de tarefas, tendo dificuldades em organizar seu dia-dia. Relativo ao emocional/afeto valoriza o pai do filho. Demonstra não possuir condições para uma autonomização, pois necessita de um acompanhamento diário em suas rotinas, principalmente ao cuidado com o filho.
- Rede Familiar:	Não apresenta nenhum elemento do seu núcleo familiar capaz de lhe dar uma retaguarda, necessitando do apóio da CI. Apresenta autoestima baixa e inseguranças, necessitando de ser valorizada, apoiada e protegida pelo sexo oposto.
- Relação com pai do filho	Mantém contato com o pai do filho, através de mensagem e vídeo chamada.

Fonte: Processos sociais, (2021)

Tabela 6 - Jovem C:

Contexto familiar anterior: **- Sem condições habitacional** **- Sem nenhuma condição financeira**	Foi institucionalizada na CI em 2021, residia em um quarto arrendado com o filho. Vivia de subsidio e cabazes que recebia da Segurança Social. Pai encontra-se recluso, com a madrasta tinha muitos conflitos. Nunca tinha vivido dentro de uma instituição, pela sua situação financeira, não tendo um local para morar, foi encaminhada para CI, e também poderia perder a guarda do filho, caso não aceitasse morar na instituição. Mesmo sendo muito jovem demonstra força de vontade de mudar sua história, junto com o filho. Tem dificuldades no desenvolvimento das competências diárias, por não ter apóio familiar, reproduz o que recebeu enquanto criança. Está estudando fazendo o Técnico Contábil.
- Desenvolvimento da criança	Filho frequenta escola em turno integral, apresenta déficit cognitivo, mas não tem nenhum acompanhamento.
- Vinculação	Jovem e filho apresentam amor, afeto e companheirismo entre ambos. Mesmo com suas dificuldades ao cuidado com o filho, demonstra-se preocupada com tudo que está relacionada com o filho.
- Competências e Capacidades	Tem entendimento da sua situação, demonstra querer mudar sua história de vida, não querendo que seu filho passe pelas mesmas dificuldades que passou enquanto criança. Busca através das suas fragilidades, conhecimento de melhorar suas competências, assim aprimorando para uma futura autonomização. Está em acompanhamento psicológico; apresenta autoestima baixa e inseguranças.
- Rede Familiar:	Nenhuma retaguarda familiar; neste momento necessita do apóio da CI.

Namorado	Único suporte é do namorado, pretende casar quando sair da CI.

Fonte: Processos Pessoais, (2021)

Tabela 7 - Jovem D:

Contexto familiar anterior: **- Estava ilegal em Portugal**	Quando chegou em Portugal foi retida pelo SEF, pois não portava documentos nem dela e nem do filho. Foi encaminhada para uma casa de acolhimento, lá descobriu que estava grávida do segundo filho. Por não ter como ficar nesta casa foi encaminhada para CI com os filho e gestante. Entrou na instituição em 2019, é uma jovem decidida, tem entendimento da sua situação, procura melhorar suas competências em sua vida e dos filhos. Sempre está com os filhos, demonstrando amor e muito afeto pelas crianças. No momento está estudando e trabalhando, está procurando se organizar, para sua saída da instituição. Conseguiu legalizar sua permanência e de seus filhos.
- Desenvolvimento da criança	Filhos se encontram em infantário turno integral, crianças muito carinhosas.
- Vinculação	Jovem demonstra muito afeto pelos filhos e apresentam vínculo entre ambos.
- Competências e Capacidades:	Tem entendimento o porque de estar em CI, sabe que precisa se organizar financeiramente para uma vida independente. É determinada e está fazendo tudo para ter sua vida independente, procurando se profissionalizar, terminando seus estudos e buscando oportunidades para melhorar de vida, focando em seus objetivos, de uma futura autonomização.
- Rede Familiar: **Pai**	Tem retaguarda familiar, pai envia há cada dois meses, um valor, está juntando esse dinheiro para sua saída.

Fonte: Processos pessoais, (2021)

Tabela 8 - Jovem E:

Contexto familiar anterior: **- Histórico violência doméstica** **- Sem condições habitacionais**	Foi encaminhada pela CPCJ, para CI em 2019, com os filhos, um casal de gêmeos. Histórico de violência doméstica, ficava trancada no quarto com os filhos, pois familiares do ex-companheiro não permitiam que andasse pelos cómodos da casa. Filha portadora de doença necessitando cuidados. Recebe RSI, no momento conseguiu um emprego no infantário dos filhos. Ex-companheiro tem contato com os filhos, está residindo em França. Busca sua autonomia junto com os filhos, tem previsão de saída, está aguardando habitação social.
- Desenvolvimento da criança	Casal de gêmeos encontram-se em infantário turno integral. Menina tem uma doença congénita, necessita de cuidados permanente. Filha quando entrou na CI, não caminhava. Sendo assistida por junta médica, apresentou evolução, já caminha, mas necessita de ajuda no seu quotidiano.
- Vinculação	Mãe e filhos demonstram ter vínculos, apesar de toda dificuldades que passou, sempre fazendo o melhor para seus filhos.

- Competências e Capacidades	Não tinha a perceção da doença da filha quando entrou na instituição. Após acompanhamento médico específico começou a entender a doença da filha. Assim mudando suas capacidades como mãe, tornando-se mais forte para as lutas que surgirem no seu quotidiano.
- Rede familiar: Nenhuma	Sem nenhuma retaguarda familiar, pai dos filhos procura e as vezes envia ajuda referente dinheiro.

Fonte: Processos sociais, (2021)

Tabela 9 - Jovem F:

Contexto familiar anterior: **- Sem condições habitacionais** **- Nenhuma condição financeira** **- Está gestante**	Estava sendo acompanhada pelo Centro Materno Infantil do Norte, está gestante de 7 meses, namorado quando soube que estava grávida, sumiu e recusou em assumir paternidade. Tem uma filha de 7 anos. Dividia apartamento com uma amiga e mais a filha. Reside em Portugal desde 2018, trabalhava na restauração, com a pandemia e gestante não conseguiu emprego. Sem rendimentos, desempregada e sem nenhuma retaguarda familiar foi encaminhada para CI em 2021.
- Desenvolvimento da criança	Filha frequenta escola, segundo filho nasce em janeiro/2021.
- Vinculação	Apresentam vínculos, mesmo com suas dificuldades, não se vê ficar longe da filha, “meu porto seguro”(siu) .
- Competências e Capacidades	Tem entendimento de sua situação, sem nenhum suporte familiar e financeiro, pretende o tempo que está na CI para se organizar e ampliar conhecimentos. Para quando sair está preparada para ter uma vida independente junto com filhos.
- Rede Familiar: Nenhuma	Sem nenhum suporte familiar.

Fonte: Processos sociais, (2021)

Tabela 10 - Jovem G:

Contexto Familiar anterior: **- Sem condições habitacionais** **- Perdas das filhas, para adoção**	Morava num quarto com o filho, cedido pelo seu compadre e ex-namorado. Após conflitos com padrinho do filho teve que sair, exposta a ausência habitacional, foi encaminhada para CI em, 2021, estava em acompanhamento pela CPCJ. Apresenta fragilidades emocionais e sem nenhuma retaguarda familiar. Foi casada e dessa relação teve duas meninas, que foram institucionalizadas e após adotadas. Não está trabalhando, recebe abono pelo filho, pretende voltar estudar e se qualificar profissionalmente. Mesmo com muitas fragilidades, demonstra vontade de mudança para sua vida.
- Desenvolvimento da criança	Filho está aguardando vaga para infantário
- Vinculação	Apresentam vínculos, mesmo com muitas fragilidades emocionais.
- Competências e Capacidades	Tem entendimento de sua situação, e nenhuma retaguarda familiar e financeira.

- Rede familiar: Nenhuma	Sem nenhum suporte familiar, CI está sendo seu apóio no momento.

Fonte: Processos sociais, (2021)

Tabela 11 - Jovem H:

Contexto familiar anterior: **- Suposto abuso** **- Mãe negligente**	Estava sendo acompanhada pela CPCJ, sendo encaminhada para CI em /2019, por negligência familiar. Tem contato com família, faz visitas quinzenais nos finais de semana. Em decisão com técnica da CPCJ, Jovem decidiu ir para instituição em companhia do filho. Sofreu suposto abuso por parte de um tio, mas filho é da relação com namorado. Está estudando, mas não trabalha, tem uma madrinha que ajuda. Pelos acontecimentos em sua vida, tem algumas dificuldades e autoestima baixa. Dessa maneira necessita sempre de alguém para motivar.
- Desenvolvimento da criança	Filho frequenta infantário, criança muito afetuosa e ativa, sempre sorrindo.
- Vinculação	Mãe e filho apresentam vínculos, atenciosa e sempre procura melhorar como mãe, mesmo sendo muito jovem.
- Competências e Capacidades	Procura aperfeiçoar suas competências, assim melhorando no pessoal e interpessoal. Jovem muito fragilizada pela sua história de vida. Com muitas dificuldades relativo ao desenvolvimento de competências.
- Rede familiar: Madrinha	Madrinha é seu suporte familiar, com genitora não pode contar.

Fonte: Processos sociais, (2021)

Tabela 12 - Jovem I:

Contexto familiar anterior: **- Relação conflituosa com companheiro** **- Não aceita limites e não consegue dar limites para os filhos**	Estava sendo acompanhada pela CPCJ, foi para CI em 2021, em companhia do casal de filhos. Não tendo uma retaguarda familiar e também se encontrava numa relação conflituosa. No momento não está trabalhando e nem estudando. Tem um temperamento forte, não aceita regras e limites da instituição. E também não consegue executar o papel de mãe, deixando que filho faça tudo sem nenhum limite.
- Desenvolvimento da criança	Casal de filhos encontram-se no infantário, filho já tinha passdo pelo acolhimento, tem medo de perder a mãe, quando estão na casa sempre com ela.
- Vinculação	Apresentam vínculos, mesmo com suas dificuldades em dar limites aos filhos.
- Competências e Capacidades	Na sua percepção a instituição deveria mudar a estrutura de manejo das moradoras. Muitas dificuldades de entendimento de competências em sua vida e de seus filhos.
- Rede Familiar:	Sem nenhum suporte familiar.

Fonte: Processos sociais, (2021)

Note-se que grande parte destas jovens tiveram acompanhamento no âmbito do sistema de promoção dos direitos e de proteção das crianças e dos jovens, nomeadamente das comissões de proteção das crianças e jovens em perigo ou de outras equipas de intervenção social no âmbito do Instituto da Segurança Social ou de instituições de saúde de cuidado materno-infantis, indiciando percursos marcados pelo risco social e pela exclusão social. Nas suas famílias de origem foram sujeitas a um estilo educativo que podemos considerar predominantemente permissivo e negligente no que respeita à imposição de limites a comportamentos inadequados, sendo contextos caraterizados pela ausência de normas, não encorajando qualquer respeito pelos deveres e obediência ao cumprimento das regras de conduta que são essenciais à vida social nem interiorização dos seus direitos, liberdades e garantias.

Cresceram em famílias em que há violência doméstica e em que os pais não se envolveram nas suas funções parentais, havendo uma desresponsabilização por parte dos pais ao longo do seu percurso de vida, mantendo apenas a satisfação de algumas das suas necessidades básicas, não garantindo as necessidades em torno de uma vinculação afetiva segura que fosse potenciadora do seu desenvolvimento integral e do desenvolvimento do seu potencial como cidadãs. Ao nível das sociabiliadades, a sua rede familiar de origem é caraterizada pela existência de múltiplas rupturas e falta de suporte instrumental, informacional e emocional, que também tem expressão nas relações atuais ou recentes mantidas com os progenitores dos seus filhos. Nos contextos familiares de origem não tinham modelos muito positivos no que respeita ao desenvolvimento de competências parentais que na atualidade seriam cruciais para o papel de mães que têm que assumir, não tendo tido oportunidade de cresceram tendo asseguradas em pleno as suas necessidades e efetivados os seus direitos enquanto crianças e jovens, nem sabem como os podem reivindicar e exigir para os seus filhos.

6.3 Concepções da Direção Técnica, Equipa Técnica e Educativa sobre o desenvolvimento de competências e construção de projetos de vida com as jovens mulheres

6.3.1 Concepções da Equipa Educativa

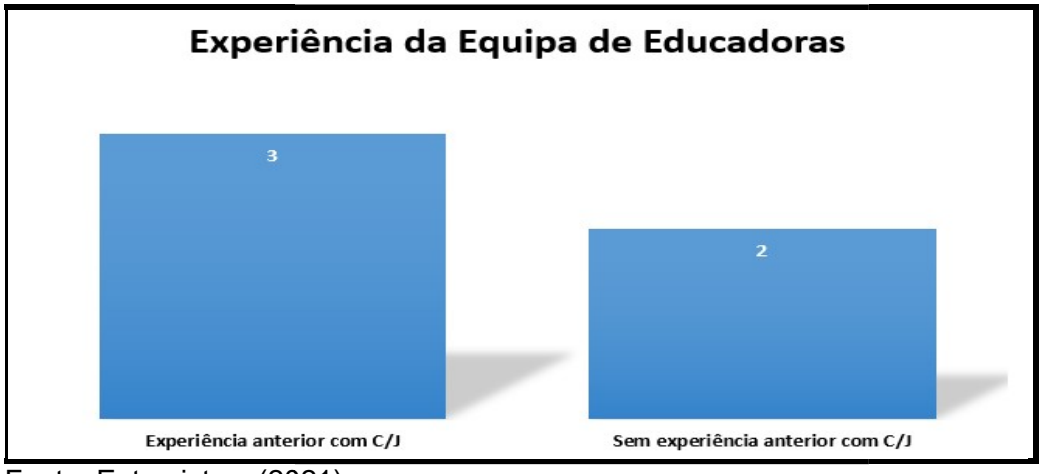
Transcorre neste subcapítulo o olhar das equipas de monitoras em face das jovens e dos seus filhos e as condições em relação ao trabalho realizado dentro da

instituição para o desenvolvimento de competências das jovens, dessa maneira fazendo com que alcancem a sua autonomia e possam ter um projeto de vida para o futuro.

São 6 os servidores que trabalham diariamente no cuidado e proteção dessas jovens e seus filhos, mas para este estudo só participaram 5 ajudantes de ação direta. Todas do sexo feminino, com idades entre 33 e 53 anos. Com relação à escolaridade uma possui 10º ano de escolaridade completo, uma possui 12º incompleto, duas têm uma licenciatura completa e uma tem mestrado completo. Percebe-se que o tempo de serviço destas profissionais varia entre os 2 anos e os 25 anos de experiência (quadro 1).

Observa-se ainda que a maior parte destas educadoras, já tinham desenvolvido atividades profissionais com crianças e jovens, antes de iniciar a sua atividade profissional nesta CI.

Gráfico 9 – Condição da experiência profissional de educadoras da Comunidade de Inserção:



Fonte: Entrevistas, (2021)

Constata-se que, assim sendo, apenas uma pequena parte dos profissionais tenha iniciado as suas atividades sem nenhuma expriência com crianças e jovens em situação de acolhimento institucional, revelando uma possível inexperiência com relação ao cuidado e à educação de crianças e jovens em risco social.

Porém, verifica-se que existe uma preocupação da instituição em promover formações para esta equipa, assim realizando formações mensais de duas horas com esta equipa para, dessa maneira, desenvolver e qualificar os profissionais para o trabalho, no intuito de aprimorar o acompanhamento social para essas jovens e seus filhos dentro da instituição.

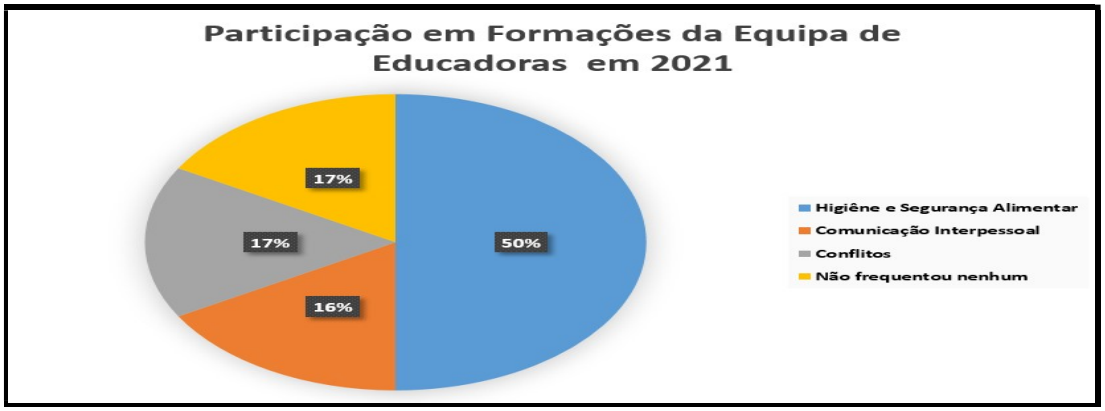
Quando questionados sobre os cursos de formação e de capacitação dos profissionais para aperfeiçoar seus conhecimentos e o seu trabalho, no último ano de 2021, a maioria realizou cursos de formação na área da higiêne e segurança alimentar.

Os dados expõem que esta equipa busca interiorizar conhecimentos, desenvolver saberes e desenvolver competências profissionais que consideram engrandecer o seu trabalho institucional.

Neste contexto, a instituição tem a finalidade de promover o aperfeiçoamento pessoal de cada profissional, numa perspetiva de crescimento individual e profissional, sendo possível criar um espaço de reflexão constante de suas práticas e permitir a formação contínua dos profissionais da equipa, a partir dos problemas e desafios da sua intervenção quotidiana.

Este grupo demonstra a preocupação referente à segurança alimentar, pois na instituição encontram-se muitas crianças pequenas, dessa maneira tendo um olhar mais previdente e preocupado no que se refere à alimentação sadia e adequada à faixa etária de cada criança.

Gráfico 10 - Participação em Formações das Educadoras em 2021:



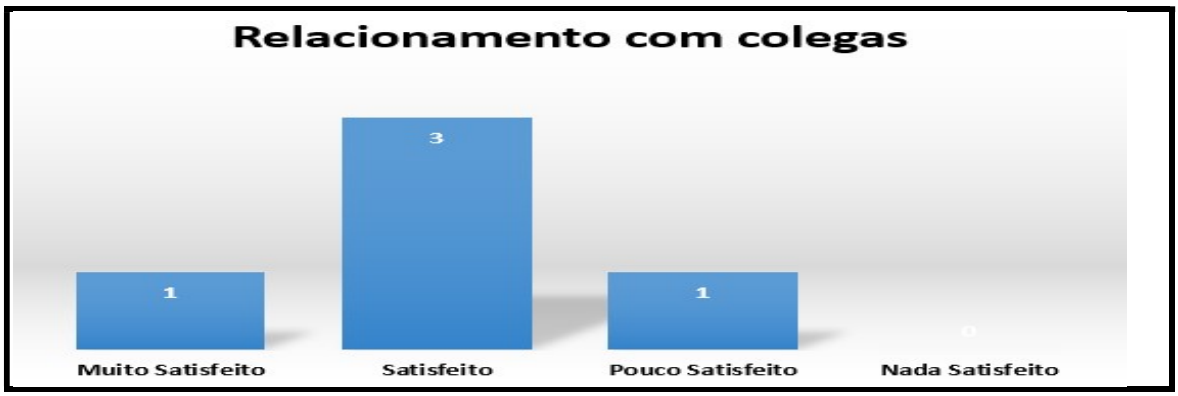
Fonte: Processos sociais, (2021)

Notou-se que o relacionamento entre as educadoras, teve um índice de satisfação, mostrando a existência de cumplicidade em relação ao trabalho, que também consideram bastante cansativo, sobretudo por falta de colaboração durante as rotinas diárias por parte das jovens mães, tornando-se difícil o desenvolvimento do seu trabalho como profissionais.

Dessa maneira, mostrando a existência de cooperação e uma relação social de colaboração entre os elementos da equipa, percebe-se também que esta equipa é formada por pessoas que já trabalham há muito tempo nesta instituição, fazendo com

que o grupo se sinta à vontade para discutir problemas ocasionados no dia-dia de trabalho, não havendo desavenças nem relações conflituosas entre os elementos da equipa.

Gráfico 11 – Relacionamento com colegas:



Fonte: Processos sociais, (2021)

Quanto à proposta pedagógica da instituição referem-se às atividades que geram uma rotina diária de cuidados, e observamos que algumas respostas não deixam claro quais seriam essas orientações, mas enunciam discursos no sentido de responder às necessidades das utentes da CI.

Tabela 13 - Apresentação de resultados e síntese da análise das entrevistas das equipas:

Proposta das ajudantes sobre as áreas importantes para o projeto institucional da comunidade de inserção:

Conceitos estruturadores	Representações das equipas
- Necessidades das jovens	- Higiéne pessoal - Rotina diária - Dificuldades no denvolvimento de competências pessoais e sociais - Participação da comunidade - Atividades e estratégias para a promoção de autonomia - Carências familiares - Falta de limites e regras -Não conseguem dar limites aos filhos
- Jovens virem sozinhas	- Suporte familiar e social - Sem trabalho - Sem competências para se autonomizar
- Aquisições de competências	- Aprimorar suas práticas

para autnomia	- Plano sócio educativo (PSEI)
- Projeto de vida	- Motivação -Envolvimento das jovens - Trabalho das equipas - Efetivação do Plano sócio educativo (PSEI)

Fonte: Entrevistas, (2021)

Os relatos sobre a missão, objetivos e projeto institucional basearam-se na perceção das equipas relativamente ao seu trabalho com vista ao processo de desenvolvimento de competências para o projeto de vida futuro das jovens.

As equipas revelam que as necessidades essenciais dessas jovens são a gestão financeira, serviços comunitários, as competências sociais pertinentes aos comportamentos e às competências pessoais, como autoconfiança, motivação e segurança. Qualificam este processo como muito complexo para a sua concretização, devido às dificuldades de entendimento, limitações e obstáculos que se colocam quer a este público, quer à instituição. Enunciaram que muitas dessas jovens quando saem da instituição, não conseguem ter desenvolvidas nem continuar a poder desenvolver as competências necessárias para a sua autonomia, assim as impossibilitando de ter a sua integração social e uma vida estruturada quer na esfera da educação-formação-trabalho, quer na esfera da vida familiar e pessoal/afetiva.

Na maioria as entrevistadas referem desenvolver um trabalho voltado para as aquisições de competências pelas jovens para a sua futura autonomia, embora em algumas sejam mais bem-sucedidas do que em outras. Mas também,expressam que, por vezes, as dificuldades dentro da instituição em relação às rotinas diárias de trabalho, não permitem e não potenciam um trabalho mais centrado nas aquisições de competências pelas jovens, sendo elas essenciais para um futuro emancipado das jovens.

Nesta fase, para a concretização do seu projeto de vida, as ajudantes evidenciam que as jovens precisam estar envolvidas no desenvolvimento de competências, de serem empoderadas, sabendo enfrentar as dificuldades, superando as suas fragilidades e colocando em prática as suas potencialidades. Para isso acontecer, a instituição precisa estar alinhada entre as equipas, elaborando o plano individual de intervenção de cada jovem – o projeto sócio-educativo - e o plano de atividades para o grupo,de forma a planificar o trabalho para que ele se efetive dentro da instituição e no trabalho em rede socioassistencial com as entidades da comunidade local. Afirmam ser fundamental não deixar que as dificuldades do dia-dia, impossibilitem o trabalho com essas jovens no sentido de promover a sua autonomia e inclusão social.

Projetando no trabalho diário da equipa educativa que a equipa técnica dê suporte neste trabalho, que se preocupe com o grande grupo e não só questões burocráticas e administrativas relativas aos processos das jovens e à gestão da comunidade de inserção. Será necessário um trabalho entre as equipas, estabelecendo entre elas o entendimento de que cada uma tem, sua função dentro da instituição, havendo de forma continuada, contudo, uma parceria e troca de saberes entre os profissionais dessas equipas.

Quadro 13 - Necessidades das jovens da CI, percepção das profissionais:

Necessidades Jovens	Nº de Ajudantes de Ação	Discursos
- Higiêne Pessoal	3 - E4, E6, E7	"Higiene pessoal, cuidar da CI e cuidar dos filhos", "Prova alta do trabalho…higiêne, cuidar dos filhos, cuidar da CI", "Higiêne pessoal, cuidar da CI e cuidar dos filhos".
- Refeições	1 - E5	"Apóio na lida da casa, confeção das refeições".
- Rotina diária	1 - E8	"Acompanhamento no seu quotidiano nas diversas tarefas".

Fonte: Entrevistas, (2021)

Nesta perpectiva da compreensão sobre a proposta pedagógica, evidencia-se que esta equipa tem dificuldades em exercer as suas funções, pois não consegue assimilar tudo o que é necessário assegurar em todo este processo. Portanto, esta equipa necessita da colaboração da equipa técnica, assim trabalhando de maneira articulada para promover mudanças nas relações entre os diferentes atores e no ambiente da casa.

Neste contexto a equipa técnica tem o papel de apóio para os educadores trabalharem em atividades voltadas para o desenvolvimento integral das jovens, dessa forma não cabendo exclusivamente à equipa técnica desenvolver esse trabalho.Quanto à participação na construção de competências revelam dificuldades nesta proposta, conforme conceções abaixo.

Quadro 14 - Percepção das ajudantes sobre a participação das jovens no processo de construção de competências:

Participação das jovens na	Nº de Ajudantes de Ação	Discurso

Construção de Competências		
- Dificuldades no Acompanhamento diário	5 - E4, E5, E6, E7, E8	"No dia-a-dia, tentar que melhorem", "Através do manual de acolhimento", "No dia-dia", "Tentar que melhorem", "Acompanhamento diário nas diversas atividades passadas pelas equipas"

Fonte: Entrevistas, (2021)

Percebemos que os desafios que enfrentam na sua participação nas tarefas de acompanhamento diário das jovens, afeta negativamente esta equipa. Mas entende-se que para haver essa colaboração por parte das jovens, é necessário haver participação efetiva dos profissionais, assim direcionando este aprendizado, sendo um mediador para todo este processo de intervenção.

Segundo Gomes (2010, p.118) "a estabilidade, coesão e funcionamento da equipa que trabalha numa estrutura funcional é determinante e afeta extraordinariamente todo o ambiente e o quotidiano dos residentes, quer seja positiva ou negativamente". Dessa maneira, os educadores, mesmo com suas dificuldades, requerem desenvolver um trabalho que envolva este público e que possibilite o desenvolvimento de interação social dos profissionais e das jovens, no trabalho diário da CI. Pretendem que o seu papel profissional seja cumprido, nunca perdendo o objetivo de desenvolvimento e de crescimentos soocioemocional de todos, em particular das jovens mães e dos filhos.

Entende-se que a participação da equipa é necessária para o desenvolvimento das atividades diárias em conjunto com as jovens, construindo uma relação de comprometimento, segurança e confiança, almejando um trabalho qualificado e fazendo com que o grande grupo tenha menção e reconhecimento do trabalho proposto.

No que se refere à construção de competências sociais e pessoais, as respostas alcançadas nesta pergunta deram origem à categoria satisfeito, demostrando que as ajudantes consideram ter realizado este processo com êxito.

Gráfico 12 - Construção de competências sociais e pessoais com as jovens:

Fonte: Entrevistas, (2021)

Neste processo de construção de competências esta equipa de ajudantes demonstra conhecer as jovens, pois qualquer mudança que aconteça nas rotinas diárias da casa, gera uma mudança nos seus comportamentos. Percebemos que há necessidade desta equipa aprimorar este aspecto junto das jovens, pois em algumas situações tal não se concretiza, mas tal depende também da interação das jovens com a equipa, tendo os dois grupos de fortalecer a socialização a convivência, embora dando prioridade ao trabalho das equipas neste processo. Compreende-se também que os educadores, em alguns casos, se tornam as primeiras pessoas de relacionamento das jovens, e dessa maneira tendo conhecimento das dificuldades deste público pelo contato próximo e diário, são um referencial na construção do processo de intervenção social eficaz.

Dentro da visão das ajudantes a instituição tem dificuldades na construção de uma intervenção orientada para o desenvolvimento de competências com as jovens, sendo um processo difícil de trabalho pelo facto das jovens não seguirem as regras inerentes a este contexto de vida social.

Quadro 15 - Dificuldades percepcionadas pelas ajudantes na construção de competências sociais e pessoais pelas jovens:

Dificuldades na Construção de Competências sociais e pessoais	**Nº de Ajudantes de Ação**	**Discurso**
- Não aceitação e falta de cumprimento de regras/limites da casa	5 - E4, E5, E6,E7,E8	"A não aceitação de regras e falta de retaguarda", "Pouco apoio a nível humano", "Impossibilidade de limites o

		tempo que ficam na C.I., e passar mais tempo com as técnicas para acompanhamento do dia-dia", "Não aceitam regras", "Não é fácil as jovens aceitar as orientações e principalmente as regras"

Fonte: Entrevistas, (2021)

Tendo em consideração os depoimentos acima, os profissionais consideram que as jovens mulheres demonstram possuir dificuldades na aquisição de competências, sendo que tais dificuldades existem nas rotinas domésticas, na gestão com dinheiro, na questão profissional e nas questões pessoais. Consideram que elas não estão motivadas para uma mudança em todos os sentidos, por falta de comprometimento no dia-dia. Consideram também que para terem um trabalho positivo, é necessário cativar este público, construindo vínculos seguros, de forma a que elas se possam sentir seguras para enfrentar as dificuldades deste processo e para cumprirem as regras e para perceber os limites.

Desta maneira expressam a expectativa nas suas funções profissionais desenvolver um interesse nesta construção, estimulando para exploração de novos saberes e vivências, no meio onde vivem, assim promovendo o desenvolvimento de indivíduos confiantes e independentes. É necessário que a equipa esteja prediposta em proporcionar um atendimento qualificado para decorrentes demandas do dia-dia. Pois, só assim poderão possibilitar às jovens competências concretas na promoção de um desenvolvimento pleno. Portanto, buscando apostar na construção de relações de vinculação efetiva seguras entre as jovens e os elementos equipas, só dessa maneira entendem ser possível fortalecer e promover com qualidade o seu trabalho.

Referente às condições das jovens viverem sozinhas neste momento, todas têm opiniões iguais, justificando as dificuldades dessas jovens pelas fragilidades e necessidades afetivas. Evidencia-se que para estas profissionais as jovens não possuem estrutura emocional para a sua autonomia.

Referem também a falta de uma qualificação académica e profissional e de uma retaguarda familiar neste processo de autonomização, a falta desse apóio e de segurança, podendo significar uma morosidade para a futura saída da instituição.

Quadro 16 – Percepções das ajudantes em relação ao facto das jovens viverem sozinhas:

Jovens viverem sozinhas	Nº de Ajudantes de Ação	Discurso
- Falta de estrutura emocional	1 - E5,	"Não, pois estas jovens não possuem uma estrutura emocional e um suporte capaz de manterem sozinhas com os seus respectivos filhos".
- Suporte familiar e social	1 - E6	"A maioria não, sem retaguarda famuiliar".
- Sem competências para se autonomizarem	2 - E4, E7	"Não, precisam de ser trabalhadas", "Necessitam ser trabalhadas".
- Sem trabalho	1- E8	"A questão também ser difíciel se manter em um trabalho".

Fonte: Entrevistas, (2021)

Consideram que as jovens não possuem competências pessoais, sociais, emocionais e de autonomia para viverem sozinhas, identificando que as suas maiores dificuldades estão no aspecto profissional e financeiro, pois não possuem nenhuma retaguarda familiar capaz de lhes fornecer apóio instrumental e emocional. No que se refere à gestão financeira salientam que algumas possuem emprego e outras recebem o RSI, mas que o montante de rendimentos não é o suficiente para manter uma casa com filhos, fazendo face a todas as despesas. Consideram que as jovens necessitam de serem motivadas e de terem um acompanhamento sistemático nesta caminhada até à autonomização, pois no momento não possuem nenhuma estrutura emocional para enfrentarem sozinhas um processo de transição para uma vida independente. Referem as necessidades de um aprimoramento das práticas no desenvolvimento de competências oferecidas na instituição, enfatizando o tempo limite do acolhimento e o trabalho realizado pelas técnicas.

Quadro 17 – Percepções das ajudantes sobre o aprimoramento das práticas na Comunidade de Inserção:

Aprimoramento das práticas	Nº Ajudantes de Ação	Discurso
- Desenvolver competências de	2 - E4, E7,	"A instituição pode exigir mais

organização - Desenvolver competências relacionais	1 - E5	organização e estabelecer tempo limite, como educadora possa alertar e tentar que consigam melhorar", "A instituição pode pedir mais organização". "Insistir na sensibilização da prática humana e regras de convivência"
- Equipa Técnica estar mais presente no trabalho de desenvolvimento de competências	2 - E6, E8	"A equipa técnica deveria passar mais tempo com as jovens e as crianças", "Continuar o trabalho diário, insistindo sempre na melhoria das competências das jovens. Das ferramentas necessárias para desenvolver e melhorar essas competências, reforçar sempre a importância das regras, dos cuidados com os filhos, das tarefas diárias numa casa, do brincar e educar os filhos. Para isto é necessário um acompanhamento diário das equipas com estas jovens".

Fonte: Entrevistas, (2021)

Colocam que há a necessidade de uma sensibilização no que se refere às práticas dos profissionais, atuando de maneira eficaz e pertinente junto com as jovens, desenvolvendo estratégias que modifiquem a sua estrutura emocional existente no momento. Sendo assim, para ter um trabalho de qualidade é necessário que haja comunicação e cooperação entre as equipas de ajudantes e de técnicas neste processo de trabalho com as jovens.

No seu entender, os profissionais, independente da equipa que integram, devem estar empenhados no serviço, sendo capazes de perceber as situações da vida diária dentro da instituição, efetuando um trabalho de intervenção em conjunto, contribundo com as suas habilidades neste processo, sendo que os pareceres de atuação dos profissionais das equipas sejam coordenados e resultem de uma construção conjunta.

Gráfico 13 - Práticas profissionais das educadoras na Comunidade de Inserção:

Fonte: Entrevistas, (2021)

Demonstram de forma geral estarem satisfeitas com as práticas profissionais. Salientam que desenvolvem as atividades numa rotina diária de cuidados que exige às mães e aos filhos: tomar o pequeno almoço, tomar banho, ir para o trabalho, as jovens levarem os filhos até a escola ou infantário. Também existem atividades pedagógicas e de lazer elaboradas dentro da casa pelas ajudantes, que acontece eventualmente e que podem, em seu entender, ser desenvolvidas de forma mais continuada. Essas atividades, por vezes, são deixadas pelos parceiros, onde eles deixam material para as jovens desenvolverem as atividades, preparando o trabalho para próximo encontroe, dessa maneira, as ajudantes participam orientando a atividade proposta.

Dentro desta rotina, proporcionam um relacionamento mais próximo e mais personalizado com as jovens mães e os seus filhos e tal permitirá que as práticas profissionais se concretizarem de forma eficaz e eficiente.

Todas as jovens têm filhos e, para as ajudantes, a questão da imposição de limites aos filhos é positiva. A maioria das auxiliares respondeu positivamente à colocação de limites às crianças, fazendo com que as jovens exerçam o papel de mães, deixando claro que elas são responsáveis por eles e pela sua educação.

Quadro 18 - Incentivam dar limites aos filhos das jovens:

Incentivam limites para os filhos	Nº Ajudantes de Ação	Discurso
- Respeito	2 - E6, E8	"Sim, explicando que as regras

		são necessárias para poder existir respeito dos filhos para com elas e os outros", "Sim, explicando a importância de estabelecer regras aos filhos, da importância de dizer "não" á criança, pode ter na preparação do seu futuro".
- Birras	1 - E5,	Quando um filho se vê que chora por birra, não lhe der a importância necessária, contudo estar de olho na criança", "Sim, explicando que as regras são necessárias para poder existir respeito dos filhos para com elas e os outros".
- Não incentivam limites para os filhos	2 - E4, E7,	"Não incentivo, elas mesmo estabelecem os limites nos filhos", "Não incentivo".

Fonte: Entrevistas, (2021)

Acerca das relações com as jovens e com os seus filhos estão satisfeitas, demostram ter uma comunicação positiva com este público, usando como estratégia a construção de vínculos efetivos seguros. No fundo pretende-se uma intervenção que torne essas jovens capazes de exercerem o seu papel de mães e cuidadoras, criando condições para um processo de vinculação afetiva segura entre eles, ancorado numa relação de proximidade e de confiança com as profissionais.

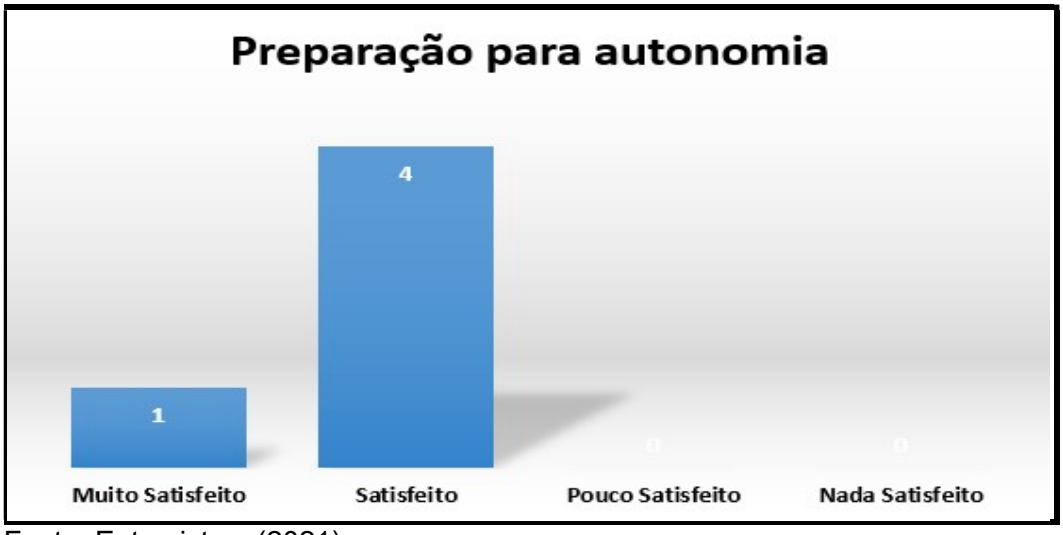
Gráfico 14 – Comunicação entre as ajudantes e as jovens na CI:

Fonte: Entrevistas, (2021)

A comunicação é uma das ferramentas usadas neste contexto, muito importante, para proporcionar a troca de informações entre as educadoras e as jovens mães e os seus filhos, evidenciando-se neste domínio as exigências e dificuldades de trabalho com este público. As profissionais afirmam ser necessário fortalecer um convívio com confiança, que é a essencial para a eficácia do trabalho diário. Buscando através dessa relação de proximidade uma atuação positiva, para as fazer desenvolver aprendizagens e conhecimentos, presumindo que os educadores são figuras significativas para essas jovens neste processo de contruções, descontruções e reconstruções.

A equipa de educadores tem um papel importante na promoção de autonomia, pois durante este processo, são eles que estão diariamente com as jovens para a aquisição de competências de autonomia, assim demonstram no gráfico abaixo, 10% quando se dizem muito satisfeito e 90% satisfeitos no trabalho que desenvolvem, no que diz respeito à preparação dessas jovens para a sua saída de maneira autónoma da comunidade de inserção, considerando que podem desempenhar um papel importante na sua história de vida.

Gráfico 15 - Percepções das ajudantes sobre a preparação das jovens para uma vida autônoma na Comunidade de Inserção:



Fonte: Entrevistas, (2021)

A preparação para autonomia é um processo desenvolvido pouco a pouco, e deve ser baseado na individualidade de cada jovem mulher. Dessa forma, este processo permite aquisições de conhecimento e de competências, oportunizando uma emacipação

na vivência profissional, financeira e na construção de uma vida familiar e pessoal, tornando-se independente.

Promovendo a participação social delas junto com os seus filhos, fazendo com que reflitam sobre o seu papel de mães e educadoras, de forma a que consigam transformar, realizar mudanças no sentindo de seu crescimento pessoal e na criação de condições para o desenvolvimento integral dos seus filhos, é crucial.

Para Gomes (2010, p.197) “uma intervenção que tenha como objetivo trabalhar as competências da criança e do jovem que conduzam à promoção de autonomia, tem de estar baseada numa relação de confiança”. Salienta-se que esta etapa depende muito do trabalho da equipa de educadores, pois são eles que estão diariamente, tanto nos momentos alegres, como nos momentos de sofrimento, a acompanhar as jovens mães.

Realizando uma análise do discurso acima apresentado, de forma geral, podemos dizer que as monitoras se consideram motivados neste processo de acompanhamento no quotidiano, empenhando-se para responder às necessidades das jovens mulheres e dos seus filhos em todo o processo de institucionalização e até na pós-institucionalização, embora conscientes das dificuldades e dos desafios que o trabalho lhes coloca.

6.3.2 Concepções da Diretora Técnica (T1) e Equipa Técnica (T2)

No que se refere à perceção da missão, valores e objetivos da CI, que pretende atingir no trabalho com as jovens que se encontram institucionalizadas, a diretora técnica refere: *“a missão da ACISJF é promover, formar e integrar pessoas em risco na perspetiva da construção de uma sociedade mais justa e equitativa, vai ao encontro do trabalho que se pretende desenvolver com as jovens” (T1)*

As diretrizes estratégicas de uma instituição são definidas pela missão, visão e valores. Podemos perceber através da fala da T1, que a perceção da ACISJF, neste sentido, vem ao encontro da promoção de autonomia, intervindo para que essas jovens consigam reconstruir a sua história de maneira que alcancem os seus objetivos para seu projecto de vida futuro. Enfrentando seus medos, e trabalhando para promover a equidade, no sentido de diminuir as desigualdades na construção de uma sociedade mais justa.

O papel da instituição na promoção de competências de autonomia: *“a instituição tem o papel preponderante no trabalho com as jovens, para isso é necessário que as mães aderiam a esse plano de intervenção” (T1).*

Neste sentido Carvalho refere que (2013, p.17) “às instituições compete, uma função de controle social e uma função de promoção da coesão social, pela salva guarda dos elementos menos protegidos de uma comunidade através da efetivação dos seus direitos”. Dessa forma, vai ao encontro do que é referido pelas equipas (educativa e técnica), proporcionando interesse nas jovens para o desenvolvimento das suas rotinas diárias, atividades dentro e fora da casa, trabalhando os seus potenciais, assim motivando e promovendo competências neste processo, oportunizando novos conhecimentos e que façam a diferença para concretizar o seu projeto de vida.

As principais necessidades referentes às competências para as jovens acolhidas no entender das técnicas são: *“As mães têm necessidades de competências parentais, gestão de vida diária e de completar a escolaridade obrigatória e aceder à empregabilidade” (T1).*

Essas jovens vêm de famílias desestruturadas, onde nunca foram trabalhadas essas competências com elas, não havendo nenhum estímulo, não conseguindo definir um projecto de vida. Conforme Mota & Mena Matos (2008, p. 246) “consideramos que o desenvolvimento destes jovens pode ser pautado pela vivência com outras figuras significativas que podem dar respostas pessoais, afetivas e sociais de qualidade, potencializando um desenvolvimento adaptativo”.

Neste sentido, as competências sociais e pessoais, são fundamentais para a evolução delas para uma futura autonomização, mas também é onde se concentra as mais diversas dificuldades, seja pela desmotivação, seja pela auto-estima baixa. Entende-se que para que este trabalho se efetive, é necessário que as equipas usem as suas habilidades e estratégias nesta construção, pois são elas que estão diariamente na interação com as jovens e que são os facilitadores do desenvolvimento de competências das jovens, motivando, estimulando e preparando-as para alcaçarem uma vida independente, fora da instiuição.

Para a preparação de aquisições de competências para a autonomia, a instituição trabalha este processo:*“Tentamos definir com elas um plano de intervenção, onde estejam integradas as necessidades sentidas e as ações para corrigir essas faltas. Nesse sentido, nos primeiros dois meses de acolhimento é efetuada a avaliação diagnóstica para depois se criar o plano de intervenção” (T1).*

Podemos observar em seu discurso que a preparação de aquisições de competência, se concretiza após o plano de intervenção, sendo realizado com a jovem

junto da técnica de referência. Buscando através deste plano trabalhar as fragilidades, dificuldades e suas potencialidades, desta maneira fortalecendo a sua autonomia, através de estratégias de intervenção, que consigam alcançar o propósito delimitado.

Este processo é complexo, pois essas jovens vêm de contextos familiares desorganizados, onde nunca tiveram nenhum aprendizado sobre competências. Segundo Marques et al. (2003, p.2) "uma pessoa competente é capaz de acreditar em suas potencialidades e demontrar sentimentos positivos em relação a si mesmo e é capaz de estabelecer metas e traçar estratégias para conseguir bons resultados, mesmo tendo fracassado em experiências anteriores". Portanto, a instituição precisa de desenvolver diariamente esse trabalho, através das equipas educativa e técnica, dessa maneira traçando juntos esse plano com ênfase nas vivências de vida de cada jovem, assim proporcionando o desenvolvimento de competências que mudem suas vidas; demonstrando para essas jovens que são capazes de ter uma nova história de vida, conseguindo alcançar seus objetivos.

As estratégias e atividades, para promover o desenvolvimento de competências, são no entender da direção técnica: "*As Dinâmicas de grupo, sessões de informação..." (T1).*

Relativamente a essas atividades, a instituição tem alguns parceiros para a realização de encontros semanais, fazendo com que essas jovens se envolvam de forma agradável com os outros elementos do grupo. Nesses encontros elas refletem sobre a mudança da sua vida, a concretização de seus objetivos, assim planejando um projecto de vida.

Entende-se esse trabalho como forma de apóio à instituição para o desenvolvimento do público institucionalizado, partilhando e participando das atividades oferecidas em grande grupo.

Questionamos a diretora técnica sobre o trabalho específico feito com as jovens para a construção de competências, e ela refere: *"Todo o trabalho está delineado no plano sócio educativo (PSEI) e vai-se adaptando consoante cada jovem".*

Em seu discurso salienta que o trabalho é delineado através do plano sócio educativo. O PSEI é construindo sobre a história de vida e as necessidades de cada uma, dessa maneira planejado, através das informações passadas, quais os objetivos que se pretendem alcançar. Este instrumento direciona as ações a serem realizadas para garantir a proteção integral das jovens dentro da insticuição. Visando o planejamento,

apartir da história de cada jovem, compreendendo a sua individualidade, são organizadas as atividades a serem desenvolvidas durante a sua permanência na instituição.

Dessa maneira realizando um trabalho estratégico, onde as equipas precisam estar alinhadas com o próposito do plano de intervenção, assim proporcionando a superação e o desenvolvimento integral das jovens e preparando uma saída com autonomia da instituição.

Na percepção da diretora técnica as jovens participam em tarefas ou programas na promoção de autonomia e as que *"aderirem mais facilmente ao plano sócio educativo, conseguem preparar a sua autonomia" (T1).*

Nota-se que em relação às atividades da casa, não conseguem ter uma participação ativa deste grupo, demonstrando que têm dificuldades na concretização do trabalho nesta fase inicial para promoção de autonomia. Já em relação ao PSEI ele tem a adesão deste público. É importante salientar que o mesmo prevê a participação das jovens na concepção, levando em conta a sua opinião, respeitando a sua posição, oportunizando com essa ferramenta uma mudança de vida.

Levando em consideração a presença real de jovens/crianças na instituição, a proporção deste público em face aos cuidados diretos das educadoras, refere que *"a CI tem o quadro de pessoal sugerido no acordo de cooperação com a Segurança Social".* Dentro deste contexto institucional, os educadores são responsáveis por realizarem tarefas de proteção a essas jovens, desempenhando o papel de cuidador, auxiliando e orientando essas jovens nas tarefas do dia-dia, promovendo o desenvolvimento de aprendizados, no intuito de se sentirem seguras e confiantes, preparando o seu desligamento da instituição.

Observamos no discurso da diretora técnica que ela não tem em conta a realidade da CI por nós observada. Pois, o número de educadoras não corresponde às necessidades da casa: por vezes uma educadora se divide entre os três andares da moradia. Não realizando um trabalho qualificado para o grupo, as educadoras estão desmotivadas pela falta de compreenção da coordenação. Ressaltando que geralmente o que acontece é a existência apenas de uma educadora por turno, viabilizando com dificuldade o trabalho diário com essas jovens.

Consideramos que os recursos humanos constituem um elemento fundamental para o sucesso ou insucesso de qualquer organização. A qualidade dos cuidados prestados está intimamente ligada à qualidade humana e aos saberes e competências

dos seus profissionais. Nesta perspetiva a instituição deveria dispor de mais educadores para o desempenho do trabalho, assim correspondendo, de maneira mais positiva, às expectativas traçadas nos diversos planos sócio-educativos das jovens.

Dentro da instituição o quadro de técnicos é de duas como mencionamos no quadro 1 (educadora social e psicóloga). Para essa investigação tivemos só a participação da educadora social. Nas palavras desta técnica, considerando a promoção de competências para a autonomia desse público, sabemos que é um processo desafiador para instituição, sendo muito complexa a sua concretização. O papel da CI neste caminhar é: *"desenvolver um modelo na aquisição de competências tanto na vida diária como nas questões parentais" (T2).*

No endendimento desta técnica, podemos dizer que processo para aquisição de competências direciona as competências pessoais e sociais, estimulando a nível relacional, a gestão de emoções, a auto-estima, a auto-confiança e também a capacidade para resolver os seus conflitos e tomar as suas decisões e implementar ações. Da mesma forma, as jovens desenvolvem competências para uma vida independente: aprendendo a utilizar recursos da comunidade, gerir-se financeiramente, organizar uma casa.

Para esse processo se concretizar, precisam, a equipa educativa e a equipa de técnicos, em conjunto com as jovens, de efectivar o PSEI, pois esse plano deve estar articulado dentro das equipas na instituição, pois através das suas intervenções para fazer face às suas fragilidades e dificuldades, trabalham no sentido da satisfação das necessidades e na promoção da aquisição de competências para uma posterior autonomia.

Este público provém de famílias desestruturadas e multiproblemáticas, sendo um desafio a promoção da sua autonomia, havendo a necessidade de um plano de ação para este trabalho. No entender da técnica, *o plano de ação é definido com a própria cliente após dois meses de observação e de conhecimento. Nesta janela de conhecimento podemos avaliar as necessidades do agregado e os pontos centrais da nossa intervenção" (T2).*

Para Gomes (2010, p. 105) "é fundamental efectuar um trabalho com estas jovens capaz de pontenciar e optimizar todo o seu processo de crescimento e individuação/autonomia, a sua capacidade de tomada de decisões, bem como de resolução de problemas, auto-orientação e responsabilidade social". Dessa forma, o

plano de intervenção da CI tem este propósito, indo ao encontro das necessidades das jovens e dos seus filhos. Tendo o conhecimento do que cada jovem tem como dificuldades, constrói-se um plano em que se consigam projetar e em que se sintam pertencentes ao processo, através da motivação e do trabalho centrado nos seus potenciais, deixando claro a elas que são capazes de mudar a sua história.

Em relação aos recursos materiais e humanos para intervenção, a técnica refere:*"os recursos essencialmente são humanos (equipa técnica e educativa) da CI. Podemos também contar com os recursos humanos/físicos da comunidade (Juntas de Freguesia, empresas de trabalho temporário, Centros de Saúde, entre outros)" (T2).*

Segundo o Manual de Boas Práicas (2005, p.185) "as estruturas residenciais dependem muito da capacidade, dedicação, motivação e competências dos seus colaboradores". Contudo, através das observações das rotinas quotidianas de trabalho e tendo em conta a atual composição das equipas de funcionários, nota-se que este quadro é insuficiente para o trabalho que é necessário realizar. Pois, muitas vezes, há apenas um educador para intervir na satisfação das necessidades das jovens que estão inerentes às rotinas diárias. Este profissional tem que atender às necessidades das mães e às dos filhos e a outras responsabilidades que decorrem das suas funções; realizando de forma automatizada as suas tarefas.

No que respeita aos recursos da comunidade, a instituição tem um respaldo positivo, pois tem parceiros que realizam atividades semanais com este grupo e, dessa maneira, envolvem a comunidade nas atividades dentro instituição. Contudo, há um entendimento que *os recursos na comunidade são inexistentes e com pouca resposta" (T2).*

Além desta limitação e obstáculo ao processo de intervenção, a técnica menciona *a falta de colaboração/envolvimento por parte das clientes sociais.* A falta de envolvimento deste público, impossibilitando o desenvolvimento de competências, tem na base vários fatores que estão relacionados com a história de vida das jovens e com os modos de organização e de funcionamento da CI e das políticas públicas nas quais ela se enquadra. A este propósito citamos Siqueira & Dell'Aglio (2006, p.76) quando referem que "os fatores que dificultam a efetivaçãoda intervenção neste tipo de instituições são: a falta de integração de políticas sociais existentes, a dificuldade de interação e comunicação, a existência de ações pontuais e fragmentas, as fragilidades de recursos humanos tanto na quantidade como na sua qualificação". Dessa forma, a promoção e

desenvolvimento de ações encontra diversas dificuldades, não se conseguindo desenvolver um trabalho que envolva efetivamente este público.

Neste contexto o não apóio suficiente da comunidade no trabalho diário com estas jovens, desqualifica e desestimula-as para promover e concretizar o seu projeto de vida.

Em relação ao desenvolvimento de competências das jovens a nível pessoal, emocional, instrumental, para se trabalhar aspectos que considera relevantes neste processo para as jovens alcançarem a sua autonomia, a técnica refere que *"a motivação e a capacidade de entrega é sem dúvida uma importante ferramenta para se alcançar os objetivos pretendidos. É fundamental capacitar as jovens para a mudança. Entender e compreender a sua história, aceitar as suas limitações, ouvir e compreender, usar estratégias para conseguir os objetivos pretendidos. No que respeita às competências pessoais e sociais, a cliente social deve estar capaz de cuidar do filho sozinha, assegurar todas as suas necessidades, compreender a fase de desenvolvimento em que se encontra" (T2).*

Cada pessoa tem características e experiências de vida que definem a sua identidade e a distiguem dos demais, embora possamos ter muitas atributos comuns, encontramos diferentes gostos, opiniões e atitudes que os profissionais devem conhecer. Para o trabalho dos profissionais se efetivar é necessário que eles conheçam cada jovem na sua individualidade, conhecendo e compreendendo as suas dificuldades no que for relacionado com o desenvolvimento de competências, e mobilizando todas as suas potencialidades.

Neste processo o importante são que as jovens consigam desenvolver essas aprendizagens, conhecimentos sobre as competências, visando uma vida autonoma. Salientamos para este processo de desenvolvimento de competências é essencial que a equipa educativa e a equipa técnica trabalhem articuladas, na finalidade de orientar as jovens, desenvolvendo competências que permitam que elas consigam alcançar os objetivos delineados no PSEI, no dia-dia dentro da CI. A T2 refere que a promoção da autonomia exige o desenvolvimento de diversos tipos de competências: *"as competências promovidas estão sempre ligadas às questões essencialmente parentais, o saber cuidar, o saber assegurar os cuidados básicos, higiêne, alimentação e saúde. Também foi desenvolvido um trabalho das competências a nível da gestão orçamental para preparar estas jovens para a vida fora da CI. Nesta CI não há competências por desenvolver, em traços gerais todas as áreas a desenvolver são trabalhadas: de natureza socioemocional, de natureza sócio familiar, de natureza escolar, formativa, e profissional,*

ao nível da saúde, ao nível das competências de vida diária, ao nível da gestão orçamental, ao nível da relação mãe/filho" (T2).

Percebe-se que o desenvolvimento de competências das jovens é um desafio para equipa, sendo um processo dificíl e complexo na sua concretização. A técnica considera que *este "processo não é acessível a todas, pelas suas dificuldades de entendimento e de foro emocional. Para muitas este processo de desenvolvimento de competências, fazem-nas desistir dos seus objectivos. Este público necessita de ser diariamente estimulado" (T2).*

Ressaltamos que este público necessita de ajuda para enfrentar as dificuldades e contratempos que surgem em suas vidas, tornando-o capaz de lidar com as diversas situações a que está exposto, auxiliando na superação dos obstáculos, assim tornando-o capaz de assumir responsabilidades com maior segurança. Dessa forma, a instituição precisa de assegurar que pelo seu trabalho desenvolva competências para a sua autonomização, mas tal tem que ser feito de forma continuada.

A técnica apresenta a descrição do procedimento de intervenção e dos seus objetivos que define como a: *"aquisição de competências pessoais, profissionais e sócio educativas, avaliação do agregado familiar alargado sempre que se justifique, habitação, poupanças, meios de subsistência, consistência no processo de acolhimento" (T2).*

Entendemos que este processo começa com o PSEI, começando pelo diagnóstico social e pelo planejamento deste plano de intervenção, que lhes permita realizar aquisições, através de um processo de aprendizagem que as capacite e lhes permita tomarem decisões para assumirem o seu papel de mães e de mulheres com responsabilidade, que atinjam os seus objetivos pessoais, profissionais e que possam transformar as suas referências de comportamento. Dessa maneira fortalecendo essas jovens através das ações elaboradas em conjunto para a efetivação do plano de ação, promovendo auto-estima, confiança e segurança, visando o trabalho direcionado para a concretização do projeto de vida.

Para assegurar o procedimento acima referido, para uma intervenção, a técnica salienta ainda a falta de uma maior interatividade com a comunidade, no que diz respeito aos recursos materiais e humanos: *"é necessário haver maior interação com os recursos da comunidade, nomeadamente com entidades que promovam a atribuição de habitação. A aquisição de um trabalho com contrato de trabalho efetivo, de forma a assegurar que no final do mês há dinheiro para assegurar as despesas" (T2).*

Considera que a falta de recursos da comunidade no que respeita à habitação e a um trabalho efetivo, faz com que muitas dessas jovens não consiguam passar do primeiro mês de trabalho, pois têm pouca formação escolar, não se procuram atualizar e não possuem nenhuma capacitação para mudar esta realidade. Muitas não conseguem procurar um emprego, referem que as técnicas deveriam procurar o emprego para elas, pois estão num local forçadas e, dessa maneira, justificam a sua desqualificação profissional.

Para Calheiros et al. (2013, p. 254) "os adolescentes deverão ser incentivados a desenvolver competências de procura e candidatura de empregos". Destaca-se do trabalho realizado na instituição a motivação das jovens para a sua integração no mercado de trabalho. Contudo, salientamos que este público é constituído por jovens com pouca escolaridade, tendo poucas capacidades para obter um emprego em que consigam ter um rendimento para se manter e manter os seus filhos sem terem ajudas.

Em relação ao trabalho para a promoção de autonomia refere atividades, estratégias ideais para este processo: *"Sessões, dinâmicas constantes sobre a problemática que se pretende trabalhar. Estar com casos práticos, situações reais, debates, reflexões" (T2).*

Identifica que formações focadas no desenvolvimento de competências e orientações, são essenciais neste processo. Fazendo que as jovens se sintam motivadas e capacitadas para enfrentarem novas situações que, por muitas vezes, as assustam. Notamos que este trabalho com as jovens acontece eventualmente com os parceiros de organizações e empresas que desenvolvem atividades na perpectiva de formação, potenciando o seu crescimento e realizando reflexões sobre as suas ações, atitudes e comportamentos, incentivando a sua capacidade de relacionamento com o grupo. Segundo Calheiro et al. (2013, p.255) "destaca-se a impôrtancia de serem trabalhadas não só estratégias de autorregulação e monitorização, motivação para a mudança, mas também a definição de objetivos, proteção pessoal e apresentação pessoal". Assim, devem ser incluídas em programas, serviços que trabalhem com vista à satisfação dessas necessidades, elaborando um autoconhecimento das suas fragilidades e potencialidades, fazendo com que acreditem nos seus objetivos orientadores de uma futura mudança de vida.

No que se refere à impossibilidade de concretização do Projeto de vida de autonomização de forma sustentada e segura para as jovens e para os seus agregados familiares, a técnica cita os seguintes motivos: *"a falta de autonomia financeira, a falta de*

competências ainda não adquiridas, a falta de motivação e envolvimento no processo de acolhimento" (T2).

Refere que as maiores dificuldades para concretização do Projeto de vida estão na falta de motivação e de envolvimento dessas jovens. Através de observações, sentimos que muitos desses aspectos também ocorrem pela falta de sensibilidade por parte das técnicas que, por vezes, na correria dos atendimentos, deixam de ter uma escuta, um olhar mais aguçado e, por vezes, deixam passar factos que, se trabalhados, poderiam mudar essa realidade.

Segundo o Manual de Boas Práticas (2005, p.104) "o projecto de vida configura uma estratégia de intervenção da estrutura residencial em parceria com outros actores sociais, implicando fortemente os jovens acolhidos, tendo como objetivo principal a sua desinstitucionalização segura". Nesta perpectiva a instituição deve desenvolver estratégias de intervenção articuladas com a rede sócioassistencial, elaborando e desenvolvimento ações em que essas jovens consigam dar resposta às suas fragilidades, atuando positivamente em mudanças de crescimento e modificando a sua realidade.

Dentro das necessidades em termos de competências de autonomia das jovens institucionalizadas, considera: *"as maiores necessidades serão sempre a aquisição de competências nas suas diferentes vertentes (humana e social), é a capacidade destas jovens para necessidade de mudança" (T2).*

Coloca que as maiores necessidades são a promoção de competências seja de ordem pessoal, social e de gestão financeira e nota que este processo de autonomização é muito complexo, devido a limites e obstáculos, seja de ordem institucional e política ou de ordem individual das jovens. Durante o percurso institucional, deve-se proporcionar a promoção dessas competências, tencionando através de suas potencialidades desenvolver as capacidades, estimulando através do incentivo e motivação diária dessas jovens o desenvolvimento das competências necessárias para transição para vida adulta, garantindo que tenham estabilidade emocional, relacional e funcional para enfrentar os desafios neste processo.

CAPÍTULO 7

O PROJETO DE INTERVENÇÃO

7.1 Caminho da Intervenção Social

A investigação-ação proporciona ao investigador uma ligação real entre a investigação e sua aplicação, permitindo um processo educativo com o coletivo, objetivando práticas aplicadas no quotidiano das pessoas.

O objeto da IA são os problemas sociais, o meio, experiências e conhecimentos, assim os indivíduos terão um entendimento do problema exposto, não deixando de integrá-los através de suas competências e conhecimentos neste processo de aprendizagem.

Para Ferreira (2008, p.218) “IA consiste, pois num processo contínuo de investigação e aprendizagem que tem como principal objectivo desenvolver ou descobrir aspetos do funcionamento da organização que possam conduzir à mudança e ao melhoramento”. Podemos dizer que através dessa metodologia, se concretizam mudanças e transformações, decorrentes de experiências e partilhas das pessoas envolvidas, permitindo uma análise crítica nesse processo.

Neste contexto em que o projeto foi planejado, tivemos no meio do caminho uma pandemia, desta maneira não concretizamos o projeto. Deveria ter sido implementado numa CI, onde seu público são jovens mães e seus filhos, que são acolhidas pelas diversas situações de vulnerabilidades que se encontravam a viver.

De acordo com Ferreira (2008, p.219) “a investigação-ação insurge-se com um projeto de construção e de formulação de um conhecimento novo, cujos objetivos visam não apenas a produção de um novo conhecimento, mas também a possibilidade de dar resposta a um problema real”, portanto esta intervenção visa proporcionar novas experiências, trocas para novas construções de conhecimentos. No caso concreto do nosso trabalho, através das oficinas criamos momentos de reflexão que possibilitam mudanças nas vidas das jovens mulheres e no modo de elaborar projeções que viabilizem a se concretizar, fortalecendo essas jovens, empoderando e motivando, para novos desafios para mudarem sua história de vida e a dos seus filhos.

O projeto tem como objetivo o princípio do desenvolvimento de competências pessoais e sociais e terá como base de trabalho a realização de grupos de discussão, projetando uma nova construção na vida destas mulheres e dos seus filhos. Dividimo-los em dois grupos: mães e filhos. Trabalhando a valorização da família, as habilidades, o cuidado, a proteção, a segurança, assim observando a realidade e mostrando através de reflexões a importância destas na construção da identidade de seus filhos.

A proposta de intervenção é que as mulheres compreendam melhor as competências, o seu funcionamento e a sua organização. Buscando mudanças de hábitos e atitudes, permitindo enriquecer os seus conhecimentos e abrindo espaços para novos questionamentos, e também fazendo novas construções e fortalecendo a relação com os seus filhos.

E para que o grupo participante tenha o conhecimento do seu desenvolvimento no decorrer dos trabalhos, possibilitando uma visão do processo, constrói-se um projeto de ação. Este deverá ter uma expectativa futura e a percepção de sua própria responsabilidade no decorrer das oficinas, compreendendo que os medos, culpas e ressentimentos dirigem o nosso modo de ver o outro e o mundo de forma diferente. Deverá também perceber que adquirir coragem, autoconfiança e esperança só é possível através de diálogo, tentando compreender a sua cultura, sem julgá-la e sem recriminá-la. Desenvolver competências é essencial para a promoção de potencialidades e o despertar a autonomia e também fortalecendo a função protetiva, ou seja, a responsabilidade em garantir e zelar pelos direitos e deveres de seus filhos e pelo seu cuidado.

De acordo com Costa (2015, p.7), “a investigação-ação constitui um meio de desenvolvimento profissional de “dentro para fora”, pois parte das preocupações e interesses das pessoas envolvidas na prática”, portanto estabelece-se através das experiências, de trocas para novas construções de conhecimentos, realizando reflexões que possibilitem a mudanças.

Serão realizados grupos de discussão compostos de 9 mulheres, no propósito de oficinas de reflexão, sendo trabalhadas as competências pessoais e sociais. Essas oficinas terão encontros semanais, que terão 1 hora e 30 minutos de duração, que serão intercalados em 10 encontros, dessa maneira possibilitando uma reflexão individual e coletiva, acerca das relações intra e interpessoais.

Segundo Ferreira (2008, p. 233) “a implementação de qualquer plano de ação assegura-se através do compromisso de uma massa crítica de atores que envolvem todos aqueles que vão ser afetados pela mudança, que a podem afetar e garantir a sua

concretização". Este projeto visa incentivar para o desenvolvimento de competências pessoais e sociais, de modo a que essas mulheres construam estratégias para enfrentar o futuro com segurança e autonomia.

O grupo das crianças contará com 12 participantes, com idades de 1 anoa 8 anos. Pretendemos com essa oficina fortalecer os vínculos familiares, e também proporcionar novas formas de interação, onde as mães percebam a importância do seu papel na formação de identidade, portanto para haver uma relação de cumplicidade e também ter a clareza dos papéis de cada uma nesta construção na vida de seus filhos.

Pretendemos nesta oficina trazer atividades lúdicas, aplicando uma ferramenta que cative as crianças para interagir com suas mães. Assim, reconstruir maneiras de pensar, agir e compreender a si mesmas e ao que está ao seu redor.

Tencionamos com o grupo das mães que percebam esse espaço de reflexão com seus filhos, uma possibilidade de relação dinâmica, possibilitando uma maior conscientização sobre o cuidado das crianças.

Durante a aplicação do projeto, será feita uma avaliação processual, conforme o cronograma, de modo a replanificar a intervenção à medida que vai sendo implementada. Pretendíamos com este projeto proporcionar o fortalecimento dos indivíduos, na organização da vida quotidiana e o vínculo familiar, oportunizando reflexões sobre a maneira de agir e de pensar a respeito da realidade em que vivem.

A proposta deste trabalho de projeto para esta intervenção visa a percepção e interpretação da realidade informada pelas participantes que participaram deste processo.

Para realização deste projeto, realizamos um diagnóstico, já mencionado anteriormente. A partir deste diagnóstico começamos a identificar os problemas e os seus fatores causais para, dessa maneira conhecermos a realidade informada para realização desta intervenção. Neste sentido para Guerra (2007, p.131) "um bom diagnóstico garante da adequabilidade das respostas às necessidades locais e fundamentais para garantir a eficácia de qualquer projeto de intervenção".

Uma vez que fazia parte da equipa educativa, no momento desta construção, foi possível conhecer as necessidades, para uma futura atuação. Buscamos conhecer essas necessidades através das observações diárias, anotações do diário de campo, também pelo contato direto com as jovens, equipa educativa e equipa técnica. Assim se

envolvendo com as diversas situações dentro da CI, visando ter uma compreensão das pessoas e do trabalho diário realizado no contexto de acção.

Para as informações se tornarem mais concretas foram realizadas, como já referimos, entrevistas com as jovens, equipa educativa, equipa técnica e diretora técnica, para compreender os motivos e as necessidades deste público que se encontra institucionalizado. Neste sentido Ferreira (2008, p.224) sugere, “entrevistas essecialmente não estruturadas, pelo que tendem a produzir informação rica e, por vezes, através de uma escuta sensível é possivel descobrir uma variedade de problemas”.

Dentro deste contexto conhecer o funcionamento de outros semelhantes, através da convivência diária, e da elaboração do processo de investigação-ação para este projeto, possibilitou também conhecer as potencialidades e não somente as necessidades e problemas. Dessa maneira fez-nos pensar em um trabalho no coletivo, onde essas jovens conseguissem captar de maneira reflexiva este processo.

Segundo o Manual do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2016, p. 33) “as oficinas apresentam-se como uma oportunidade de vivenciar ou refletir sobre situações significativas para seus participantes”, neste sentido pensamos em realizar oficinas de grupo com as jovens, possibilitando o desenvolvimento de competências, por meio de atividades reflexivas. Sendo um espaço no coletivo, participativo, reflexivo, de situações vivenciadas e interesses comuns; assim favorecendo o processo de mudança através do desenvolvimento do protagonismo e da autonomia para o seu projecto de vida.

Dentro deste contexto essa ferramenta propõe um trabalho no coletivo, estimulando a socialização e a discussão de projeto de vida, através de potencialidades coletivamente identificadas. Assim contribuindo para a construção de novos conhecimentos, favorecendo o diálogo e o convívio com as diferenças.

7.2 Projeto de intervenção: o plano de ação e o plano de avaliação

Na tabela seguinte mostraremos as oficinas propostas com as suas respetivas atividades:

Tabela 14 - Síntese das idéias centrais – Atividades desenvolvidas na Comunidade de Inserção:

Nome da atividade	Objetivos	Público-alvo
1ª Oficina- **Respeito**	Dinâmica, apresentação do grupo e apresentação do cronograma de atividades. Refletir sobre a importância do **respeito** na construção de relações.	Jovens mães
2ª Oficina **- Construção conjunta de fantoche**	Procuramos trabalhar de maneira lúdica as relações familiares, confeccionar um fantoche, envolvendo mãe e filho nesta atividade de maneira lúdica, após fazer uma reflexão sobre a **importância do brincar** para o desenvolvimento da criança.	Jovens mães e filhos
3ª Oficina **– Comunicação familiar**	Pretendemos realizar uma reflexão sobre a importância e a conscientização da **comunicação nas relações familiares.**	Jovens mães
4ª Oficina **- Contação de história: "Não é uma caixa" de Antoniette Portis**	Tencionamos com está atividade promover uma viagem de **imaginação e a criatividade** da criança e suas mãe.	Jovens mães e filhos
5ª Oficina **– Direitos e Deveres**	Pretendemos fazer uma reflexão sobre **direitos e deveres** e a importancia em suas vidas, fazendo que tenham uma percepção e importância em suas vidas.	Jovens mães
6ª Oficina **-Dramatização da história "Não é uma caixa" de Antoniette Portis**	Tencionamos um momento lúdico entre mãe e seu filho, proporcionando através dessa **brincadeira** e também **despertar á imaginação** e a criatividade que nós leva quando lemos um livro.	Jovens mães e filhos
7ª Oficina **- Economia**	Desejamos sensibilizar sobre uso do dinheiro, realizando uma reflexão sobre **economia**, e expondo algumas maneiras de economizar.	Jovens mães
8ª Oficina **-Brincadeira preferida**	Pretendemos integrar **mãe e filho**, através de uma forma **lúdica**. Fazendo que estimulem brincadeiras no seu dia-dia.	Jovens mães e filhos
9ª Oficina **- Autonomia**	Fazer que reflitam sobre o processo de **autonomia** que ocorre em suas vidas.	Jovens mães
10ª Oficina **- Encerramento e questionário de avaliação.**	**Avaliar** o processo e os efeitos que o projeto teve para eles e para investigadora e o modo como este decorreu.	Jovens mães

Fonte: Processos sociais, (2021)

Quando desenvolvemos um projeto é relevante pensar num planejamento e definir um modelo de avaliação que será implementado.

De acordo com Guerra (2007, p. 186) "avaliação não é uma simples medição de resultados finais, é um processo contínuo articulado com a ação", podemos dizer que este processo deve ser flexível, perante as necessidades, as expectativas e motivações,

dessa maneira, focar nas aprendizagens realizadas, nos resultados e os efeitos que pretendemos com este projeto.

Pretendemos realizar uma avaliação pelas participantes que integraram este projeto. Após cada sessão existirá um momento de autoavaliação e hetero-avaliação. Dessa maneira, as jovens mulheres farão uma reflexão individualizada e também faremos uma avaliação, através de observação participante, que se concretizará através das anotações do diário de campo. Salientamos a importância da observação participante e das entrevistas, pois serão essenciais para o desenvolvimento do projeto e sua implementação.

A última sessão será dedicada à avaliação do projeto, o caminho percorrido nas 10 oficinas realizadas e da mesma forma uma avaliação sobre a nossa intervenção durante essa caminhada.

No final de cada oficina, terão assim oportunidade de avaliar e se avaliarem e, para tal, será entregue um questionário sobre a participação delas, e de quais os efeitos que decorreram para elas com a realização das atividades nas oficinas.

É relevante a avaliação, pois podemos fazer uma reflexão através de conhecer e compreender a nossa prática, dessa forma aprimorarmos nossas futuras ações. Ela vem melhorar nossa capacidade de investigadora e interventora do nosso próprio projeto, assim sendo estratégica, redefinindo objetivos e ajustando atividades pensadas para implementação positiva do projeto, tendo uma intervenção que faça mudanças e transforme as vidas dessas jovens institucionalizadas.

O presente projeto visa trabalhar as problemáticas observadas decorrentes ao estágio curricular que teve início em outubro/2020 e finalizou em janeiro/2021, tendo duração de quatro meses realizados em uma Comunidade de Inserção. Com a ruptura do estágio decorrente da pandemia, optei em mudar de modalidade de Relatório de Estágio, passando para Trabalho de Projeto.

Visando uma intervenção das jovens e seus agregados familiares com base no desenvolvimento de competências para sua autonomia. Pretendemos trabalhar no intuito de desenvolvimento de competências pessoais e sociais. Este projeto visa possibilitar reflexões e criar oportunidades de mudanças em suas vidas, onde a troca de informações permitirá a descoberta de significados comuns, numa atitude que considere a família como sendo capaz, com a devida orientação, de encontrar saídas para seus problemas.

As situações que ameaçam a vida e a integridade dessas mulheres e dos seus filhos, muitas vezes, não são compreendidos pelos membros da organização. As interações poderão ser percebidas e até mesmo rompidas. Esta proposta de intervenção tem como objetivo provocar reflexões e oportunizar mudanças, orientando as jovens sobre as competências pessoais e sociais para uma futura autonomização.

A implantação deste projeto seria em dois grupos, sendo composto um com as jovens mães e outro com a participação de seus filhos, tendo o propósito de reflexão para a importância do desenvolvimento de competências básicas e da conscientização de aprendizagens que vão sendo interiorizadas e adquiridas de modo a serem projetadas no futuro.

A idéia seria proporcionar uma reflexão sobre as relações, suas capacidades e responsabilidades. Nas oficinas, pretendia-se intervir não apenas com cada uma das mães, mas também na comunicação do núcleo familiar, dessa maneira proporcionando uma nova forma de se comunicar, se relacionar e se responsabilizar pelas escolhas.

Considerando a impossibilidade da implantação do Projeto, salientamos relevante apresentar a proposta para essa intervenção, assim explicando o plano de atividades das oficinas. As três primeiras oficinas foram realizadas, já ao restante não se deu continuidade pelo confinamento obrigatório.

7.2.1 Plano de atividades das oficinas

- **1º Oficina com as Jovens:** Dinâmica, apresentação do grupo, que não se conhece, ao mesmo tempo em que se permite uma descontração inicial e apresentação do cronograma de atividades. Refletir sobre a importância do **respeito** na construção de relações. Iniciamos esta oficina com a apresentação do projeto, explicando como seria o caminhar e o seu propósito, reforçando a importância das jovens neste trabalho.

Após este momento explicamos como seria a dinâmica de apresentação que seria com uma caixa de fósforo, onde cada uma acendeu um fósforo, para enquanto ele estiver aceso se apresentarem (nome, idade, o que gosta, etc.). Está dinâmica tem como objetivo desenvolver conhecimento recíproco, criar uma relação de integração entre as jovens, trabalhar e reconhecer as expectativas do grupo. Consequentemente colocamos um vídeo a respeito desse tema, em seguida entregamos uma folha, onde na primeira parte a jovem escreve o que entende por respeito. Na segunda parte refere uma situação em que tenha acontecido a falta de respeito. Finalizando, a terceira parte, apresentando a justificação do episódio, este trabalho é anónimo. Em seguida, recolhemos as folhas e distribuímos aleatoriamente, não entregando a mesma para o mesmo autor da folha que redigiu. Depois pedimos para as jovens lerem e colocarem as suas

apreciações e comentários referentes às perguntas, assim fazendo uma reflexão sobre o respeitar e ser respeitado. Para encerrar colocamos um vídeo sobre boas maneiras de uma convivência, assim começou um debate sobre convivência. Posteriormente entregamos um questionário de avaliação, onde as jovens avaliaram a atividade.

Sobre este tema houve uma grande discussão, fazendo com que as jovens refletissem. Verbalizando acontecimentos referente ao tema abordado. Salientam a importância do respeito mútuo, nas relações, tratando bem as pessoas, saber ouvir, ter maneiras de expor as suas idéias sem ofender o próximo. Essa oficina fez estimular nas participantes uma interação, assim discutindo e ao mesmo tempo refletindo, como devem se portar nas situações no dia-dia. Acreditamos que gerou aprendizagens, assim fazendo mudanças no quotidiano de suas vidas.

Concluímos está oficina com a entrega do questionário de avaliação, onde cada jovem preencheu um, e assim tivemos a percepção desse público referente ao tema discutido.

- **2º Oficina com as Jovens e Filhos:** Construção conjunta de **fantoche**, (material: rolo de papel higiênico, cola, canetinhas, papel colorido, fita adesiva).

Realizamos uma dinâmica com as jovens e seus filhos, onde cada uma pegou um balão e colocou-o junto de suas pernas e de seu filho, assim percorrendo uma distância, sendo o primeiro a chegar é o vencedor. Depois vamos perguntar quais foram as dificuldades de percorrerem o trajeto com o balão entre as suas pernas. Essa dinâmica tem objetivo de trabalhar de maneira lúdica as relações familiares. Em seguida vamos confeccionar um fantoche. Pretendemos com está oficina envolver as mães na vida de seus filhos, de maneira lúdica, onde elas façam uma reflexão sobre a importância do brincar para o desenvolvimento da criança. Concluímos com a entrega do questionário de avaliação.

Cbservamos nesta oficina que muitas jovens sentiram-se deslocadas com a brincadeira, mas depois que estavam com os filhos realizando a brincadeira, demonstraram que estavam contentes em ver seus filhos se divertindo com elas. O intuito desta atividade foi mostrar para as jovens, que é fundamental que elas dediquem um tempo para seus filhos com momentos lúdicos, mesmo tendo atividades referente aos cuidados da casa, que trabalhem fora, é essencial dispor de um tempo de qualidade com seus filhos para brincar , assim fortalecendo as relações entre mãe e filho.

- **3º Oficina com as Jovens:** A **comunicação familiar**. Neste momento iremos refletir sobre a importância e a conscientização da comunicação nas relações familiares.

A comunicação nas relações familiares é fundamental em tudo para a socialização dos membros da família. Pretendemos realizar uma reflexão sobre a importância da comunicação no núcleo familiar, onde os elementos consigam perceber que precisam mudar a forma como conduzem a vida dos seus filhos e as suas vidas.

Dinâmica: foi realizada uma dinâmica onde foi perguntando para cada uma qual foi seu ponto negativo e positivo do seu dia. Após essa tarefa será apresentado um PowerPoint sobre a comunicação familiar, assim abrindo uma discussão sobre o tema, também fazendo com que pensem e reflitam sobre a comunicação familiar.

Nesta oficina ficou clara as dificuldades dessas jovens sobre a comunicação como processo de interação e de intregração no núcleo familiar, pois com seus progenitores não existia diálogos sobre seus sentimentos, problemas e dúvidas que surgiam em suas vidas. As situações que vivenciaram junto com suas famílias quando eram crianças, foi compartilhado com o grupo. Sendo muito positivo no sentido que conseguiram falar e fazerem reflexões sobre este tema, para posterior transformações e mudaças referente ao manejo e cuidado com seus filhos. Dessa maneira permitindo que não reproduzam em suas relações o que receberam enquanto crianças; assim realizando mudanças de pensamento neste processo.

- **4º Oficina com as Jovens e Filhos: Contação de história**: “Não é uma caixa” de Antoniette Portis.

Esta atividade tem o objetivo de promover a imaginação e a criatividade das crianças e suas mães, de fazerem algo juntos de maneira lúdica, assim auxiliando no desenvolvimento físico, cognitivo e socioemocional das jovens e dos seus filhos. A história centra-se à volta de um coelho a brincar com uma caixa, que, por várias vezes, interrogado precisamente sobre o que está a fazer com a caixa, ele responde sempre no sentido de aquilo não ser uma caixa. Dessa maneira levando-o a ver a caixa de outra maneira e não como uma caixa.

- **5º Oficina com as Jovens:** Reflexão **sobre direitos e deveres** e a importância deles em suas vidas.

Objetivo desta oficina é a percepção da jovem referente os direitos e deveres, como eles implicam em viver em sociedade. A importância desse conjunto de direitos e de deveres para manter uma convivência respeitosa entre as pessoas. Assim compreendendo a importância destes em sua vida, fazendo uma reflexão do vídeo “Direitos e Deveres do Cidadão”, assim gerando um debate sobre o mesmo, fazendo que elas participem e também se sensibilizem para lutar, proteger e respeitar os seus direitos e os do próximo, assim mudando o seu pensamento para uma participação ativa em sociedade. Após a atividade seria entregue um questionário avaliativo.

- **6º Oficina com as Jovens e Filhos: Dramatização da história** “Não é uma caixa” – de Antoniette Portis.

Essa atividade tem objetivo de proporcionar um momento lúdico entre mãe e seu filho, através dessa brincadeira e também despertar a imaginação e a criatividade a que nos leva a leitura de um livro. Para início voltamos na **Oficina 4**, onde fizemos a atividade de contagem da história “Não é uma caixa”, que retrata a história de um coelho que brinca com uma caixa, dá vários significados ao objeto, menos o de uma caixa. Após a história as jovens juntamente com

seus filhos vão dramatizar a história, apresentando-a para as restantes moradoras da instituição. Após a conclusão da atividade seria entregue um questionário avaliativo.

- **7º Oficina com as Jovens:** tem como objetivo fazer uma reflexão sobre a **economia**, o desejo sensibilizar sobre uso do dinheiro, expondo algumas maneiras de economizar.

Com esta oficina pretende-se sensibilizar as jovens sobre o uso do dinheiro, apresentando formas e maneiras de economizar; fazendo com que as jovens compreendam e aprendam a dar valor ao seu dinheiro. Nesta oficina vamos confecionar um cofre de papelão, parece óbvio num primeiro momento. Contudo, é uma maneira lúdica delas criarem um cofre com código secreto, assim propondo uma ideia de usar este cofre para pouparem dinheiro. Após a confeção do cofre, vamos definir uma data para abertura do cofre, por exemplo: abram o cofre em janeiro/2022. Assim vão verificar o valor que pouparam. Outra dica que vamos passar, é que elas anotem tudo o que gastaram. Por exemplo: pegar um caderno anotar o valor do mês que receberam e anotar os gastos, assim ficam a saber onde gastaram o seu dinheiro. Finalizando está oficina será entregue um questionário avaliativo.

- **8º Oficina com as Jovens e Filhos:** Elaboração de um desenho acerca da sua **brincadeira preferida**.

O objetivo desta oficina é integrar mãe e filho. Nesta oficina vamos pedir que escrevam em uma folha a sua brincadeira preferida, fazendo com que retornem às lembranças de sua infância. Após colocarem a sua brincadeira favorita, faremos uma discussão sobre as brincadeiras, assim objetivando caracterizar e problematizar os sentidos e significados da brincadeira, fazendo uma sensibilização e uma transformação de valores e hábitos, estimulando para que brinquem com os seus filhos, e dessa maneira darem importância de terem um momento só deles, através da brincadeira e também como é importante para o desenvolvimento deles. Após seria entregue um questionário avaliativo.

- **9º Oficina com as Jovens:** Pretende-se, nesta oficina, promover uma reflexão, ter consciência da importância de **autonomia** no desenvolvimento do sujeito e para seu projeto de vida.

Esta atividade tem como objetivo a promoção de autonomia e desenvolvimento das jovens, com vista à construção do seu projeto de vida. Trazemos um vídeo sobre autonomia, após a sua visualização abriremos para uma discussão e reflexão sobre o tema. Fazendo com que as jovens entendam que é um processo que ocorre em suas vidas, assim contribuindo para seu projeto de vida, fazendo-as refletir sobre novas aprendizagens, seu autoconhecimento e também desenvolvendo motivação para transformar a sua história de vida. Após a atividade seria entregue um questionário avaliativo.

- **10º Oficina com as Jovens:** Encerramento e questionário de avaliação.

Nesta última oficina a proposta é uma reflexão sobre o projeto e as transformações que trouxe para investigadora/interventora e para o público atendido na CI. Assim dando início à atividade onde as jovens e a investigadora devem completar a seguinte frase" me senti neste projeto...e porque...". Referimos nesta dinâmica que devem desenvolver uma frase referente à proposta do projeto e ao que viveram dentro das oficinas, seus sentimentos, mudanças e transformações que nelas desencadeou. Após todos terem completado, abriremos para uma discussão sobre como foi o andamento das oficinas. Finalizamos com questionário avaliativo do projeto.

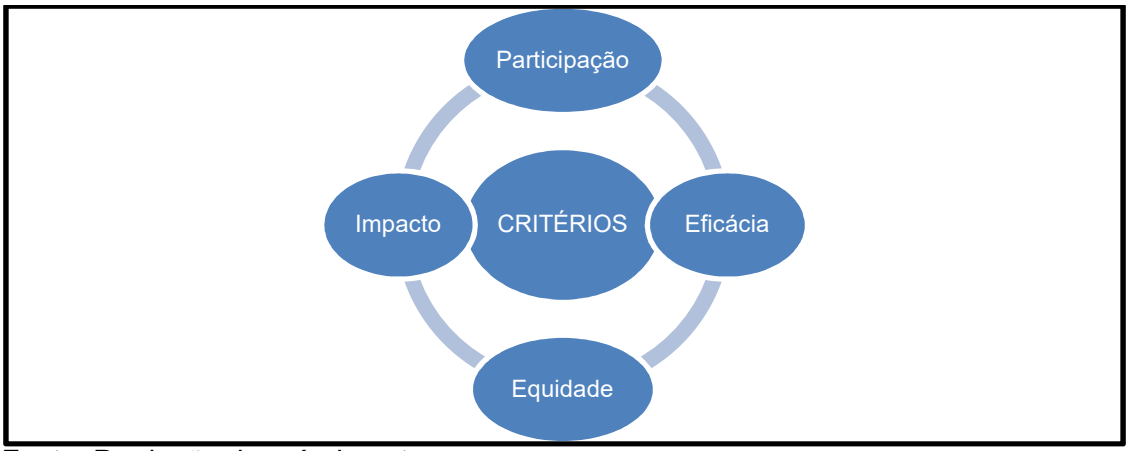
O propósito destas oficinas é envolver essas jovens, possibilitando mudanças de pensamento, sendo protagonistas e não coadjuvantes de sua história de vida; de forma que permita uma compreensão da realidade, assim desenvolvendo capacidades e conhecimentos, para definir os seus objetivos, os meios e os modos para concretizar um futuro próspero com qualidade de vida junto de seus filhos.

A implementação de um projeto, por vezes, não ocorre como foi planejado, por circunstâncias que nos impõem fazer modificações, tal como sucedeu com este projeto, como já mencionamos anteriormente.

Para melhor operacionalizar esse processo de intervenção, elaborou-se um plano com critérios para avaliação, relativos ao desempenho das participações das jovens nas atividades desenvolvidas.

7.2.2 O plano de avaliação

Figura 2 – Critérios para avaliação:



Fonte: Produção do próprio autor

Dentro desses critérios a **participação** desse público é muito importante para este projeto, pois visa o exercício ao desenvolvimento de competências e capacitações para uma emancipação no final deste processo. Dessa maneira promovendo uma construção

de mudança pessoal e do coletivo através das ações interventivas elaboradas neste projeto.

Segundo Guerra (2007, p.183) “a participação é sempre um importante veículo para o desenvolvimento de um clima de consensualidade social”. A autora evidência a importância do envolvimento do público participante, tendo o seu consentimento e a sua contribuição para uma decorrente solução dos problemas encontrados.

Por meio das reflexões e discussões dos temas nas ofcinas, pretende-se denvolver e sensibilizar essas jovens, assim incentivando para uma aprendizagem para posterior mudança e transformação de comportamento em relação às suas competências. A participação tem um grande significado, pois trata-se de um recurso proativo e de crescimento mútuo e grupal, e também do investigador/interventor neste processo de implemantação do projeto.

A **eficácia** neste projeto busca atráves dos seus objetivos, consistindo na capacidade de alcançar o efeito desejado, usando estratégias de envolvimento das participantes durante as sessões referentes às ações propostas. Cativando este público, por meios das reflexões e da sua participação, possibilitando e contribuindo para a satisfação das necessidades, ocasionando mudanças de atitude, e também oportuzinando novas construções e reconstruções do pensamento.

Guerra define que (2007, p. 198) “a eficácia é particularmente importante quando há interesse em comparar programas ou testar novas formas de intervenção”. Neste sendido usar recursos e envolve-los no coletivo, aumenta o exercício para a compreensão, proporcionando um desempenho na construção de seu projeto de vida e de decisões no decorrer de sua história de vida.

Portanto reconhecendo e traçando oportunidades neste processo de inovações, modificações e aprendizagens, fazendo com que as jovens se sintam empoderadas para enfrentarem o novo, partilhando os seus conhecimendos entre os elementos do grupo.

A **equidade** nesta avaliação visa desenvolver as capacidades e as competências que o grupo desconhece, assim conhecendo e construindo potenciais independentemente do seu contexto familiar.

De acordo com Guerra (2007, p. 200) “a equidade apela à igualdade de oportunidades, não apenas ao nível do acesso a bens e serviços, mas também ao nível da capacidade de cada um para gerir as suas próprias oportunidades”, assim rompendo

suas limitações, por meio das reflexões realizadas com o grande grupo, fazendo-se reconhecer como pessoa empoderada, transformando o modo como vive, praticando novos hábitos através de ações inseridas no seu quotidiano, atendendo às suas necessidades e direitos e também considerando a sua relação com o grande grupo.

A equidade vem ao encontro das participantes adquirindo consciência de suas capacidades por meio do envolvimento, e também permite que elas se sintam co-autores dessa construção para suas vidas, assim se empenhando, desempenhando e habilitando-se com conhecimentos e ações, tornando-se agentes sociais de suas vidas.

O critério de **impacto** deste projeto vem ao encontro das transformações e mudanças ocasionadas pelas ações durante este processo, podendo ter um crescimento e um desenvolvimento pertinente para fazer face aos problemas existentes.

Nesta perspectiva a efetividade das ações referentes ao desenvolvimento das competências é percebida por critérios avaliados: a participação, a eficácia, a equidade e o impacto ao nível das transformações nas participantes, provocando em seu contexto social e pessoal mudanças de opiniões e demandas pelo individual e pelo coletivo que foram alvo das ações deste projeto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo a planificação de um projeto de intervenção com jovens mães acolhidas numa comunidade de inserção.

Neste caminho foi elaborado um plano para ser implementado neste projeto interventivo. Mas durante este processo, surgiram alguns impedimentos e direcionamos o processo metodológico apenas para a concepção do projeto e não tanto para a sua implementação.

Buscamos através das narrativas elaborar oportunidades de mudança através da realização de reflexões com este público, que tem muitas dificuldades no que respeita ao desenvolvimento de competências. Neste sentindo, tornou-se relevante analisar o material recolhido aquando da realização do diagnóstico social para pensar em estratégias de ação que poderiam conbribuir para tornar essas jovens autónomas, dessa maneira promovendo evoluções diversas neste processo. Também neste processo de realização do diagnóstico conhecemos o trabalho das equipas e quais os obstáculos com que se confrontam para efetivar o PSEI de cada jovem mãe.

A CI é promotora e tem responsabilidade de garantir a proteção e a socialização deste público, assegurando condições para o desenvolvimento das jovens mães e de seus filhos, satisfazendo as suas múltiplas necessidades. Dessa maneira, podemos levar em consideração como pontos positivos da instituição aprovisão das necessidades básicas como a higiêne, a alimentação, os cuidados de saúde, a educação e também atividades lúdicas que são desenvolvidas com parceiros. No entanto, surgem também pontos negativos como os relativos às infraestruturas da instituição, a rigidez das regras que são consideradas e o distanciamento do núcleo familiar, assim promovendo sofrimentos e impedindo as aquisições necessárias para o desenvolvimento de competências para o seu projeto de vida.

A relação dos profissionais da instituição com as jovens tem muitas limitações, pela falta de empatia por parte da equipa educativa, sendo um obstáculo para a construção da relação de confiança e de proximidade, criando neste percurso dificuldades no que se refere ao desenvolvimento de competências para o processo de autonomização. As jovens apontam dificuldades em adquirir competências sociais e pessoais, para uma futura vida autónoma, necessitando de orientações mais efetivas das equipas nesta construção.

Por sua vez, as equipas indicam pontos fundamentais para trabalhar com este público como as competências ao nível comportamental, pessoal, instrumental e sócio-afetivo. Sendo neste processo de primordial importância desenvolver competências de auto-confiança, assertividade e auto-estima. Mas este público com suas dificuldades, se desmotiva muito e não procura envolver-se nas atividades que são desenvolvidadas na instituição, não conseguindo ter competências para exercer o seu papel de mãe e cuidadora de seus filhos, não cumprem o plano de intervenção delineado.

No discurso das equipas reconhece-se as fragilidades de suporte da rede familiar, dificultando a saída das jovens, levando a que essas jovens se sintam deprimidas por essa ausência, procurando na equipa apóio para superar essa carência.

Através dos relatos dos profissionais das equipas percebemos que eles se demonstram satisfeitos pela função que exercem neste espaço, mas uma grande parte desses profissionais encontra-se com falta de estímulos, frustrados por não responder a todas necessidades identificadas na avaliação diagnóstica e por não desenvolverem as ações planejadas no PSEI. São profissionais que estão conscientes dessa situação e tal faz com que eles se sintam desmotivados, assim desenpenhando a sua função de forma mecânica. Um olhar especial deve ser dado à equipa educativa, pois é ela que está dentro da instituição 24 horas por dia, fazendo com que esta equipa tenha um papel importante na vida dessas jovens e no processo de intervenção para o desenvolvimento das suas competências.

Percebe-se que no momento em que estas jovens mães se encontram na comunidade de inserção elas necessitam de construir relações de suporte, baseadas na segurança que possibilite a sua mudança. É necessário promover o trabalho em rede entre todas as entidades que intervêm com estas jovens. Todos os profissionais desta rede socioassistencial deve olhar para este público como sujeitos pensantes, falantes e escutantes.

Na elaboração deste projeto surgem inúmeros sentimentos desencadeados pela nossa convivência com este público que através das entrevistas e principalmente da relação de confiança construída quotidianamente com as jovens, nos deixaram entrar na sua vida e conceber um projeto de intervenção com potencial para abrir novos caminhos elevâ-las a viver experiências diferentes, efetuado novas aprendizagens e potenciando o desenvolvimento da sua autonomia. Acreditamos que neste percurso de transição de vida para essas jovens, que a instituição realiza um trabalho no sentido de seu crescimento, e mesmo existindo fatores muitas vezes limitadores, ela proporciona suporte para este

público, disponibilizando oportunidades de tranformação em suas vidas, visando alcaçarem a tão sonhada autonomia.

.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Acisjf. (s.d.). https://www.acisjf.pt. Acesso em 24 de Janeiro de 2021, disponível em Acisjf.

Alarcão, M. (2006). (Des) Equilíbrios Familiares (3ª ed.). Quarteto.

Alves, S. N. (2007). Filhos da Madrugada Percursos Adolescentes em Lares de Infância e Juventude. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Andrade, C. (2016). A construção da Identidade, Auto-conceito e Autonomia em Adultos Emergentes. Psicologia Escolar e Educacional , 20, 137-146.

Benavente, A., & da Costa, A. F. (1990). Práticas de Mudança e de Investigação - Conhecimento e Intervenção na escola primária. Revista Crítica de Ci~encias Sociais , 29, 55-80.

Berger Salema Coelho, E., Lindner, S. R., & Luz Grudtener da Silva, A. C. (2014). Violência: Definições e tipologias. 32. (U. F. Catarina, Ed.) Santa Catarina, Brasil.

Calheiros, M. M., Graça, J., Morais, I., Mendes, R., & Vaz Garrido, M. (2013). Desenvolvimento de um programa de preparação para a vida autónoma para jovens em acolhimento residencial. 3 (1), pp. 241-294.

Cardoso Siqueira, A., & Dalbosco Dell'Aglio, D. (2006). O Impacto dA Institucionalização na Infância e na Adolescência: uma rwvisão de literatura. Psicologia & Sociedade , 18, 71-80.

Carvalho, M. M. (2012). Exclusão Social - Considerações Éticas. Do Centro de Investigação do ISSP , 1, 117-135.

Convenção sobre os Direito da Criança e Protocolos Facultativos. (s.d.).

Corso Motta, M. G., Ritter Ribeiro, N. R., Rubim Pedro, E. N., & Fernandes Coelho, D. (2004). Vivências da mãe adolescente e sua família. Acta Scientiarum. Health Sciences , 26, 249-256.

Costa, D. D. (2015). Investigação-Acção: Noções Básicas.

Coutinho, C. P. (2013). Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas - Teória e Prática (2º ed.). (A. S.A, Ed.) Coimbra.

Coutinho, C. P., Sousa, A., Dias, A., Bessa, F., Ferreira, M. J., & Vieira, S. (2009). Investigação-Acção: Metodologia Preferencial nas Práticas Educativas. Pscicologia Educação Cultural , XIII (2), 355-380.

Creswell, J. W. (2007). Projeto de Pesquisa:Métodos qualitativo, quantitativo e misto (2º ed.). Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil: Artmed.

Dantier, M. A., Goldschmidt, T., Garrido, J., Agostinho, D., Rosário Ataíde, M., Paredes, A. C., et al. (2020). A criança em perigo e a promoção e proteção dos seus direitos - multiplicidade na intervenção. 224. (C. -C. Judiciários, Ed.)

Delgado, P. (2010). O Acolhimento familiar em Portugal. Conceitos, práticas e desafios. 2 (22), 336-344.

Delgado, P., & Gersão, E. (2018). O acolhimento de crianças e jovens no novo quadro legal. Novos discursos, novas práticas? 1, 112-134.

Devillard, O. (2000). A dinâmicas das equipas. Paris, França, França: Bertrand .

Dias, I. (2004). Violência na Família - Uma abordagem Sociológica. Porto, Portugal: Edições Afrontamento.

Educação, M. d. (2006). Guia de Orientações para os Profissionais da Educação na Abordagem de Situações de Maus Tratos ou Outras Situações de Perigo. p. 317.

Fernández, J. d., & Garcia Quintal, J. L. (2005). Programa Umbrela - Apóio na transição dos jovens para a vida adulta. 218. Espanha.

Ferrari, D., & Vecina, T. (2002). O fim do silêncio na violência familiar. São Paulo, São Paulo, Brasil: Ágora.

Ferreira, P. (2008). A Utilização da Metodologia de Investigação-Acção na Intervenção Social: uma reflexão téorica. Intervenção Social , 32-34, 216-236.

Fleming, M. (1993). Adolescência e Autonomia - o desenvolvimento psicológico e a relação com os pais (458 ed.). Porto: Afrontamento.

Fome, M. d. (2012). Orientações Técnicas sobre PAIF. 2 , 1ª, 112. Brasília, Distrito Federal, Brasil.

Gaulejac, V. d. (2012). O Trabalho Social Contra a Exclusão. Do Centro de Investigação do ISSSP (1º), 11-26.

Gomes, I. (2010). Acreditar no futuro. Alfragide, Portugal: Texto Editores.

Guerra, I. C. (2007). Fundamentos e processos de Uma Sociologia de Acção - O Planeamento em Ciências Sociais. São João do Estoril, Portugal: Princípia.

Henriques, S., & Carvalho, A. (2009). Autonomia da vida - Desenvolvimento de competências nos jovens em acolhimento institucional. Revista Pretextos , 34, 36.

Idáñez, M. J., & Ander-Egg, E. (2007). Diagnóstico Social: conceptos y metodología (3ª ed. revista e ampliada ed.). Buenos Aires, Argentina: Instituto de Ciências Sociales Aplicadas.

Instituto da Segurança Social, I. (2020). CASA 2019 - Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens. Lisboa: Instituto da Segurança Social, I.P.

Leandro, A., Alvarez, D. L., Cordeiro, M., & Carvalho, R. (2005). Manual de Boa Práticas - um guia para o acolhimento residencial das crianças e jovens. Instituto da Segurança Social, I.P., 194. Lisboa.

Leote de Carvalho, M. J. (2013). Sistema Nacional de Acolhimento de Crianças e Jovens. 50.

Lopes, A., & Vicente, M. J. (2014). Guia sobre Desenvolvimento Pessoal, Social e Profissional. 84. (E. –R. Anti-Pobreza, Ed.) Porto, Portugal.

Macedo, D., Silva, P., & Banhudo, S. (2020). CASA 2019 - Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens. Instituto da Segurança Social, I.P.

Magalhães, T. (2002). Maus tratos em crianças e jovens: guia prático para profissionais. Coimbra, Portugal: Quarteto.

Marques Cecconello, A., & Koller, S. H. (Jan/Jun de 2003). Avaliação da competência social em crianças em situação de risco. 8 , 1, 1-9. (Psico/USF, Ed.)

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate á Fome . (2016). Fundamentos ético-políticos e rumos teóricometodológicos para fortalecer o Trabalho Social com. 43. Brasília, Distrito Federal, Brasil.

Monceau, G. (Setembro de 2005). Transformas as práticas para conhecê-las: pesquisa-ação. 31 , 3, 467-482. São Paulo.

Morchida Kishimoto, T., Eglér Mantoan, M. T., Hortélio, L., Souza Horn, M. G., Walburga dos Santos, M., Tomazzetti, C., et al. (2017). Brincar: Propostas de reflexão sobre brincadeiras e práticas inclusivas para professores de Educação Infantil. 1 , 1, 116. São Paulo, São Paulo, Brasil.

Mota, C. P., & Mena Matos, P. (2008). Adolescência e institucionalização numa perpectiva de vinculação. Psicologia & Sociedade , 20, 367-377.

Mota, C. P., Mena Matos, P., Goldschmidt, T., Alves, A. P., Simões Diogo, E., Gonçalves, C., et al. (dezembro de 2018). Acolhimento residencial e familiar. 120.

Mottas, M. d., Ribeiro, N. R., Pedro, E. N., & Coelho, D. F. (2004). Vivências da mãe adolescente e sua família. 26, pp. 249-256.

Mucchielli, R. (1980). O trabalho em Equipe (1ª ed.). São Paulo, São Paulo, Brasil: Martins Fontes.

Pacheco, A., Costa Oliveira, A. M., Rodrigues da Costa, A., Rosa Novais, A., Vicente, B., Cabral, C., et al. (2021). Acolhimento Residencial de Crianças e Jovens em Perigo Conceitos, Prática e Intervenção (Vol. 1ª edição). Lisboa, Portugal: Pactor.

Peixoto, C., Sereno, C., & Carvalho, S. H. (2009). Autonomia de Vida Desenvolvimento de Competências nos jovens em acolhimento institucional. Revista do Instituto da Segurança Social, I.P.Pretextos , 3-5.

Perrenoud, P., Gather Thurler, M., de Macedo, L., Machado, N. J., & Dias Alessandrini, C. (2002). As Competências para ensinar no século XXI: A formação dos professores e o desafio da avaliação. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil: Artmed.

Pinheiro Mota, C., & Mena Matos, P. (2010). Adolescentes institucionalizados: O papel das figuras sifnificativas na predição da assertividade, empatia e autocontrole. Análise Psicológica , 2, pp. 245-254.

Pizarro Beleza, T., Conde Fernandes, P., Sequinho dos Santos, V., Moreira das Neves, J. F., Caridade, S., Sousela, L., et al. (abril de 2021). Violência Doméstica e Violência na Intimidade. CEJ - Centro de Estudos Judiciários, 145.

Prazeres, V. (2016). Violência Interpessoal - Abordagem, Diagnóstico e Intervenção nos Serviços de Saúde. 2ª, 268. (D. G. Saúde, Ed.) Lisboa, Portugal.

Quaresma, V. B. (2005). Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC , 2, 68-80.

Ramião, T. d. (2006). Lei de Protcção de Crianças e Jovens em Perigo Anotada e comentada. Lisboa: Quid Juris Sociedade Editora.

S. S. (2006). Respostas Sociais - Nomenclaturas/Conceitos. (d. F. Direcção -Geral da Segurança Social, Ed.) 1 - 83.

Sampaio da Nóvoa, A., Cunha, P., Casa-Nova, M. J., Cabral Ferreira, A. H., Branco Mendes, M., Cláudio, C., et al. (2015). Intervenção em Sede de Promoção e Proteção de Criança e Jovens. Intervenção em Sede de Promoção de Criança e Jovens , 906.

Segurança Social, D. G. (Janeiro de 2004). Comunidade de Inserção. Guião Técnico , 1-9.

Serrano, G. P. (1996). Elaboración de Proyectos Sociales. Madrid: Narcea.

Silva, L. M. (2002). Violência Doméstica Contra Crianças e Adolescentes. Recife, Pernambuco, Berasil: Universidade de Pernambuco - EDUPE.

Social, S. (2007). Manual de Processo-chave Acolhimento Familiar, 371.

Sousa, R. E. (2015). Desenvolvimento de competências de vida e os processos de. 154. Coimbra, Portugal.

Weber, P. (2011). Dinâmicas e práticas do trabalhador social. Porto: Porto Editora.

ANEXOS

Anexo A – CARTA DE ACEITAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO

Instituto Superior de Serviço Social do Porto
Cooperativa de Ensino Superior de Serviço Social, C.R.L.

PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO

Pedido de autorização para recolha de dados na Comunidade de Inserção.

Exmo(a). Sr(a).,

Director (a)

Meu nome é Andréa Rodrigues, sou estudante do 2º ano do Curso de Mestrado Intervenção Social na Infância e Juventude em Risco de Exclusão Social, no Instituto Superior de Serviço Social do Porto.

Venho por este meio solicitar a autorização de V. Ex.ª para a recolha de dados para fins de investigação no âmbito do Trabalho de Projecto, sendo o final do mestrado que me encontro a desenvolver, sob orientação da Professora Doutora Maria Sidalina Almeida.

Neste sentido, gostaria de solicitar a V. colaboração, no sentido de realizar entrevistas com a direção, a equipa técnica, apóio e as jovens que neste momento se encontram institucionalizadas, e que aceitem participar no estudo.

Os dados recolhidos serão anónimos e confidenciais e unicamente utilizados no âmbito coste estudo.

Agradeço, desde já, todo o apoio e colaboração, manifestando a minha disponibilidade para qualquer esclarecimento adicional neste âmbito.

Com os melhores cumprimentos.

Andréa Rodrigues

O Gabinete de Mestrados

Anexo B – GUIÃO DE ENTREVISTA ÁS JOVENS

Este questionário tem como objetivo coletar dados para conhecer melhor o trabalho realizado para o desenvolvimento de competências realizado com as jovens da instituição. Este estudo de investigação, dirigido as jovens que se encontram institucionalizadas na Comunidade de Inserção Bom Conselho. Os dados obtidos serão utilizados no estudo servirá de base ao Trabalho de Projeto de Mestrado em Intervenção Social na Infância e Juventude em Risco de Exclusão Social. Informo que será respeitado o anonimato de toda informação recolhida, bem como os dados pessoais de cada uma das entrevistadas. Desde já agradeço sua colaboração.

DADOS PESSOAIS:

Data:_____

Nome:_____

Data de Nascimento: _____Idade:_____

Naturalidade:_____

Escolaridade:_____Completo ( ) Incompleto ( ) Se parou de estudar, em que série parou?_____

Questionário de Caracterização as jovens:

1- Além desta instituição que se encontra, já tinha passado por outra instituição? E que idade tinhas?

2- Durante quanto tempo viveste nesta instituição?

3- Explicaram-te o motivo desta institucionalização?

4- Fala um pouco dos teus sentimentos sobre os primeiros contactos da tua institucionalização?

5- Consegues enumerar três coisas boas e três coisas ruins relativas à instituição em que resides?

6- A instituição atende suas necessidades básicas e de seu filho? Como alimentação, higiene e saúde?

7- Referente á infraestrutura física da instituição e da divisão dos quartos, como é para você e seus filhos?

8- Achas que dentro da instituição tem espaço e condições para brincar com seu filho?

9- Dentro da instituição tem tarefas para realizar no dia-dia, como é essa designação para você?

10- Se fosse directora desta instituição, o que propunhas para as jovens que se encontram na mesma situação que a sua, para adquirir a sua autonomia?

11- Na tua opinião a instituição oferece condições para desenvolver competências que promovam a sua autonomia? E quais são? Especifique:

12- Consideras que a instituição te proporciona aprendizagens úteis para sua saída? Na tua opinião, quais seriam essas aprendizagens? Especifique:

13- O que já aprendeste na instituição, que na sua opinião será útil para seu projeto de vida?

14- A forma como a instituição geri o dinheiro lhe agrada?

15- Qual é o teu projecto de vida pessoal e profissional? E o que está a fazer para concretizar? Especifique

16- Neste momento, achas que tem condições para viver sozinha de forma independente?

17- Na sua opinião a equipa de educadoras, a equipa técnica e apóio, te orientam no desenvolvimento de competências para seu projecto de vida? E como é feito esse processo?

18-Consideras que a instituição que vive, lhe proporciona algum crescimento, aprendizagem e conhecimento comparativamente ao que seria a tua vivencia com a tua família?

19- Qual seu entendimento em relação da equipa educativa e equipa técnica?

Assinatura:_____ Data:_____

Anexo C – GUIÃO DE ENTREVISTA ÀS EDUCADORAS

Este questionário tem como objetivo coletar dados para conhecer melhor o trabalho realizado para o desenvolvimento de competências realizado com as jovens da instituição. Este estudo de investigação, dirigido as Equipe de Educadoras e Apóio da Comunidade de Inserção Bom Conselho. Os dados obtidos serão utilizados no estudo servirá de base ao Trabalho de Projeto de Mestrado em Intervenção Social na Infância e Juventude em Risco de Exclusão Social. Informo que será respeitado o anonimato de toda informação recolhida, bem como os dados pessoais de cada uma das entrevistadas. Desde já agradeço sua colaboração.

DADOS PESSOAIS:

Data:_____

Nome:_____

Data de Nascimento: _____Idade:_____

Naturalidade:_____

Escolaridade:_____Completo ( ) Incompleto ( ) Se parou de estudar, em que série parou?_____

Licenciatura: _____

Questionário de Caracterização dos Educadores

1-Antes de trabalhar na instituição, você já tinha desenvolvido atividades profissionais similares com crianças e jovens? (indicar atividades profissionais que envolviam o cumprimento de uma rotina de educador.

Atividade	Tempo que desenvolveu a atividade
Não, é o meu primeiro trabalho.	
Sim,já trabalhei em instituições de acolhimento para crianças e jovens	
Sim, em unidades com jovens infratores.	
Sim, em escolas.	
Outras atividades. Especificar:	

2-No último ano, frequentou algum curso de atualização ou capacitação profissional para aprimorar seu trabalho? ( ) Não ( ) Sim Em caso de sim, quais?

1-_____

2-_____

3-_____

4-_____

3- Pensando no seu trabalho na comunidade de inserção, poderia nos dizer qual o grau de satisfação para cada uma das características mencionadas abaixo? (Responda a cada uma de acordo com as seguintes modalidades: nada satisfeito = 1; pouco satisfeito = 2; satisfeito = 3; muito satisfeito = 4; totalmente satisfeito = 5).

Sobre a Instituição:	Nada Satisfeito	Pouco Satisfeito	Satisfeito	Muito Satisfeito	Totalmente Satisfeito
O ambiente físico (espaço, mobília, equipamentos e decoração).					
O horário de trabalho (escalas, plantões).					
O relacionamento com as colegas de trabalho					
O tipo de trabalho desenvolvido.					
O cuidar de crianças/jovens na faixa etária que trabalha na instituição.					
A possibilidade de escolher livremente seu modo de trabalhar.					
O aspecto educativo do trabalho.					
O reconhecimento da coordenação da instituição.					
O educador exerce influência nas jovens sobre:					
Capacidade de relacionar-se com as outras clientes sociais na casa...					
Colaboração das jovens no seu quotidiano dentro da casa...					

Contribuem na construção de competências sociais e pessoais com as jovens...					
Sobre as práticas profissionais, realizadas na casa, ajudam as jovens em suas escolhas...					
Preparam (motivar, encorajar, organizar) as jovens para a sua saída (desligamento) da instituição de maneira autônoma...					
Intervém em agressões físicas, verbais e gestuais entre as jovens...					
Serve de referência para interações sociais positivas:					
Demonstrar carinho no toque, no olhar, no tom de voz, no cuidado das jovens com seus filhos...					
A maneira que é conduzida a comunicação com as jovens, como é para você...					
Na sua percepção as jovens sentem-se acolhidas como uma família...					

1- Dentro da proposta pedagógica na instituição, quais as atividades desenvolvidas?

2- Como é proposto a construção de competências com essas jovens?

3- Na sua opinião a instituição tem dificuldades na construção de desenvolvimento de competências com essas jovens? E quais são essas dificuldades?

4- Neste momento, essas jovens que estão institucionalizadas possuem condições de viver com seus filhos sozinhas? Justifique.

5- O que a instituição pode fazer para melhorar as práticas no desenvolvimento de competências oferecidas às crianças/ jovens? Como educador o que pode fazer para melhorar as suas práticas no desenvolvimento de competências do quotidiano com essas jovens?

6- Incentiva a colocação de limites das jovens em seus filhos, de que modo. Especifique:

Anexo D – GUIÃO DE ENTREVISTA Á DIRETORA TÉCNICA

Esta entrevista tem como objetivo coletar dados para conhecer melhor o trabalho realizado para o desenvolvimento de competências realizado com as jovens da instituição. Este estudo de investigação, dirigido a Diretora Técnica da Comunidade de Inserção Bom Conselho. Os dados obtidos serão utilizados no estudo servirá de base ao Trabalho de Projeto de Mestrado em Intervenção Social na Infância e Juventude em Risco de Exclusão Social. Informo que será respeitado o anonimato de toda informação recolhida, bem como os dados pessoais de cada uma das entrevistadas. Desde já agradeço sua colaboração.

DADOS PESSOAIS:

Data:_____

Nome:_____

Data de Nascimento:_____Idade:_____

Naturalidade:_____

Licenciatura:_____

Percepções da Direção Técnica acerca do processo de desenvolvimento da autonomia promovida pela Instituição.

1-O número de jovens/crianças que vivem na C.I. é proporcional ao tamanho da casa? E no momento quantas crianças/jovens estão vivendo na casa? Tem algum limite de idade para ingressar?

2- Como é constituída a Equipa Técnica?

3- Como é constituída a Equipa Educativa? E equipa de apóio?

5-Como entende a missão, valores e objetivos da instituição, que ela pretende atingir com as jovens que vivem na instituição?

6- Qual o papel da instituição na promoção de competências de autonomia das jovens?

7- Na sua opinião quais as principais necessidades referente as competências para as jovens acolhidas?

8- De que forma a instituição prepara as jovens para a aquisição de competências

de autonomia na C.I.? Especifique o trabalho desenvolvido.

9- Que outras atividades ou estratégias poderiam ser efetivadas para promover a autonomia dessas jovens?

10- Existe algum trabalho especifico para a construção de competências para autonomia na C.I.? Especifique.

11- A instituição estabelece procedimentos formais e informais para as jovens participarem com sugestões e propostas sobre a organização e a vida dentro da casa?

12- Quais as principais vantagens das jovens com a participação nestas tarefas ou programas?

13- Na sua opinião quais são os obstáculos que podem impedir a construção de competências de vida autônoma dentro da instituição?

14- Quais os motivos que podem impedir as jovens institucionalizadas de concretizar o seu Projeto de Vida de Autonomização de forma sustentada e segura?

15-Qual é a proporção de jovens/crianças para o pessoal de cuidados diretos (educadores e apóio), levando em consideração a presença real de pessoas na instituição?

16-Há supervisão externa? E por parte de quem? E como é feita essa supervisão com a equipa técnica, equipa educativa e apóio ?

Anexo E – GUIÃO DE ENTREVISTA Á TÉCNICA

Esta entrevista tem como objetivo coletar dados para conhecer melhor o trabalho realizado para o desenvolvimento de competências realizado com as jovens da instituição. Este estudo de investigação, dirigido as Técnicas da Comunidade de Inserção Bom Conselho. Os dados obtidos serão utilizados no estudo servirá de base ao Trabalho de Projeto de Mestrado em Intervenção Social na Infância e Juventude em Risco de Exclusão Social. Informo que será respeitado o anonimato de toda informação recolhida, bem como os dados pessoais de cada uma das entrevistadas. Desde já agradeço sua colaboração.

DADOS PESSOAIS:

Data:_____

Nome:_____

Data de Nascimento:_____Idade:_____

Naturalidade:_____

Licenciatura:_____

Percepções dos técnicos acerca do trabalho para o processo de desenvolvimento da autonomia promovida pela Instituição.

1- Qual o papel da instituição na promoção de competências de autonomia das jovens?
2- Poderá explicar de uma forma breve como é construído o plano de ação das jovens que vivem na C.I.?
3- Que recursos materiais e humanos considerá fundamentais para efetuar este tipo de intervenção?
4- Quais as limitações/obstáculos com que se depara ao longo dessa intervenção?

5- Na sua opinião, quais os aspectos que considera serem importantes trabalhar com vista ao desenvolvimento de competências das jovens a nível pessoal, emocional e instrumental? E Quais as competências pessoais e sociais que estas jovens devem adquirir/possuir para alcançarem a sua autonomia?

6- Quais as competências que já foram promovidas com vista ao desenvolvimento da autonomia? Quais é que ainda não foram desenvolvidas? E quais os motivos para não serem desenvolvidas?

7- De que forma é realizado o trabalho de autonomia (descrição dos procedimentos) dessas jovens para seu projeto de vida?

8- Que recursos materiais pensa que seriam importantes para promover este tipo de intervenção com estas jovens? E quais os recursos humanos?

9- Do seu ponto de vista, que actividades/ estratégias considera ideais para promover a autonomia nestas jovens?

10- Ao longo da sua experiência dentro da instituição, teve algum caso de superação, onde a jovem saiu da instituição e conseguiu sua autonomização?

11- Quais os motivos que podem impedir as jovens institucionalizadas de concretizar o seu Projeto de Vida de autonomização de forma sustentada e segura?

12- Quais considera serem as principais necessidades em termos de competências de autonomia dessas jovens institucionalizadas?

Anexo F – CARTAZ DA 1ª OFICINA REALIZADA EM 12/12/2020

Anexo G – CARTAZ DA 2ª OFICINA REALIZADA EM 19/12/2020

Anexo H – CARTAZ DA 3ª OFICINA REALIZADA EM 09/01/2021